

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS- PPGLe
MESTRADO EM LETRAS

WANESSA KEWRY DOS SANTOS NASCIMENTO

MARIA FIRMINA DOS REIS: marcas no tempo, na história e na memória

Imperatriz - MA

2025

WANESSA KEWRY DOS SANTOS NASCIMENTO

MARIA FIRMINA DOS REIS: marcas no tempo, na história e na memória

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras, na área de Literatura e na linha de pesquisa Literatura, Diálogos e Saberes.

Orientadora: Profa. Dra. Lilian Castelo Branco de Lima

Imperatriz -MA

2025

N244m

Nascimento, Wanessa Kewry dos Santos

Maria Firmina dos Reis: marcas no tempo, na história e na memória. /
Wanessa Kewry dos Santos Nascimento. – Imperatriz, MA, 2025.

124 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Letras) –
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL,
Imperatriz, MA, 2025.

1.História do Brasil - Maranhão. 2.Vida e Obra. 3. Mulheres- Brasil
Oitocentista - XIX. 4. Imperatriz - MA. I. Título.

CDU 94:012 (812.1)

Ficha elaborada pela Bibliotecária: **Jennifer Rabelo Pires CRB 13/987**


WANEISSA KEWRY DOS SANTOS NASCIMENTO

MARIA FIRMINA DOS REIS: marcas no tempo, na história e na memória


Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras, na área de Literatura e na linha de pesquisa Literatura, Diálogos e Saberes.

APROVADA EM: 28/04/2025


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **LILIAN CASTELO BRANCO DE LIMA**
Data: 13/05/2025 10:23:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Lilian Castelo Branco de Lima (Orientadora)
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão-UEMASUL

Documento assinado digitalmente
 **NATERCIA MORAES GARRIDO**
Data: 13/05/2025 09:30:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Natércia Moraes Garrido (Membro Externo)
Universidade Estadual do Maranhão-UEMA

Documento assinado digitalmente
 **GILBERTO FREIRE DE SANTANA**
Data: 12/05/2025 10:22:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Gilberto Freire de Santana (Membro Interno)
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão-UEMASUL

Às mulheres da minha vida, minha mãe,
Eunice, e minha irmã, Joanne Clara, meus
primeiros amores, que me ensinaram a sonhar
e me motivam a concretizar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao amor materno, do colo de Eunice, pela resistência e resiliência. Agradeço, especialmente, pela dedicação aos meus estudos, pelas árduas e silenciosas renúncias em nome das suas filhas, por desafiar o impossível e pelo respeito aos caminhos que escolhi percorrer.

Agradeço ao amor fraterno, do abraço irmão de Joanne Clara, pelas boas memórias, afeto, paciência e cuidado que sempre teve comigo.

Agradeço às mulheres generosas do meu cotidiano infantil que também inspiraram este trabalho, Ezina, Eud e Corsina, minhas tias e avó, respectivamente, que tanto se dedicaram ao cuidado do outro e enfrentam os desafios de ser mulher.

Agradeço aos meus amigos e amigas que foram acalanto nos dias de inquietações e pelos encontros de aconchego que deságuam no riso, na partilha e na comunhão. Vocês ampliam a minha existência.

Agradeço, especialmente, a Maria Maryana e ao Fábio Castro, que mergulham nesta experiência comigo, partilhando as vivências de professores e pesquisadores, as angústias e os prazeres dos trajetos que escolhemos caminhar. Estar com vocês me reinicia e afaga. Gratidão pelos conselhos, motivações e apreços.

Agradeço à minha equipe amiga que tanto me auxiliou na construção do documentário, Camila Cristina de Castro Souza, Kelly Saraiva e Maria Eduarda Lindoso Silva Porto, que se dispuseram a percorrer cidades maranhenses com equipamentos, desejos e dedicação. Com vocês, fui feliz e me realizei. Gratidão pela prestatividade e empenho.

Agradeço à Camila Cristina de Castro Souza, de modo especial, por acolher minhas preces, me impulsionar, me ajudar, se fazer presente e me acompanhar na jornada da vida. Você é como as águas de um rio tranquilo nos momentos de confusão e desordem. Gratidão por estar aqui.

Agradeço a todos e todas que colaboraram para o documentário, direta ou indiretamente, especialmente àqueles que testemunharam narrativas firminianas, Aldenir Guimarães, Maria do Carmo, Cláudia Silva, Julia Martins, Maria Inez Pinheiro e Maria Natividade Silva Rodrigues. Agradeço também o cantor e compositor Paulo Maciel por contribuir com a autorização do uso da sua música. Gratidão por permitirem os seus registros e por ecoarem as resistências de Firmina. Gratidão pela disposição e comprometimento à construção do nosso documentário.

Agradeço à minha orientadora, Dra. Lilian Castelo Branco de Lima, pelos ensinamentos, conselhos e orientações. Sobretudo, por manifestar esperança, empatia e alegria nos dias ansiosos. Gratidão por respeitar o meu modo de escrever e por todos os direcionamentos teóricos e metodológicos.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGLE) pela acessibilidade e pelos empréstimos de equipamentos para produção do documentário.

Agradeço aos meus colegas da IV turma do mestrado em Letras do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGLE), pelos debates, reflexões e construções coletivas de conhecimentos.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGLE) que fizeram parte da minha caminhada, suas contribuições foram valiosas para a minha trajetória profissional e acadêmica. Há um tanto de vocês em cada capítulo desta dissertação.

Agradeço ao professor Dr. Gilberto Freire de Santana pelos encontros que atormentavam e acalentavam, pela motivação e pela humanidade. Seus direcionamentos foram fundamentais para a produção do documentário e do texto. Suas aulas foram refúgios nos dias de turbulências.

Agradeço à Profa. Dra. Natércia Moraes Garrido, que esteve na banca de defesa, pelas observações, apontamentos e sugestões que enriqueceram a finalização deste trabalho.

Agradeço à educação pública, que me conduziu até este caminho, aos meus estudantes, aos colegas de trabalho, em especial as mulheres da educação que tanto me ensinam e inspiram, e às experiências como professora, que foram fundamentais para elaboração da dissertação e do documentário. A sala de aula e a pesquisa acadêmica são chamadas que potencializam a minha existência.

*Sei que pouco vale este romance, porque
escrito por uma mulher, e mulher brasileira,
de educação acanhada e sem o trato e a
conversação dos homens ilustrados, que
aconselham, que discutem e que corrigem [...]*

Maria Firmina dos Reis

RESUMO

Neste estudo, analisa-se a trajetória de Maria Firmina dos Reis e seus diálogos com a educação, imprensa e literatura do Brasil Oitocentista. Assim, para elaboração deste trabalho, construiu-se uma reflexão sobre o cotidiano das mulheres no contexto sócio-histórico brasileiro e maranhense oitocentista e apresentou-se os lugares de memória associados a Maria Firmina, seus impactos na imprensa e na educação maranhense. Além disso, investigou-se como as trajetórias das personagens femininas do conto *A Escrava* (1887) dialogam com as vivências de mulheres brasileiras do século XIX. E com base nos estudos da dissertação, construiu-se como produção técnico-tecnológica o documentário *Pelos caminhos de Maria Firmina: vozes que ecoam uma (r)existência poética*. Nesse sentido, cabe destacar que, apesar dos estigmas, discursos e imaginários sociais que contribuía para a subalternização feminina, Firmina se inseriu em espaços de poder, como escritora, professora e musicista, funções prestigiadas socialmente. Ademais, ressaltou-se como Firmina utilizou da escrita como instrumento de luta para promover uma reflexão sobre a sociedade patriarcal e escravista do Brasil oitocentista. Para elaboração desse estudo, utilizou-se como abordagem metodológica a pesquisa bibliográfica, a Semiologia, para analisar as representações imagéticas associadas à escritora, e a Análise do Discurso, para analisar o conto *A Escrava* (1887). Portanto, este estudo permitiu identificar a inserção de Firmina na História e Literatura do Brasil e analisar como as personagens do conto *A Escrava* (1887) dialogam com o cotidiano da mulher do Brasil do século XIX.

Palavras-chave: Maria Firmina dos Reis. *A Escrava*. Memória. História. Brasil Oitocentista.

RESUMEN

Este estudio analiza la trayectoria de Maria Firmina dos Reis y sus diálogos con la educación, la prensa y la literatura en el Brasil del siglo XIX. Así, para elaborar este trabajo, se construyó una reflexión sobre la vida cotidiana de las mujeres en el contexto sociohistórico de Brasil y de Maranhão en el siglo XIX y se presentaron los lugares de memoria asociados a María Firmina, así como sus impactos en la prensa y la educación en Maranhão. Además, investigamos cómo las trayectorias de los personajes femeninos del cuento *A Escrava* (1887) interactúan con las experiencias de las mujeres brasileñas en el siglo XIX. A partir de los estudios de tesis, se construyó el documental *Pelos caminhos de Maria Firmina: voces que echoam uma (r)existência poeta*, como una producción técnico-tecnológica. En este sentido, cabe destacar que, a pesar de los estigmas, discursos e imaginarios sociales que contribuyeron a la subordinación de las mujeres, Firmina ingresó a espacios de poder, como escritora, profesora y músico, roles socialmente prestigiosos. Además, se destacó cómo Firmina utilizó la escritura como instrumento de lucha para promover una reflexión sobre la sociedad patriarcal y esclavista del Brasil del siglo XIX. Para la elaboración de este estudio se utilizó como enfoque metodológico la investigación bibliográfica, la Semiología, para analizar las representaciones de imágenes asociadas al escritor, y el Análisis del Discurso, para analizar el cuento *El Esclavo* (1887). Por tanto, este estudio permitió identificar la inserción de Firmina en la Historia y Literatura de Brasil y analizar cómo los personajes del cuento *A Escrava* (1887) interactúan con la vida cotidiana de las mujeres en el Brasil del siglo XIX.

Palabras clave: Maria Firmina dos Reis. El esclavo. Memoria. Historia. Brasil del siglo XIX.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 HISTÓRIAS COMPARTILHADAS: mulheres no Brasil Oitocentista, o caso da maranhense Maria Firmina dos Reis	16
2.1 Reflexões sobre Gênero, Corpo e Dominação	17
2.2 Mulheres negras no Maranhão Oitocentista	24
2.3 Mulheres e educação no Brasil Oitocentista	31
2.3.1 Educação e emancipação no Brasil Oitocentista: as contribuições da maranhense Maria Firmina dos Reis	35
3 MARIA FIRMINA E OS LUGARES DE MEMÓRIAS	48
3.1 Lugares de memória: marcas firminianas	52
3.1.1 A construção de um corpo: representações imagéticas de Maria Firmina dos Reis	53
3.1.2 Memórias em textos: a escrita feminina de autoria negra	64
3.1.3 Mídia, imprensa maranhense e memória	71
3.1.4 Memórias ludovicenses, guimaraenses e firminianas	75
4 GÊNERO E LITERATURA FIRMINIANA: uma análise das representações femininas em <i>A Escrava</i> (1887), de Maria Firmina dos Reis	88
4.1 Intersecções histórico-literárias e caminhos para uma Análise Discursiva	88
4.2 Mulheres em <i>A Escrava</i> (1887)	94
4.2.1 Uma Senhora abolicionista: a mulher branca da elite no século XIX	95
4.2.2 Joana: a mulher negra, alfabetizada, escravizada e mãe no século XIX	103
5 PRODUÇÃO TÉCNICO-TECNOLÓGICA	113
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS	119

1 INTRODUÇÃO

Nas entranhas da terra das palmeiras, vim¹ à luz no solo imperatrizense, percorrendo o tempo de meninice na cidade das buritiranas e na fazenda dos buritis, lugar de memórias de uma infância feliz e da pedagogia da alegria. No centro da fazenda havia uma escola que atendia as crianças da região interiorana. Localizada em uma espécie de galpão, recordo-me do quadro verde, do cheiro de giz e da muretinha que servia como parede ao lado direito da sala, possibilitando avistar o campo, o céu azulado, o capim serenado ou ressecado e o caminho de tangerineiras que acompanhava uma cerca. Ao lado da parede baixa que contornava a sala de aula, havia um pequeno pátio coberto, onde brincávamos de coelho fora da toca, amarelinha e tantas outras brincadeiras da infância.

Minha mãe foi também minha professora e das outras crianças da região. Entusiasta da educação, sempre inventava atividades diferentes, especialmente nas datas festivas. As recordações das festas de escola, com bolo umedecido com refrigerante e cobertura de goiabada, das merendas escolares, sopas de letrinhas e mingau de milho, e dos piqueniques na beira do rio Pindaré evocam a ventura infantil. São memórias de tempos de alegria. Não me recordo dos conteúdos estudados em sala, apenas das revistas infantis de Monteiro Lobato e da Turma da Mônica. Penso que são as recordações dos momentos de sociabilidade, diversão e interação com outras crianças que aquecem e confortam a minha existência quando retorno ao passado infantil.

Do lugar que venho, as bibliotecas convencionais, aquelas cheias de prateleiras carregadas de livros, não eram comuns. Na infância, o mundo, as gentes, os lugares e os gestos eram as bibliotecas da vida. Apesar da impopularidade dos livros escritos, encontrei nos textos do cotidiano o despertar de uma curiosidade incessante e descobri na educação os caminhos para abastecer e sustentar as minhas inquietações.

O apreço pelas letras e pelas histórias desabrochou quando me desloquei da cidade das buritiranas para o lugar que nasci, Imperatriz, no Maranhão, devido ao desejo de permanecer estudando. No solo imperatrizense, um outro mundo se revelou, espaço de muitas possibilidades e acessos. A educação pública, apesar do projeto de precarização, foi o que me oportunizou trajetos até então desconhecidos. O ensino universitário viabilizou o alcance de lugares negados, como o ampliar das fronteiras de trabalho e remuneração justa, experiência

¹ Na introdução deste texto, escolhi utilizar a primeira pessoa, devido às subjetividades que transpassam a escolha do objeto da pesquisa e a relação com a minha história de vida. Após a introdução, segue-se utilizando as concordâncias para a terceira pessoa.

incomum no meio que vivia. O ingresso na Universidade pública transformou o meu modo de existir, pensar, sentir e agir, lapidando novas identidades.

Na meninice, observava a resistência diante dos obstáculos de uma sociedade patriarcal vivenciada por minha mãe, tias, madrinhas e avó. Hoje, somando ao mundo das observações, percebo outras mulheres, como as pesquisadoras, professoras e tantas trabalhadoras do cotidiano. São esses enredos compilados por muitas mulheres que compõem a minha história. Do cotidiano no campo à rotina da cidade, estas vivências, marcadas no corpo, na memória e na história, são faróis para o meu caminhar. Da minha gênese ao experienciar a adultice, rastros de mulheres marcam a trilha que percorro. Tenho muitas Firminas como guias para o ser/estar mulher, professora, pesquisadora, curiosa, amante da cultura, e, sobretudo, da justiça social.

Observar o cotidiano de mulheres que transgridem as limitações sociais e perceber as injustiças e violências que salopam e atormentam tantas mulheres, como eu, foi o despertar para investigar a condição sócio-histórica das mulheres. Na graduação de História, iniciei os estudos sobre gênero por meio das pesquisas vinculadas ao Núcleo de História Antiga e Medieval – NEMHAM, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL. Após encontrar uma documentação sobre Tecla de Icônio, mulher que viveu por volta dos séculos I e II d.e.c., investiguei como os imaginários sociais perpassavam o corpo feminino naquele contexto. No sétimo período, cursando o componente de Historiografia Brasileira, surpreendi-me com o livro *Maria Firmina dos Reis: a trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil Oitocentista*, do Rafael Balseiro Zin (2019). A trajetória de Maria Firmina dos Reis despertou-me o anseio de conhecer mais sua vida e literatura. A participação em um projeto de extensão sobre literatura e história também contribuiu para o desejo de explorar textos literários.

As curiosidades acerca da trajetória de Maria Firmina dos Reis, escritora e professora maranhense do século XIX, me fizeram identificar suas múltiplas facetas e os pioneirismos, uma vez que se inseriu em diversos espaços de poder ocupados, majoritariamente, por homens. Firmina, nascida em São Luís do Maranhão e tendo vivido parte significativa da sua vida em Guimarães do Maranhão, perpassou a educação, a imprensa, a literatura e até mesmo a música. Publicou obras como o romance *Úrsula* (1860)², o conto *Gupeva* (1861) o livro *Cantos à beira-mar* (1871), o conto *A Escrava* (1887) e outros textos, fundou a escola mista

² Conforme Agenor Gomes (2022, p. 170-173), em 1857 o jornal *A Imprensa* publicou que o romance *Úrsula* seria enviado para impressão. No entanto, o romance só foi publicado em 1860, apesar de indicar a data de 1859 em sua capa de publicação.

de Maçaricó, atendendo meninas e meninos no mesmo espaço, e destacou-se como a primeira romancista brasileira.

No final da graduação, o anseio de continuar como pesquisadora se fazia presente. A trajetória de Firmina motivou-me a seguir um outro caminho, pesquisando história das mulheres brasileiras, despertando um amor adormecido pela História do Brasil. Além disso, o apreço pela literatura, especialmente a brasileira, pelo modo como o texto atravessa a minha existência, ampliando o experienciar da vida, pelas possibilidades de perceber o mundo, as aspirações e os desassossegos de uma coletividade foram motivantes para a elaboração dessa pesquisa. Assim, a partir do primeiro contato com as narrativas sobre Firmina, notei na literatura firminiana muitas possibilidades para explorar o feminino e o cotidiano.

Já no mestrado, deparei-me com os tormentos de uma pesquisa que acalanta. A curiosidade e a satisfação fazem-se presentes no cotidiano. Encontrar o mundo das letras e das literaturas colocou-me em um espaço com largos trajetos para desvelar. Dos muitos prazeres deste trabalho, que não se limita à academia, entendo a literatura como refúgio, a História como caminho para o despertar de silêncios, a pesquisa como motivação para continuar e a docência como lugar de angústias e certezas, a angústia de saber que ser professora é ofício de resistência e a certeza de que a educação é o lugar que devo estar.

No cenário das existências femininas, na realidade e na ficção, encontrei em Maria Firmina dos Reis dimensões para serem exploradas. A literatura firminiana e a sua própria trajetória permitem investigar a condição feminina no Oitocentos. Desse modo, neste trabalho será construída uma análise do conto *A escrava* (1887), amparada nas bases teórico-metodológicas da Análise do Discurso. O recorte temporal da análise é, essencialmente, o século XIX, período que corresponde à construção e publicação da obra e à atuação profissional de Maria Firmina dos Reis. O recorte espacial é o Brasil, com enfoque no Maranhão, considerando que foram essas as realidades expostas na obra.

O objetivo central deste trabalho é analisar a inserção de Maria Firmina dos Reis nos campos da educação, da imprensa e da literatura no Brasil Oitocentista. Perpassando o objetivo que centraliza o estudo, temos os seguintes objetivos específicos: refletir sobre o cotidiano das mulheres no contexto sócio-histórico brasileiro e maranhense oitocentista; apresentar os lugares de memória associados a Maria Firmina e os impactos da sua trajetória na imprensa e na educação maranhense; investigar como as trajetórias das personagens femininas do conto *A Escrava* dialogam com as vivências de mulheres do século XIX; produzir e divulgar um documentário sobre a trajetória da escritora Maria Firmina dos Reis e suas identidades.

A presente proposição de pesquisa é motivada pelo fato de que, no âmbito acadêmico, ainda existem poucos trabalhos referentes às representações femininas no século XIX, principalmente no Maranhão, fato que incentiva a elaboração desse estudo, na intenção de contribuir para a produção historiográfica sobre mulheres no Brasil Oitocentista. Além disso, ressaltamos que os estudos sobre as mulheres na vida pública e em espaços de prestígio são imprescindíveis para promover uma reflexão sobre os condicionamentos históricos sofridos pelas mulheres e visibilizar a participação feminina na Literatura e na História.

Embora Maria Firmina dos Reis seja considerada a primeira romancista brasileira, ainda é pouco conhecida no âmbito social, educacional e literário, tendo muitas vezes sua literatura marginalizada. Essa invisibilidade de Firmina decorre do esquecimento experienciado durante mais de um século, possivelmente, invalidação estratégica de uma elite escritora brasileira da época. Nesse sentido, a construção deste trabalho propõe visibilizar a trajetória de Firmina e, por meio da dissertação e da produção técnico-tecnológica, alcançar públicos além do espaço acadêmico, como os estudantes da educação básica.

Os silêncios e os equívocos que permeiam a trajetória de Firmina, a exemplo das representações imagéticas carregadas de estigmas e preconceitos, torna necessária a realização de estudos associados à escritora e professora. Nesse caso, destacamos que a ausência de imagens visuais próprias da escritora viabilizou o branqueamento de Maria Firmina em representações imagéticas da contemporaneidade, o que confirma a urgência de análises dessas imagens. Embora Nascimento Moraes Filho apresente, na obra *Maria Firmina, fragmentos de uma vida* (1975), um retrato falado sobre a escritora, o material não é suficiente para uma reconstrução fidedigna da maranhense, possibilitando o surgimento de diversas faces e corpos associados à Firmina. Em consequência da falta de retratos autênticos da escritora e de uma estrutura hierárquica social reproduzida nas representações, ilustrações que embranquecem Firmina são disseminadas em diversos meios de comunicação.

Para elaboração deste estudo adotamos uma abordagem qualitativa, utilizando a pesquisa bibliográfica interdisciplinar para investigar a trajetória de Maria Firmina dos Reis e suas participações na educação e na imprensa. A pesquisa bibliográfica perpassou estudos sobre memória e identidade, pretendendo explorar os legados firminianos no cenário nacional. Livros, teses, dissertações e artigos científicos são materiais basilares para os estudos empreendidos sobre as mulheres na educação, na imprensa e no cotidiano do Brasil do século XIX. No que se refere às análises de imagens dos lugares de memória, adotamos a Semiologia, objetivando identificar os signos de cada espaço e como eles evocam as narrativas sobre Firmina. Por fim, analisamos as personagens femininas do conto *A Escrava*

(1887) por meio dos direcionamentos da Análise do Discurso, relacionando as personagens da ficção com a vivência e a condição de mulheres brasileiras oitocentistas, portanto, foi necessário o debate e as inter-relações da História com a Literatura.

Tomando em consideração a modalidade profissional do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGLE), além da dissertação, produzimos um documentário sobre trajetória, memória e identidades de Firmina, com o objetivo de divulgar seu legado profissional e literário por meio do audiovisual, principalmente para os estudantes da educação básica. Para a construção do material, registramos em São Luís, em Guimarães e em Imperatriz, cidades maranhenses, testemunhos orais de conhecedores das narrativas sobre Firmina. Na perspectiva deste estudo, o Maranhão é um lugar de memória³, considerando as vivências e as contribuições da escritora para História e Literatura brasileira, e algumas pessoas que habitam este território também reservam memórias acerca da sua trajetória. Aqui, vale mencionar que a construção do material não seria possível sem o auxílio de uma equipe técnica, composta por mulheres que se dispuseram voluntariamente a realizar a montagem e manuseio dos equipamentos durante as gravações.

Este trabalho está organizado em seis momentos. Após esta introdução e a apresentação dos caminhos e das motivações da investigação literária das representações femininas na obra de Maria Firmina dos Reis, partimos para o segundo momento, intitulado *Histórias compartilhadas: mulheres no Brasil Oitocentista, o caso da maranhense Maria Firmina dos Reis*, que aborda a inserção das mulheres no contexto do Brasil Oitocentista, buscando enfatizar o cotidiano de mulheres maranhenses, de mulheres negras e de mulheres na educação brasileira, com foco na trajetória de Firmina. Apresenta, também, uma reflexão sobre os imaginários sociais construídos a respeito dos corpos femininos, apontando perspectivas discursivas distintas.

O terceiro momento, *Maria Firmina e os lugares de memórias*, apresenta lugares de memória associados à escritora Maria Firmina, considerando não só os espaços físicos e os monumentos, mas também corpos, imagens, textos e outros lugares que evocam a trajetória da professora e escritora maranhense. A princípio, destacamos as definições teóricas dos conceitos de memória e identidade e os seus entrelaçamentos. Posteriormente, construímos análises das representações imagéticas, dos jornais e da literatura como espaços memorialísticos. No que se refere aos ambientes físicos, expomos lugares da cidade de São

³ Neste trabalho, adota-se o conceito de lugar de memória descrito por Michael Pollak (1992, p. 21), o qual afirma que são espaços materiais, funcionais e/ou simbólicos. Assim, o lugar não se limita exclusivamente a um espaço físico, mas também àquilo que evoca a memória sobre um povo e/ou sujeito.

Luís, no Maranhão, como a rua de São Pantaleão, a Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL), a Praça do Pantheon e o Solar Cultural da Terra Maria Firmina dos Reis. Apresentamos também a cidade de Guimarães, considerando especialmente a casa onde Maria Firmina dos Reis morou, a Praça Luís Domingues, o Instituto Histórico e Geográfico de Guimarães e o Cemitério Municipal, local onde Firmina foi sepultada. Além desses elementos, ressaltamos o corpo e os relatos orais como possibilidades de fontes de estudos sobre a escritora.

O quarto momento, *Gênero e literatura firminiana: uma análise discursiva das representações femininas no conto A Escrava (1887)*, construímos a análise de duas personagens femininas do conto *A Escrava*, investigando suas interações e como as personagens fictícias dialogam com a trajetória de mulheres do Brasil Oitocentista, elaborando, portanto, uma estudo histórico-literário.

O quinto momento, *Produção Técnico-tecnológica*, relata os percursos para a produção do documentário, os objetivos do produto e as possibilidades de inserção do material na educação. Por fim, nas *Considerações Finais*, destacamos as reflexões acerca do legado deixado por Firmina e como a sua trajetória é um exemplo da emancipação de uma mulher brasileira do século XIX.

2 HISTÓRIAS COMPARTILHADAS: mulheres no Brasil Oitocentista, o caso da maranhense Maria Firmina dos Reis

A noite não adormece
nos olhos das mulheres
a lua fêmea, semelhante nossa,
em vigília atenta vigia
a nossa memória.

A noite não adormece
nos olhos das mulheres
há mais olhos que sono
onde lágrimas suspensas
virgulam o lapso
de nossas molhadas lembranças...
(Conceição Evaristo)

Os imaginários sociais do século XIX referentes às mulheres colaboram para a formação de ideias que favorecem a manutenção da subordinação de corpos femininos. Historicamente, construiu-se discursos⁴ para justificar a inferioridade das mulheres em relação aos homens e para reafirmar a suposta “superioridade” masculina. Discursos religiosos, biológicos e juristas foram utilizados para fomentar, no pensamento social, estigmas e padrões que naturalizam a desigualdade de gênero.

Conforme Bronislaw Baczko (1985, p. 309-310), os imaginários sociais são representações coletivas que dizem respeito às ideias e ações estabelecidas em uma sociedade. Os imaginários sociais constituem-se como dispositivo de poder e autoridade na dinâmica social, uma vez que, por meio do ideário coletivo, estabelecem posições aos grupos da sociedade. Nesse sentido, Baczko (1985, p. 309) ressalta:

[...] através dos seus imaginários sociais, uma colectividade [*sic*] designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de “bom comportamento”, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do “chefe”, o “bom súbdito”, o “guerreiro corajoso”, etc.

Assim, os imaginários coletivos podem colaborar para validar ou invalidar determinado grupo, estabelecendo hierarquias sociais. Nessa perspectiva, imaginários

⁴ Eni Orlandi (2012, p. 17) argumenta que o discurso se vincula a língua e a ideologia, uma vez que é por meio dele que se constrói sentidos para uma sociedade. Análogo a essa ideia Michel Foucault (1999, p. 8-9), ressalta a relação do discurso com o poder, tendo em consideração que “a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”.

coletivos sobre as mulheres foram utilizados para legitimar a reclusão das mulheres ao mundo privado, aos trabalhos domésticos, ao cuidado e/ou aos ofícios socialmente desprestigiados. Discursos patriarcais solidificaram-se em ações de impedimento para emancipação das mulheres. No entanto, apesar das imposições sociais e patriarcais, existiram/existem mulheres ocupando posições prestigiadas no corpo social.

Cabe destacar que, neste trabalho, conforme bell hooks⁵ (2020, p. 1-2), entende-se o patriarcado como:

[...] um sistema político-social que insiste na ideologia da superioridade e dominância dos “homens” sobre tudo e todos que são considerados inferiores e frágeis, especialmente às mulheres, dando-lhes o direito de dominar estes “fracos” e manter o domínio através de várias formas de violência e terrorismo psicológico.

As estruturas sociais fundamentadas em imaginários e discursos patriarcais favoreceram as violências históricas impostas ao corpo das mulheres, dentre elas a invisibilização das mulheres em instâncias prestigiadas. Dessa forma, neste capítulo, pretende-se discorrer sobre a trajetória de mulheres que se destacaram no Brasil oitocentista, buscando enfatizar a existência e seu cotidiano nos espaços de poder, a exemplo da educação.

Busca-se, também, tecer uma reflexão sobre os imaginários sociais construídos acerca dos corpos femininos, apontando perspectivas discursivas distintas. Nesse contexto, ressaltase o caso de Maria Firmina dos Reis, considerando os seus pioneirismos e destaques no cenário nacional. Firmina notabilizou-se como mulher negra, escritora e professora no Brasil Oitocentista, por ser considerada a primeira romancista brasileira, fundadora da escola mista de Maçaricó, no Maranhão, e primeira aprovada em um concurso público na província do Maranhão, apesar dos obstáculos impostos às mulheres no século XIX.

2.1 Reflexões sobre Gênero, Corpo e Dominação

O gênero é uma construção social que se estabeleceu, ao longo da história, como um conjunto de práticas repetidas. Desse modo, as expressões de masculinidade e feminilidade, o que se define por homem e mulher, se consolidou a partir de normas sociais, não com base em critérios biológicos (Butler, 2003, p. 24-25). Nessa perspectiva, estudos sobre gênero elaborados na contemporaneidade contribuem para identificar os discursos ocidentais que

⁵ A escritora bell hooks assinava, de forma política e intencional, seu nome com letras minúsculas, com o objetivo destacar as ideias de seus escritos, deslocando o foco da sua identidade pessoal. Assim, neste trabalho atende-se a preferência da escritora.

legitimam a desigualdade entre homens e mulheres e para a manutenção de dicotomias sociais.

Historicamente, discursos biológicos foram elaborados para justificar a supremacia dos homens⁶ e a subalternidade das mulheres. Nessa perspectiva, a historiadora Gerda Lerner (2019, p. 54) destaca como a biologia foi utilizada para determinar papéis sociais:

A consequente explicação da assimetria sexual coloca as causas da submissão feminina em fatores biológicos pertinentes aos homens. [...] O homem-caçador, superior em força, habilidade e com experiência oriunda do uso de ferramentas e armas, “naturalmente” vai proteger e defender a mulher, mais vulnerável, cujo aparato biológico a destina à maternidade e aos cuidados com o outro. Por fim, essa explicação determinista do ponto de vista biológico estende-se da Idade da Pedra até o presente pela afirmação de que a divisão sexual do trabalho com base na “superioridade” natural do homem é um fato, e, portanto, continua tão válida hoje quanto era nos primórdios da sociedade humana.

Nota-se, portanto, que as concepções biológicas que foram usadas para justificar a desigualdade de gênero ocorrem em espaços históricos distintos desde a Idade da Pedra. Tais abordagens fundamentam as normas impostas que definem os papéis sociais, não só no mundo do trabalho, como também em outros aspectos da vida cotidiana.

Ao propor um modelo de pensar a mulher na sociedade, divergente de algumas perspectivas ocidentais, a socióloga nigeriana Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2021) desenvolveu uma pesquisa relacionada ao gênero denominada *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Apresentando concepções culturais dos povos iorubá, a pesquisadora sugere uma reflexão comparativa entre o pensar do Oriente e do Ocidente, com o objetivo de descortinar outras formas de interpretar o mundo e as relações de gênero, diferente de alguns discursos ocidentalizados universalizantes e excludentes.

Oyěwùmí (2021, p. 27) sustenta que os discursos biológicos são utilizados, da *pólis* grega ao tempo presente, para determinar posições sociais no Ocidente, tendo em consideração que, em muitas situações, a biologia é preferida em relação a outras formas de pensar gênero e raça. Nesse sentido, nota-se que a teoria biológica é priorizada e construída para atender o interesse de grupos específicos, que impõem sua biologia como superior para sustentar o domínio sobre outros grupos subordinados. Oyěwùmí (2021, p. 37) destaca:

⁶ Vale pontuar que a supremacia masculina não foi um fenômeno universal que afetou todos os espaços e tempos históricos. Existiram e existem comunidades e organizações sociais “nas quais a assimetria sexual não se apresenta com conotação de dominação ou submissão” (Lerner, 2019, p. 55).

Quando categorias sociais como gênero são construídas, novas biologias da diferença podem ser inventadas. Quando as interpretações biológicas são consideradas convincentes, as categorias sociais extraem sua legitimidade e poder da biologia. Em suma, o social e o biológico se retroalimentam (Oyěwùmí, 2021, p. 37).

Nesse sentido, Judith Butler (2003, p. 25) sustenta que tanto o gênero quanto o sexo, este geralmente compreendido como “natural”, são categorias construídas, posto que “Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado ‘sexo’ seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma”.

Em um paralelo entre o biológico e o social, identifica-se a coexistência de discursos construídos para legitimar a dominação ordenada pelos homens e a subordinação exigida às mulheres. Assim, verifica-se que o gênero é socialmente e historicamente construído, a partir de discursos que também são elaborados para a naturalização da sujeição feminina.

Nota-se, portanto, que não só a biologia é utilizada como instrumento para dominação das mulheres. A esse respeito, Oyěwùmí (2021, p. 37) tece críticas também às correntes feministas e aos estudos de caráter universalizantes, imperialistas e etnocêntricos que empregam concepções ocidentais a outras sociedades que possuem *cosmopercepções* diversas, diferentes formas de perceber o mundo e as relações sociais, provocando a inserção de problemáticas ocidentais em culturas que não apresentavam preocupação com essas pautas. Assim, Oyěwùmí (2021, p. 39) destaca que “[...] não se pode supor que a organização social de uma cultura (inclusive o Ocidente dominante) seja universal ou que as interpretações das experiências de uma cultura expliquem outra”.

Nessa discussão, Ochy Curiel (2019, p. 231) aponta que estudos pós-coloniais e subalternos destacam percepções de grupos marginalizados e silenciados ao longo da história. Porém, mesmo com a emergência dessas pesquisas, os debates acadêmicos ainda estão tomados por um paradigma sexista, racista e classista. O que justifica o fato de que teorias e práticas etnocêntricas e brancocentradas se apresentem enfaticamente nos diálogos acadêmicos e nos movimentos sociais.

Existe, dessa forma, uma invisibilidade de mulheres negras dentro do feminismo, manifestada a partir da reprodução de ideias que se baseiam na lógica da branca, rica e heterossexual. As estruturas de dominação são mantidas dentro de vertentes do feminismo que contribuem para a subalternidade de mulheres negras, inclusive daquelas que colaboram para a construção de práticas e políticas emancipadoras (Curiel, 2019, p. 234).

Com intuito de apresentar outros sentidos para refletir gênero, Oyěwùmí (2021, p. 42-43), discorre sobre a cultura iorubá, na qual os fatores biológicos não podem definir as posições sociais dos sujeitos, diferente do que ocorre no Ocidente. A sociedade iorubá não utiliza a anatomia para definir o lugar que o indivíduo pode ocupar no corpo social. O parto e a gravidez, por exemplo, são questões exclusivamente biológicas. Pensando na organização social, Oyěwùmí (2021, p. 69) assinala:

[...] o gênero não era um princípio organizador na sociedade iorubá antes da colonização pelo Ocidente. As categorias sociais “homens” e “mulheres” eram inexistentes e, portanto, nenhum sistema de gênero esteve em vigor. Em vez disso, o princípio básico da organização social era a senioridade, definida pela idade relativa. As categorias sociais “mulheres” e “homens” são construções sociais derivadas da suposição ocidental de que “corpos físicos são corpos sociais”.

Na concepção iorubá, o conceito de gênero passa a existir a partir das intervenções ocidentais na cultura desse grupo étnico. Antes do contato do povo iorubá com os discursos ocidentais e das interferências coloniais em seus imaginários, esta pauta não era uma questão para a comunidade. Comumente, as categorias *obìnrin* e *okùnrin* são traduzidas, respectivamente, como “fêmea/mulher” e “macho/homem” de maneira equivocada, devido às influências e o modo de pensar ocidentais, pois essas categorias não são opostas e nem hierarquizadas, uma não deriva da outra, são autônomas e não fazem referência à lógica binária e hegemônica, comum no Ocidente (Oyěwùmí, 2021, p. 71).

Nesse entendimento, Curiel (2019, p. 232) salienta que a descolonização atua como proposta para a união de grupos marginalizados na luta anti-imperialista e para o combate de concepções e culturas colocadas como superior que caracterizam negativamente os ideais não-ocidentais. Desse modo, nota-se que os debates que pretendem uma descolonização trazem à tona modos de pensar e de se organizar não-ocidentais, invisibilizados pela ordem etnocêntrica.

O corpo humano, em sua materialidade e simbologias, permite uma análise da posição de sujeitos nos espaços que se desenvolvem as relações humanas. Oyěwùmí (2021, p. 27-28) afirma a existência de concepções que estabelecem que o corpo social é constituído a partir de outros corpos, a exemplo do masculino, feminino, branco, negro, pobre, rico e outros. O corpo das pessoas é posto como elemento central, e ao visualizá-lo, tende-se a designar posições na sociedade, estabelecendo-se como sistema simbólico que permite uma textualidade ao corpo dos sujeitos, interpretações e sentidos são inferidos para fundação de imaginários e discursos sociais.

Curiel (2019, p. 233-234) também evidencia o corpo como um local possível para o exercício da autoridade, dominação e opressão. Sendo que o corpo das mulheres está sob a dominação realizada pelos imaginários sexistas, que ditam a submissão e a fidelidade das mulheres, enquanto validam a dominação e a liberdade sexual dos homens. Destaca-se também que esse domínio sobre o corpo está perpassado pela raça, situação patrimonial e outros marcadores sociais. Ao refletir sobre as noções biológicas acerca dos gêneros e questionar os condicionamentos determinados ao corpo das mulheres, Simone de Beauvoir (2019, p. 65), na obra *O Segundo Sexo*, enfatiza que “[...] o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa neste mundo. Mas não é ele tampouco que basta para a definir [...]”.

Na Antiguidade, apenas as mulheres eram corporificadas, enquanto os homens eram percebidos como indivíduos pensantes, dotados de habilidades e estratégias para administrar a vida pública. Desse modo, atribuíam sentidos ao corpo, elemento integrativo humano que pode ser interpretado, manuseado, acolhido, violado, exaltado e/ou silenciado de diferentes maneiras (Oyěwùmí, 2021, p. 33).

Identifica-se os múltiplos sentidos atribuídos ao gênero, para além da percepção Ocidental. No entanto, não se pode negar a força e os impactos dos discursos construídos, biologicamente e socialmente, para a legitimidade da supressão das mulheres. Pensando na sociedade brasileira, nota-se a existência de discursos de dominação desde o período colonial, lógica hierárquica importada da Europa e introduzida no contexto da invasão portuguesa. Observa-se, historicamente, a inferiorização de muitas mulheres, em especial das mulheres negras, dado que carregam a dupla condição de subalternidade, a de gênero e raça.

Lélia Gonzalez (2020, p. 42) relata que além da existência de uma desigualdade de gênero, entre homens e mulheres, persiste uma disparidade racial. As mulheres negras, na sociedade brasileira, são mais exploradas e subordinadas, quando comparadas às mulheres brancas. As disparidades manifestam-se de modos distintos, desde a escolaridade, o trabalho, a família até a estética dos corpos femininos. A exemplo, pode-se mencionar a “boa aparência” exigida para o exercício de algumas funções no mercado de trabalho, aparência esta que, com frequência, corresponde ao branco, aos traços fenotípicos de mulheres não negras.

Na contramão da lógica da dominação do branco sobre o negro, feministas racializadas, indígenas e afrodescendentes constroem debates sobre as hierarquias sociais, considerando dimensões como o racismo, sexismo, heteronormatividade e classismo. É nesse cenário que o feminismo negro contribui para a luta contra as dominações de forma

integralizada, refletindo sobre as múltiplas existências humanas e suas complexidades (Curiel, 2019, p. 233-236).

Ao apresentar um estudo sobre as mulheres negras na segunda metade do século XX, Gonzalez (2020, p. 159) divulga dados estatísticos e comparativos entre mulheres brancas e negras, evidenciando a marginalização das mulheres negras, considerando fatores de escolaridade e de trabalho. Comumente, os trabalhos manuais são atribuídos às mulheres negras. Ao passo que exigem especialidades, como nível médio e/ou nível superior, as mulheres negras ocupam menos esses espaços, mesmo que elas possuam qualificação. Nota-se que o mercado de trabalho é permeado pelas segregações de gênero e de raça, garantindo que as mulheres negras ocupem os cargos subalternizados, devido à lógica sexista e racista que envolve a sociedade brasileira.

Convém enfatizar que essas disparidades sociais ocorrem devido a um projeto colonial político-ideológico que persiste no imaginário social brasileiro. A construção de ideologias e discursos que contribuem para a inferioridade de corpos negros, em especial os corpos das mulheres negras, são instrumentos que garantem a manutenção desses estigmas racistas e sexistas. A escola, considerando-a como instituição ideológica, coopera para manutenção de uma sociedade racista e sexista quando apresenta um currículo, literaturas e textos obrigatórios que perpetuam tais mentalidades.

Textos escolares com narrativas racistas contribuem para uma supervalorização de sujeitos brancos e para uma depreciação de sujeitos negros. O branco é considerado “o ideal”, “o civilizado”, “o bom” e “o justo”. O negro é considerado “o exótico”, “o estranho”, “o sem cultura” e tantos outros atributos que contribuem para sua subalternização. Assim, as escolas colaboram para a perpetuação do racismo, formando sujeitos negros inseguros, o que representa um prejuízo identitário e psicológico na formação de pessoas negras (Gonzalez, 2020, p. 160).

Cuti (2010, p. 79), na obra *Literatura negro-brasileira*, tece críticas às produções literárias que cooperam para demonização e estigmatização das personagens negras na literatura brasileira. Historicamente, as literaturas construídas no Brasil reservam os papéis e personagens subalternizados aos corpos negros, raramente caracterizando-os como protagonistas que tiveram finais felizes. Dessa forma, Cuti (2010, p. 79) afirma que “Na contemporaneidade, a produção cultural que insiste em apresentar a personagem negra apenas como bandido traz esse substrato herdado daqueles que viviam na casa grande: o medo da revolta da senzala”.

Com frequência, personagens negros na literatura brasileira foram representados na função de empregados, escravizados, bandidos, desprestigiados, coadjuvantes e tantos outros papéis de submissão. Literaturas de caráter racista que aparecem nos espaços educacionais, nos concursos de vestibulares e nos currículos escolares são, em sua maioria, construídos por pessoas brancas, que reproduzem imaginários sociais que contribuem para manutenção de um sistema de dominação baseado na racialidade. Sobre a produção literária estigmatizante, Cuti (2010, p. 81) destaca:

O sujeito étnico branco do discurso bloqueia a humanidade da personagem negra, seja promovendo sua invisibilização, seja tornando-a mero adereço das personagens brancas ou apetrecho de cenário natural ou de interior, como uma árvore ou um bicho, um móvel ou qualquer utensílio ou enfeite doméstico.

A objetificação do corpo de mulheres negras também é uma prática corriqueira, tanto na literatura, na música e no cinema quanto em outras manifestações artísticas brasileiras. A suposta “mulata” é a posição associada a muitas mulheres negras, postas como uma “fruta” a ser saboreada e deslumbrada pelos outros. Desse modo, desenvolve-se uma folclorização do corpo de mulheres negras, colocada como deusas nos carnavais, porém, no dia a dia, nos espaços públicos e de “seriedade”, são depreciadas. Sua valorização e exaltação tendem a se reduzir aos espaços de entretenimento e/ou espaços privados (Gonzalez, 2020, p. 165).

Na estrutura vigente na sociedade brasileira, a mulher negra é como um pilar, sustenta o sistema social ao desempenhar trabalhos em diversos setores e ao cuidar de famílias negras e brancas, operando na manutenção do sistema. No entanto, este trabalho concretizado por mulheres negras é invisibilizado, sendo que o corpo feminino e negro é, frequentemente, interpretado de modo folclorizado, objetificado, relegado e/ou superexplorado.

É no contexto desses estigmas a respeito do corpo, em especial o corpo das mulheres negras, que se identifica a emergência de novas narrativas literárias, cinematográficas, videográficas, televisivas, entre outras, que contribuem para o combate da exclusão de sujeitos historicamente marginalizados, como pessoas negras e mulheres. Pensando nas literaturas sobre as mulheres, Rita Terezinha Schmidt (2012, p. 66) ressalta:

[...] as narrativas de autoria feminina, situadas como o outro da cultura, constituem pedra de toque para a reinterpretação do passado uma vez que, na condição de suplemento, colocam em cena outras vozes, outras representações e outras interpretações dos signos de pertencimento [...].

No contexto da ocupação dos espaços de escrita e elaboração de narrativas hegemônicas pelos homens, a integração das mulheres aos espaços de escrita revela uma outra concepção do mundo, do social, do doméstico, do político, do familiar, do econômico e da vida. Sobre as invisibilizações das mulheres na história, Schmidt (2012, p. 64-65) relata que:

No Brasil, o descobrimento de um acervo significativo [...] tem gerado discussões acirradas sobre os mecanismos de controle da instituição literária e a violência simbólica do sistema [...] que manteve e mantém a invisibilidade dessa produção, como se a autoria feminina não tivesse existido.

É importante ressaltar que, diante da invisibilidade considerável, é crescente um movimento de divulgação da autoria feminina, que foi negligenciada e invisibilizada durante muito tempo. Tendo em vista que, mesmo as mulheres que integraram/integram espaços socialmente prestigiados e funções consideradas importantes, sofreram/sofrem supressão na História e na Literatura.

A esse respeito, Conceição Evaristo (2005, p. 54) enuncia que ocorreu, na literatura, uma transição da representação para a autorrepresentação. Durante muito tempo, as mulheres negras estiveram na posição de pessoas que eram representadas, a partir de perspectivas eurocêntricas e brancocentradas.

Nesse movimento da autorrepresentação, as mulheres negras tomam posse da literatura, instrumento fundamental para a construção de signos e para a formação de imaginários, e representam-se, a partir das *escrevivências*, termo utilizado por Conceição Evaristo para as escritas que narram vivências próprias de mulheres negras na sociedade. Desse modo, torna-se necessário cada vez mais o incentivo e a divulgação da escrita das mulheres, em especial mulheres negras, já que a negação da autoria da mulher possibilita a sua não “inscrição” no espaço sócio-histórico.

2.2 Mulheres negras no Maranhão Oitocentista

O Brasil oitocentista foi marcado pelo sistema escravista e patriarcal que impunha relações de poderes em diversos segmentos da sociedade, como na educação, família, administração e outros. A organização política, econômica e social do país determinava o local de cada indivíduo, configurando a sociedade, sobretudo, a partir das categorias de gênero, raça e condição econômica.

No Brasil do século XIX, verifica-se que apesar da existência de numerosos impasses para a emancipação das mulheres, em específico as negras, elas elaboraram estratégias de

resistência ao sistema. Para além da exploração do corpo, as mulheres negras contribuíram para o enriquecimento da economia local, para a proteção dos seus filhos e parceiros, elaborando mecanismos para resistir às violências de separação familiar impostas pelo sistema escravocrata.

Para isso, essas mulheres tentavam impedir a venda separada dos filhos e maridos, protestando contra seus senhores por meio de ameaças de suicídio e infanticídio, ações que acarretariam prejuízo econômico. Além das ameaças aos senhores, o acolhimento realizado para aqueles que fugiam das condições desumanas da escravidão, a educação dos filhos e as proteções de sua família simbolizam técnicas de oposição ao escravismo (Paixão; Gomes, 2008, p. 951).

Marcelo Paixão e Flávio Gomes (2008, p. 952-955) realizaram uma análise de testamentos de mulheres negras, libertas, africanas, crioulas, pardas e ex-escravizadas. As fontes documentais permitem uma investigação sobre a condição das mulheres negras e seu cotidiano no período escravista no Brasil. Por meio desse estudo, constatou-se a existência de mulheres negras além da dimensão da exploração, identificou-se proprietárias de bens materiais.

Entre elas, Rita Luiza Suzana, falecida em 1834, Roza Maria da Silva, falecida em 1782, e Domingas Cabral de Mello, falecida em 1778, deixaram bens, atestados em documentações escritas, para filhos, escravizados, amigos e pessoas próximas. De objetos pessoais, como roupas e adereços, a dinheiro e posses de terras figuravam como bens patrimoniais dessas mulheres. Portanto, nota-se o destaque dessas mulheres, em sua maioria viúvas, que ocuparam funções de autônomas e administradoras de terras, de bens e das suas próprias vidas. No Maranhão Imperial, Maria Firmina dos Reis, representa uma dessas mulheres negras que conseguiram ascender, sendo uma professora e escritora que se inseriu em espaços destinados, majoritariamente, aos homens (Paixão; Gomes, 2008, p. 952-955).

Integrando-se ao sistema escravista e patriarcal do Brasil, a sociedade maranhense compunha-se de uma organização política, social e econômica que contribuía para a subalternização de mulheres e sujeitos negros, embora muitas mulheres e corpos negros tenham rompido com as limitações impostas socialmente. Dessa forma, convém destacar aspectos histórico-sociais do Maranhão Oitocentista, com o objetivo de identificar as condições das mulheres, em especial as mulheres negras, naquele cenário.

A província maranhense foi marcada, ao longo do século XIX, pelo sistema escravista que determinou aspectos políticos, econômicos e sociais que debilitaram a população negra. O sistema escravista favoreceu a estruturação de imaginários sociais nocivos para a comunidade

negra ao formular ideias de inferioridade associadas ao grupo, além da marginalização econômica e política. O negro, em diversas situações do contexto da escravidão, esteve reduzido a objeto, podendo ser vendido, agredido, violado e condicionado.

No Maranhão do Oitocentos ocorreu a manutenção do escravismo e da economia agroexportadora, baseada em produtos como o algodão, o arroz, o açúcar, o couro, a aguardente, o café e até mesmo o gado. Nesse panorama, a fundação da Companhia do Grão-Pará e do Maranhão, em 1755, proporcionou o aumento da inserção de africanos escravizados no território, com o objetivo de expandir a produção e a economia maranhense. Na segunda metade do século XIX, o aumento da quantidade de engenhos e da produção canavieira evidencia a ampliação da exploração de escravizados na produção agrícola da província (Silva, 2013, p. 17-19).

Régia Agostinho da Silva (2013) desenvolveu o estudo *A escravidão no Maranhão: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX*, no qual expôs uma tabela referente à população do Maranhão nos anos 1821, 1841, 1872 e 1887, categorizando entre livres, escravizados e população total. Observe a tabela:

Tabela 1 – População do Maranhão entre 1821-1887

ANO	Livres	Escravos	Total
1821	68.359 (44,7%)	84.534 (55,3%)	152.892 (100%)
1841	105.147 (48,4%)	111.905 (51,6%)	217.054 (100%)
1872	244.101 (69,2%)	74.939 (20,8%)	359.048 (100%)
1887		33.446	

Fonte: Silva (2023, p. 26)

A tabela apresenta dados que evidenciam a quantidade superior de escravizados em comparação à população livre nos anos de 1821 e 1841. A respeito do amplo contingente de cativos no período do Brasil escravista, Maria Jorge dos Santos Leite (2017, p. 65) informa que é possível que cerca de 40% dos africanos que estiveram submetidos à condição de escravizados foram trazidos para exploração no território brasileiro, vítimas de uma instituição escravista que perdurou mais de trezentos anos.

Silva (2013, p. 28) assinala que este cenário foi alterado a partir da década de 50, devido às leis abolicionistas, a exemplo da lei de 1850, que proibia o tráfico negreiro, e a lei do Ventre Livre de 1871, que garantia a liberdade para os descendentes de escravizados que nasciam a partir daquela data. Destaca-se também que essas legislações abolicionistas favoreceram o tráfico interprovincial, o qual provocou a transferência de muitos escravizados da região para o Sul do país.

Contextualizando a sociedade maranhense escravista no Oitocentos e constatando a concentração do trabalho escravo na região, identifica-se que a riqueza, a prosperidade e a emancipação do Maranhão enquanto província se deu a partir do trabalho de pessoas escravizadas. Como explicita Régia Agostinho da Silva (2013, p. 40): “O Maranhão chegou a se configurar como a quinta maior província em importância econômica, e isso se deveu à entrada maciça do braço africano”. Portanto, observa-se que a imponência maranhense é fruto de um sistema escravista que garantiu a manutenção da província e da elite regional.

Leite (2017, p. 64) aponta que a escravidão no Brasil afetou a vida de numerosos africanos e africanas que foram trazidos por meio do tráfico transatlântico empreendido pelo capitalismo europeu, dado que as práticas expansionistas da Europa objetivavam o enriquecimento econômico por meio do comércio de especiarias, da exploração aurífera e do aproveitamento de diversos territórios, como o Brasil. Ressalta-se que essa exploração se deu não só pela extração de recursos naturais, como também pela expropriação de um povo que foi subjugado.

Importante mencionar que o trabalho exercido pelos escravizados manifestou-se em diversos espaços da sociedade, da agricultura à pecuária, do lar aos espaços públicos, do sertão ao litoral. Silva (2013, p. 42) destaca a presença de escravizados nos serviços domésticos, principalmente as mulheres e os “moleques”, e o exercício de funções como carpinteiros, sapateiros, pedreiros e outros. Referindo-se às ocupações dos escravizados, Leite (2017, p. 65) ressalta os ofícios desempenhados no setor fabril, agrícola, mineral e no âmbito doméstico. Essas inserções em diferentes cenários e a expressiva quantidade de escravizados contribuiu para as interações culturais que ocasionou uma herança africana no Brasil, manifestada na língua, na culinária, na religião, na música e em outros aspectos culturais.

A ocupação de pessoas escravizadas em diversos espaços sociais proporcionava uma liberdade moderada, o que favorecia os encontros entre seus pares, bem como as reuniões para fazerem batuques, sambas e elaborarem estratégias para resistir ao sistema. A resistência foi elemento constante durante o período de escravismo. A ideia simplista e equivocada, que ainda persiste, de que pessoas escravizadas aceitavam passivamente as condições de exploração deve ser combatida. As pesquisas científicas e as fontes documentais, como os jornais da época⁷, expressam numerosos relatos de fugas, o que comprova também uma estratégia de resistência comum da comunidade escravizada. Leite (2017, p. 65) enfatiza que

⁷ Para uma análise de jornais referentes à população negra e resistências no Maranhão Oitocentista, recomenda-se a leitura do artigo *Escravidão e resistência no Maranhão: anúncios e fugas escravas no século XIX* (2014), produzido por Régia Agostinho da Silva.

as resistências dos africanos escravizados ocorreram desde a saída da África, quando se negaram a deixar seu povo, rebelaram-se na travessia, construíram estratégias de fuga e organizaram quilombos.

É necessário mencionar a vigência de um sistema também patriarcal, revelado pelos imaginários sociais e pelas cartilhas de instruções que determinavam o modelo ideal de mulher e o comportamento que ela deveria exercer na sociedade. As indicações, comumente, colocavam as mulheres em posição de subalternização, ao afirmar que deveriam ser submissas, obediente aos maridos, cuidadoras da família e do lar. A construção da vida de uma mulher ideal estava estritamente vinculada ao cuidado, ao silêncio e à subserviência.

A exemplo das normas destinadas ao público feminino, pode-se mencionar a Carta de Dom Macedo Costa, bispo do Pará e Amazonas, em 1875. A carta pastoral indicava que a mulher ideal deveria ficar reclusa ao ambiente doméstico e dedicar-se ao cuidado da família. As restrições ficaram explícitas quando o bispo afirmou que uma jovem deveria “Raras vezes sair, e só por necessidade”, uma mulher casada deveria “amar o marido”, “Respeitá-lo como seu chefe”, “Responder-lhe com toda a mansidão” e ser “Prudente e mansa, paciente e carinhosa com toda a família”, e as mulheres viúvas deveriam “Viver pura como as virgens” (Silva, 2013, p. 32). As afirmações revelam os estigmas que permeavam a vida de muitas mulheres e os numerosos padrões comportamentais exigidos da solteira, da casada, da mãe e até mesmo da viúva.

Apesar das imposições patriarcais que impunham limites, as mulheres participavam da construção da sociedade em diversos segmentos, desempenhando também atividades fora do ambiente doméstico. Silva (2013, p. 31) destaca que no jornal *O século*, de 1858, encontra-se um breve relato da vida das mulheres pertencente à elite, o qual expõe uma cronologia dos acontecimentos na vida da mulher dos 8 aos 60 anos de idade. Dentre os eventos destacados, divulga-se, sequencialmente, que elas brincavam, liam, escreviam comentários sobre bailes, conversavam sobre história e economia, casavam-se, tinham filhos, debatiam sobre política, brincavam com os netos, rezavam o terço, ensinavam receitas, entre outras atividades.

O jornal apresenta a trajetória de mulheres pertencentes às elites locais, o qual permite identificar que grupos sociais estavam cientes dos conhecimentos e técnicas aprendidas pelas mulheres. No entanto, contraditoriamente, ao passo que reconhece o domínio da leitura pelas mulheres, há uma desvalorização do pensar e da participação feminina na política, na economia e em outros espaços de prestígio.

Ao analisar o trecho do jornal *O século* (1858), Régia Agostinho da Silva (2013, p. 31) comenta:

Essa mulher lê, escreve, fala sobre política, parece não perceber nisso nenhuma possibilidade de ela pensar, questionar, estabelecer outras relações que não apenas as familiares. Parece que a mulher, mesmo que letrada, estava fadada a ser um objeto de adorno; não interessa o que pensa, como se coloca no mundo, suas ideias não são consideradas, nem levadas a sério, são no máximo toleradas (Silva, 2013, p. 31).

No contexto das vivências das mulheres oitocentistas maranhenses, identificam-se inúmeras conquistas femininas. A presença assídua das mulheres no mundo da leitura era motivo para a proibição do acesso das mulheres aos textos (Silva, 2013, p. 32). Porém, tais imposições não foram suficientes para aniquilar a participação feminina na imprensa, na educação e em outros espaços de poder. A exemplo, pode-se mencionar Maria Firmina dos Reis, uma mulher negra que se inseriu em diversos espaços de prestígio, embora estivesse em uma sociedade escravista e patriarcal.

Outros estudos referentes às mulheres negras no Maranhão Oitocentista abordam a condição dessas mulheres além do elemento da exploração e da desumanidade praticada no contexto escravocrata. A exemplo, menciona-se a dissertação *Mulheres de ofícios: o cotidiano de mulheres pobres pelas ruas da cidade de São Luís do Maranhão nas décadas de 1880- 90*, de autoria da historiadora Carla Romana Melo Coqueiro (2017). Neste trabalho, a pesquisadora informa sobre as festividades no Maranhão, entre os anos de 1880 e 1890, constatando a participação de mulheres, em específico mulheres pobres e negras, na construção dessas festividades, como a festa do Divino, evento construído por grupos à margem da sociedade, marcados pela cor, condição financeira e gênero, que, apesar da marginalidade de seus contextos, trabalhavam na produção da festa do Divino para criar um espaço rico e deslumbrante (Coqueiro, 2017, p. 77-78).

João Leal (2019, p. 435) comunica que as festas do Divino ludovicenses estão divididas em duas vertentes: uma que dialoga com o domingo de Pentecostes e se limita à cerimônia do Espírito Santo, e outra que celebra, simultaneamente, o Espírito Santo e um santo(a) adicional. Elementos sîgnicos e ornamentais compõem a festividade, desencadeando sentidos necessários para o evento. Dentre os componentes, menciona-se o pombo de madeira, a bandeira do Espírito Santo, o cetra e outros símbolos que ficam expostos na tribuna, um altar ornamentado que desempenha funções centrais na festividade.

Na festa do Divino, as mulheres ocupavam e ocupam posições de protagonismos, exercendo a função de imperatriz e de caixeiras, estas tocam instrumentos designados “caixas do Divino” e entoam cantigas relacionadas à manifestação cultural. Estas mulheres são fundamentais para a tradição, dado que são elementos centrais da festividade (Coqueiro, 2017,

p. 77). Leal (2019, p. 435) também ressalta a centralidade das mulheres caixeiras na festividade, posto que um conjunto de oito ou mais mulheres, guiadas pela caixeira régia, entoam canções auxiliadas por instrumentos denominados caixas musicais.

Embora essas mulheres estivessem em posições de destaque no que se refere às festividades, observa-se, a partir de jornais do século XIX, reclamações e depreciações atribuídas à festividade, construída por sujeitos pobres e pretos. As festividades provocavam incômodos em membros da elite local que as consideravam inconvenientes, pois geravam barulhos e “incentivavam” o consumo de bebidas alcoólicas (Coqueiro, 2017, p. 79-80).

Conforme Coqueiro (2017, p. 80-81), é possível identificar no jornal *A Pacotilha*, publicado em 13 de maio de 1883, o desprezo das elites em relação aos brincantes, quando criticam as “pretas velhas beatas e pagés” e a “estúpida e enfrene cantarola”, desvalorizando a festividade e a participação dessas mulheres que “não tendo nada que fazer no dia seguinte senão dormir, levam a noite nestas pagodeiras”. Naquele contexto, associavam as mulheres à pajelança, que era uma prática religiosa para o tratamento de enfermidades, comum entre a população pobre, porém, desvalorizada pela elite que a considerava um atraso e contrária à moral e aos bons costumes.

Coqueiro (2017, p. 87) relata que a ideia de que a mulher deveria ficar em casa cuidando da família e do lar não se aplica a realidade de mulheres pobres, uma vez que este ideal é um privilégio da burguesia, e as mulheres pobres, em sua maioria negras, eram obrigadas a cuidar da família, do lar e trabalhar fora de casa, como doméstica, vendedora de frutas e outras funções. O matrimônio idealizado e exercido pela burguesia distanciava-se da vida de pessoas pobres que lutavam pela sobrevivência, por meio do trabalho.

Nesse contexto das vivências de mulheres negras e maranhenses, Firmina construiu não só uma trajetória de destaque no âmbito educacional e literário, mas também no âmbito cultural, levando em conta que na Vila de Guimarães, na província maranhense, onde viveu parte significativa da sua vida, atuou como representante da cultura ao construir toadas e difundir a cultura maranhense do bumba meu boi. Nesse sentido, além de escritora e professora, Firmina foi artista e musicista da cultura regional.

José Nascimento Morais Filho, na obra *Maria Firmina, fragmentos de uma vida*, publicada em 1975, construiu um esboço biográfico atribuído a Firmina, após anos de esquecimento da escritora. O autor, além de dados referentes à vida, expõe um retrato falado da escritora, considerando que não existem registros fotográficos publicizados associados a Firmina. Este retrato falado é basilar para a construção da imagem perpetuada na sociedade e atribuída à maranhense. No relato, há informações sobre os traços e a fisionomia da

romancista, como nariz largo, cabelo crespo e outros fenótipos comuns em corpos negros. Constata-se, portanto, que Maria Firmina dos Reis, foi embranquecida em diversas representações imagéticas, apesar das fontes históricas, como o retrato falado exposto por Nascimento Morais Filho, atestarem a sua negritude.

2.3 Mulheres e educação no Brasil Oitocentista

Quando se empreende um estudo sobre a história das mulheres, é preciso especificar as diversas possibilidades de existência e contextos que os corpos femininos podem estar inseridos, dado que existe uma pluralidade de existências, transpassadas por estratos sociais, identidades, etnicidades, regionalidades e tantos outros marcadores sociais. E essas pluralidades são evidenciadas no contexto educacional, que é considerado um espaço de poder. Para refletir sobre a História das Mulheres na educação brasileira, substancialmente o caso de Maria Firmina dos Reis, faz-se necessário destacar aspectos que influenciaram a escolarização feminina no Brasil.

Maria Firmina nasceu no Oitocentos, período influenciado pelas reformas religiosas europeias, que defendiam uma educação diferenciada para meninos e meninas, o que ganhou força devido a ampliação das escolas que pretendiam difundir tendências religiosas. Desse modo, a proliferação de escolas contribuía para a alfabetização das pessoas, que adquiririam a liberdade para realizar a leitura bíblica. Nesse contexto, a escolarização das meninas foi diretamente influenciada pela educação cristã, que objetivava a difusão dos princípios e doutrinas da religião.

Além disso, outros fatores como “a educação sociopolítica do estado republicano” e o ingresso das mulheres no mundo do trabalho motivaram esse processo de escolarização, como o fato do Concílio de Trento, ocorrido em meados do século XVII, instruir os devotos católicos à criação de escolas e internatos para a inserção das meninas nas instituições. Porém, mesmo com as ações e os debates em prol da educação das mulheres persistindo durante o século XVIII, o projeto falhou, devido a uma série de fatores, como a ausência e/ou baixa remuneração e a desistência de professores do ofício (Gati; Monteiro, 2016, p. 1151-1152).

Isabela Candeloro Campoi (2011, p. 197-198) evidencia que os ideais de autonomia difundidos pela Revolução Francesa no século XIX, a ascensão da burguesia, o fim do Antigo Regime e as reflexões sobre cidadania, contraditoriamente, não inseriu as mulheres no fazer político. Olympe de Gouges (1748-1793), escritora francesa e integrante da Sociedade das Republicanas Revolucionárias, publicizou a *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã*,

em 1791, confrontando o documento divulgado que se referia apenas à liberdade e aos direitos dos homens, *Declaração dos direitos do homem e do cidadão*, divulgado em 1789.

Também é importante mencionar que o movimento iluminista, em certa medida, cooperou para a difusão de ideais sexistas ao elaborar narrativas que estabeleciam funções, lugares e comportamentos sociais definidos a partir do gênero. Às mulheres, destinavam-se os afazeres domésticos, associados ao cuidado com o lar e a família, enquanto aos homens inferia-se a detenção de habilidades ditas naturais que legitimavam sua participação em diferentes setores da sociedade (Campoi, 2011, p. 197-198).

Vale comentar que os discursos biológicos, como analisa Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2021, p. 27) foram elaborados com o objetivo de validar as segregações de gênero e de raça. A condição das mulheres está transpassada pela situação econômica, raça, origem e outros aspectos sociais. A reclusão ao espaço doméstico no século XIX, com frequência, era imposta às mulheres ricas, isto porque as mulheres pobres precisavam trabalhar, muitas vezes fora de casa, para garantir a subsistência de sua família.

Dessa forma, permanecia/permanece, no imaginário social, a ideia de que toda mulher é uma mãe em potencial. Por isso, a vida de muitas mulheres, sua educação e as instruções recebidas em casa giravam em torno da concepção de que aquela mulher se tornaria uma mãe e deveria instruir seus filhos. Logo, a educação das mulheres destinava-se à formação de seus filhos e filhas, em especial à educação dos homens. Estes, considerados os únicos legítimos para a construção de impérios. A muitas mulheres cabia a construção de um reinado apenas no ambiente doméstico. Portanto, a negação das mulheres ao acesso à ciência e a outros conhecimentos que poderiam ser usados como instrumento de emancipação foi estratégica para impedir a conquista de espaços de poder, considerando suas análises minuciosas do cotidiano e a percepção cuidadosa que a vida de cuidadora a obrigava possuir (Gati; Monteiro, 2016, p. 1153-1154).

Deve-se pontuar que imaginários sociais regulam a vida coletiva, posto que projetam concepções que legitimam as hierarquias existentes na sociedade. Os imaginários podem definir comportamentos e ideias que se destinam à comunidade (Baczko, 1985, p. 309). É nesse cenário que os imaginários sociais de subalternização das mulheres e das pessoas negras cooperam para manutenção de uma ordem social segregacionista e desigual, manifestando-se nos obstáculos que dificultam o acesso aos espaços de poder, como a educação.

A educação igualitária entre meninos e meninas, homens e mulheres, confrontava os ideais hegemônicos, patriarcais e desiguais vigentes na sociedade. Portanto, as mulheres identificaram a necessidade de educar-se por outros caminhos, além da escola, atentando-se a

uma educação autodidata, construída para si. Inicialmente, motivadas pelos princípios religiosos que pairavam pela sociedade, consumiam apenas as leituras bíblicas. Posteriormente, deslocaram-se para outros tipos de literatura, adquirindo materiais e construindo suas reflexões, seus pensamentos e posicionamentos sobre o mundo (Gati; Monteiro, 2016, p. 1155-1156).

Nesse cenário, na busca por fontes de leitura, as mulheres apresentavam dificuldades no acesso às revistas, porque essas, por sua vez, não se preocupavam em produzir materiais para elas, tendo em vista que a leitura possibilitaria a aquisição de conhecimento. O que consequentemente influenciaria na emancipação e representava um perigo para a sociedade patriarcal, uma vez que acreditavam que ela podia se rebelar contra o sistema (Gati; Monteiro, 2016, p. 1155-1156).

Kelen Benfenatti Paiva (2018, p. 161) comenta que existiam duas vertentes ideológicas principais que debatiam, na imprensa, sobre a educação da mulher brasileira no século XIX. Havia um grupo que se opunha radicalmente à educação feminina e outro que defendia a instrução feminina para o progresso da Pátria. Existia, assim, aqueles que defendiam a educação para a vida doméstica, pois, o cenário brasileiro do Oitocentos estava permeado pelos defensores da “educação da agulha”, modelo que formaria boas mães e esposas e aqueles que eram apoiadores da educação para emancipação das mulheres.

A educação das mulheres brasileiras era influenciada diretamente pelo grupo social ao qual pertenciam. Portanto, pensar na educação de mulheres negras e brancas, pobres e ricas, rurais e citadinas é pensar em uma educação singular, referente a cada existência, dado que o meio no qual o sujeito está inserido relaciona-se com as suas oportunidades. No entanto, deve-se destacar que considerando o contexto de colonização, permeado pela escassez de escolas e por concepções patriarcais, as mulheres, sejam elas brancas, ricas, pobres ou negras, não eram consideradas grupo prioritário para ocupação dos espaços educacionais para o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita. Às mulheres empobrecidas, eram destinados os trabalhos exaustivos, braçais, relacionados à agricultura e à mineração, por exemplo. As mulheres ricas ou de estratos sociais privilegiados, comumente, ocupavam-se dos cuidados com o lar, a família e o marido (Gati; Monteiro, 2016, p. 1157).

Paradoxalmente, a inserção das mulheres nas instituições educacionais foi impulsionada pela maternidade, mais precisamente pela concepção de que a mulher deveria cuidar dos filhos e instruí-los. Nesse contexto, surgiu a primeira lei de instrução pública do Brasil, de 1827, afirmando que as mulheres necessitavam de instruções para que soubessem instruir seus filhos (Gati; Monteiro, 2016, p. 1158). A participação das mulheres nos espaços

educativos tinha por finalidade, conforme a legislação e os imaginários da época, educar os homens, as ditas “mentes pensantes” e os futuros líderes que garantiriam a manutenção da ordem social, contribuiu-se, dessa forma, para a formação intelectual, muito embora o objetivo não fosse a emancipação das mulheres.

Nesse cenário, os debates sobre a educação dessas mulheres encontravam-se em diversos espaços sociais, como nas grandes cidades e nos vilarejos. No entanto, a preocupação em torno da educação das mulheres devia-se, majoritariamente, à ideia de que elas eram as responsáveis pela educação das futuras gerações, que garantiriam a melhoria da Pátria (Paiva, 2018, p. 161). As mulheres da camada privilegiada economicamente tinham tutoras, vindas da Europa, para orientá-las. As preceptoras ensinavam leitura, escrita, bons modos, música, com frequência o piano, francês e outras atividades que auxiliariam o trabalho doméstico e o cuidado com o lar (Gati; Monteiro, 2016, p. 1158).

Percebe-se a relação dos dois papéis sociais, o de mãe e o de professora, sendo que desde a Colônia, as mães deveriam instruir seus filhos, desempenhando função semelhante ao ofício associado às professoras. Com isso, o espaço escolar e o familiar se confundiam, e as atribuições de uma mãe com o ofício de uma professora, devido a ideia de que uma boa mãe seria uma boa professora e uma boa professora seria uma boa mãe.

Vale pontuar que mulheres e homens construíram um movimento em prol da educação para mulheres. No Rio de Janeiro, por exemplo, Francisca Senhorinha da Motta Diniz trabalhou na fundação e direção do jornal *O Sexo Feminino*, noticiário que publicizava narrativas em defesa da educação feminina. E em Minas Gerais, na Vila de São João del-Rei, no jornal *O Mentor das brasileiras*, homens publicavam textos em apoio à educação para mulheres (Paiva, 2018, p. 162).

Hahner (2010, p. 314) destaca que apesar da primeira legislação que fez referência à educação das mulheres no Brasil tenha ocorrido em 1827, após a lei, realizou-se a fundação de duas faculdades de Direito e duas faculdades de Medicina, porém, voltadas para a formação de homens. A legislação também determinou a criação de escolas em diversas vilas e cidades, pretendendo alcançar meninos e meninas, embora o plano não tenha se concretizado. Portanto, constata-se que os avanços legislativos moderados que pretendiam a inclusão, manifestaram-se de modo diferente na prática, uma vez que o processo educacional igualitário esteve permeado pelos obstáculos de uma sociedade patriarcal e escravista.

2.3.1 Educação e emancipação no Brasil Oitocentista: as contribuições da maranhense Maria Firmina dos Reis

Ao encontro das narrativas sobre a educação oitocentista, tem-se o caso de Maria Firmina dos Reis, professora da Vila de Guimarães, na província do Maranhão. O destaque de Firmina no século XIX ocorreu por diversos fatores, assim como a sua inserção na educação, sobressaindo-se como a primeira mulher concursada do Maranhão, fundadora da escola mista de Maçaricó, e pela sua contribuição à imprensa, por construir textos antiescravista e promover, por meio de sua escrita, reflexões sobre o sistema escravista e sobre as mulheres na sociedade.

Devido às imposições sociais que restringiam o acesso das mulheres à educação brasileira, Maria Firmina frequentou exclusivamente a escola primária e não ingressou na chamada Escola Normal, curso de formação para “alunos-mestres”, ofertado a partir de 1840, na capital da Província do Maranhão. Também não pôde estudar no Liceu Maranhense, porque se oferecia o curso de aperfeiçoamento destinado somente ao público masculino. E só a partir de 1874, instituiu-se o Curso Normal da Sociedade Onze de Agosto, com o objetivo de atender os professores do ensino primário da região, para o qual as mulheres podiam ingressar. Contudo, nesse período, Firmina já não residia na capital da província, encontrava-se no exercício da docência na Vila de Guimarães há mais de 20 anos (Gomes, 2022, p. 92).

Em relação à educação de Firmina, identifica-se que a própria escritora considerou que teve uma educação “acanhada”, uma vez que utilizou do prólogo de *Úrsula* para relatar a pouca instrução que recebeu. O que indica, possivelmente, que a educação de Firmina tenha sido realizada, majoritariamente, no ambiente familiar (Paiva, 2018, p. 166). É possível também que Firmina tenha utilizado do prólogo para denunciar, implicitamente, a desvalorização da educação das mulheres.

É necessário apontar que a implementação da Escola Normal brasileira foi inspirada no modelo europeu, em especial na França, durante o século XIX. A Revolução Francesa teve influência no processo de criação destas instituições, considerando que as ideias de liberdade e posse de conhecimento, difundidas pelo movimento revolucionário, contribuiu para que ocorresse a institucionalização do ensino e a divulgação do conhecimento para torná-lo popular (Gati; Monteiro, 2016, p. 1161).

No Liceu Maranhense, fundado em 1838, Sotero dos Reis, tio da escritora Maria Firmina dos Reis, ofertava aulas para os meninos, deixando à margem a comunidade feminina da província, levando em conta que o público-alvo da instituição eram os rapazes. Dentre os

componentes trabalhados na unidade de ensino, Agenor Gomes (2022, p. 92) destaca: “Filosofia Racional e Moral, Retórica e Poética, Geografia e História, Latim, Francês e Inglês, Desenho Civil, Aritmética, Geometria e Álgebra e Cálculo e Escrituração Mercantil”. Vale ressaltar que na época, também era comum que os professores e professoras ministrassem aulas em suas residências.

Sotero dos Reis ocupava o cargo de inspetor da Instrução Pública da Província, função que hoje corresponde à de secretário estadual de educação (Gomes, 2022, p. 93). Possivelmente, considerando as suas ocupações profissionais e o acesso aos espaços de saber, Sotero contribuiu para educação dos membros da sua família.

Esse processo de implementação das escolas foi permeado por empecilhos, devido à baixa quantidade de escolas e a escassez de profissionais da educação. Esta deficiência está relacionada a má ou nenhuma remuneração e a desvalorização do trabalho. No contexto pós-independência brasileira, a partir da Lei Geral de 15.10.1827, estabeleceu-se diretrizes para a fundação de escolas das primeiras letras em diversas cidades e vilas populosas do Império brasileiro e para a organização de um processo seletivo para mestres e mestras. Desse modo, desenvolveu-se, gradualmente, as Escolas Normais no Brasil (Gati; Monteiro, 2016, p. 1162).

O cenário desmotivante de baixa remuneração e desvalorização do ofício refletiram no fracasso das Escolas Normais do século XIX. Em 1867, apenas as escolas do Piauí, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro estavam funcionando, totalizando quatro Escolas Normais em todo o território nacional. A educação não era considerada investimento, alguns representantes políticos consideravam o financiamento das instituições e dos profissionais da educação um desperdício (Gati; Monteiro, 2016, p. 1165).

A infraestrutura escolar e o fornecimento de materiais para o ensino eram precários no contexto do Maranhão Oitocentista. Um relatório do professor de Rebeca, distrito de Guimarães, evidenciou a debilidade escolar e a ausência de utensílios básicos para o funcionamento da escola. Apesar dos descasos, a Vila de Guimarães e Vila de Santa Helena, também localizadas na província maranhense, adquiriram estrutura para as escolas locais, recebendo materiais do governo provincial. A Vila de Santa Helena recebeu lousa, mesa, lápis, canecas e outros objetos para estruturação do ambiente de ensino. A Vila de São Bento, por exemplo, recebeu a palmatória, instrumento usado para punir os estudantes, dispositivo este que Maria Firmina não utilizava em suas aulas, pois se recusava a execução de punições corporais, conforme relatou sua ex-aluna Eurídice Barbosa Cardoso (Gomes, 2022, p. 128-129).

É válido mencionar que Firmina não era adepta dos castigos físicos, escolha que representa um modelo de educação diferente do comum na época. Sendo que apenas em 1827, proibiu-se a aplicação de castigos corporais no Império brasileiro, no entanto a lei não foi suficiente para o fim das punições que objetivavam a imposição de um comportamento rígido e disciplinado pela agressão. Comumente, profissionais da educação utilizavam chicotes e palmatórias para manter a “ordem” no espaço de ensino. Firmina inovou ao optar por não construir uma educação baseada na violência física (Paiva, 2018, p. 169).

Construindo um panorama histórico acerca da fundação das Escolas Normais no Brasil, percebe-se que a Escola Normal de São Paulo foi criada em 1846, voltada exclusivamente para o público masculino. Porém, em 1867, a escola fechou, devido à escassez de matrículas de estudantes. Reabrindo, em 1875, voltada para o público feminino e masculino. Em 1878, fechou novamente, devido à ausência de recursos financeiros necessários. Voltou a funcionar no ano de 1880, constando 24 matrículas de mulheres e 20 matrículas de homens no primeiro ano, e apenas 5 matrículas de mulheres e 2 matrículas de homens no segundo ano (Hahner, 2010, p. 318). Esses números indicam, assim, que as mulheres estavam, gradualmente, acessando os espaços institucionalizados de leitura e escrita.

O Rio de Janeiro do século XIX, considerada na época a maior cidade brasileira, também apresentou obstáculos para a instituição da Escola Normal. Em 1876, um decreto definiu que deveriam ser criadas duas Escolas Normais, uma para mulheres e outra para homens. Em virtude da ausência de capital financeiro, o plano não se concretizou. Em 1880, foi criada a Escola Normal que atendia homens e mulheres, ofertando o ensino gratuito. Nesta escola, 173 mulheres e 102 homens matricularam-se na primeira série (Hahner, 2010, p. 318).

O caso da Escola Normal de São Paulo e do Rio de Janeiro refletem o contexto conturbado educacional do século XIX, devido à ausência de financiamento da educação. O cenário oitocentista também evidencia a inserção das mulheres nestas instituições educacionais, considerando que o número de matrículas de mulheres, em 1880, foi maior que o número de matrículas de homens.

No Maranhão do século XIX, a oferta de educação escolar baseava-se em critérios de estrato social, gênero e raça. Com frequência, as elites locais, os meninos e os brancos constituíam-se como grupos prioritários para o ingresso nas instituições. Porém, algumas mulheres e pessoas negras adentraram os espaços da educação formal, como fez a romancista Maria Firmina dos Reis.

Pensando no contexto educacional do Brasil Oitocentista e na inserção dos grupos sociais nas escolas, torna-se necessária a reflexão além da categoria de gênero, considerando

também a ordem racial para identificar a condição das mulheres negras no processo de escolarização. Nesse sentido, tem-se o trabalho *Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX*, desenvolvido por Surya Pombo de Barros (2016), o qual disserta sobre a condição educacional de escravos libertos e de pessoas negras nas legislações do século XIX, delimitando o estudo no período de 1830 a 1880, em algumas províncias brasileiras.

Copiosas legislações da época expunham a proibição de pessoas negras livres ou libertas de frequentarem a educação institucional. Apesar das contrariedades, não ficaram completamente isentas do processo educacional, uma vez que existiam brechas, infrações e outras formas de organização educacional, a exemplo das associações e das aulas particulares pagas pelas famílias negras (Barros, 2016, p. 593).

A Constituição brasileira de 1824 determinou que a instrução primária era gratuita para todos os cidadãos, exceto para pessoas escravizadas. Em 1827, outra legislação define que, em todas as cidades e vilas, haveria escolas de formação para primeiras letras, não determinando restrição referente ao público. No entanto, Conforme Barros (2016, p. 594), em 1834, uma alteração na Constituição apresentou uma série de requisitos para aqueles que podiam frequentar e/ou realizar matrícula nas escolas, “a partir de critérios de gênero, idade, condição de saúde (ser portador de ou sofrer de moléstia contagiosa) e condição jurídica ou racial (livre, liberto, escravo, ingênuo, preto, filho de africano livre)”.

A partir da análise, Barros (2016, p. 595-596) constatou que a legislação se diferia, a depender da província. Minas Gerais determinou, em 1835, que somente as pessoas livres podiam frequentar as escolas, excluindo os escravizados. No Espírito Santo, a legislação proibia o ensino da leitura, escrita, ofício e artes para os cativos. Na província do Rio Grande do Norte, em 1836, a situação não era divergente, apenas libertos podiam frequentar as aulas. Porém, constatou-se que escravizados podiam frequentar as aulas, sem matrícula, com intuito de aprender apenas “prendas domésticas”. Posteriormente, em 1837, o artigo foi revogado, determinando a proibição de pessoas cativas nas escolas públicas. No Rio Grande do Sul, a proibição não era comum, abrangia-se livres, escravizados e pretos. Logo, estes exemplos evidenciam que pessoas negras, livres ou escravizadas, não estiveram completamente excluídas dos processos educacionais no século XIX.

A própria trajetória de Maria Firmina dos Reis traz à tona a ocupação das mulheres e pessoas negras livres nos espaços escolares, desempenhando funções de estudantes e professoras. Considerar apenas as legislações que refletiam os ideais patriarcais e racistas,

considerando a vigência do escravismo no Brasil, é invalidar as conquistas negras e femininas daqueles que se rebelaram contra o sistema hierárquico e desigual da época.

Em 1844, na província maranhense, foi instituído o Colégio Nossa Senhora da Glória, estabelecimento particular de ensino para as meninas. Em 1848, existiam 22 alunas inscritas na escola, nos registros não há menção ao nome de Maria Firmina. Outras instituições de ensino, destinadas ao público feminino, surgiram após a nomeação de Firmina na Vila de Guimarães, que acontecera no ano de 1847. Constata-se, portanto, que Firmina não frequentou esses espaços privativos de ensino. Gomes (2022, p. 92-93) não descarta a possibilidade de Firmina ter frequentado a aula pública de primeiras letras lecionada pela professora Henriqueta Cândida Ferreira, localizada na rua do Ribeirão, uma vez que a família de Firmina morou na rua do Alecrim, próxima à casa de Henriqueta Cândida Ferreira.

Em 1846, existiam 51 colégios públicos de primeiras letras na província do Maranhão, sendo 39 destinados aos meninos e 12 às meninas. Os registros provinciais apresentados à Assembleia Legislativa do Maranhão informam que havia 1.237 meninos matriculados na rede pública e apenas 216 meninas (Gomes, 2022, p. 115). Os números, as estatísticas e os registros da época apresentam a discrepância educacional existente entre meninos e meninas. As meninas e mulheres, na sociedade oitocentista, estavam envoltas pelos discursos, imaginários e políticas de exclusão, considerando que os espaços de poder, como a educação, eram reservados, hegemonicamente, aos homens.

Documentos históricos apontam que durante a década de 1860 registrava-se a matrícula, no ensino primário, de em média 2 mil meninos e 400 meninas. A população da província maranhense era em média de 360 mil habitantes, 35 mil residiam em São Luís, capital provincial. Contabilizando o contingente de professores da província do Maranhão, em 1849, constata-se o exercício de 34 professores, dentre os quais somente 11 eram mulheres (Gomes, 2022, p. 116).

Após pressões e exigências políticas, em 1888, já existiam vinte e duas Escolas Normais no território nacional. Nesse processo, proliferavam-se o número de professoras e de estudantes mulheres nas escolas, provocando inclusive a feminilização do magistério. Esta ocorrência pode estar relacionada tanto ao cuidado atribuído historicamente e socialmente às mulheres, quanto ao processo de urbanização e industrialização ocorrido no Brasil, que requeria que os homens ocupassem cargos nas indústrias e empresas (Gati; Monteiro, 2016, p. 1165).

O magistério era uma oportunidade para que diversas mulheres ingressassem em espaços de trabalho além do doméstico. Havia, por uma parcela da sociedade, a aprovação da

inserção das mulheres no magistério, justificada pela relação do lecionar com o materno. Acreditava-se que as mulheres detinham o dom do cuidado, a elas caberiam o cuidar do filho e do estudante. Dessa forma, esta percepção refletiu-se na presença enfática das mulheres no mundo das escolas. Hahner (2010, p. 319) destaca que “No Rio de Janeiro, em 1872, as mulheres representavam um terço do professorado, e esta cifra dobraria até o começo do século XX. Em 1906, as mulheres representavam 70% dos professores da capital”.

Embora as mulheres estivessem inserindo-se no mundo do trabalho educacional institucionalizado, a remuneração era inferior, quando comparada à remuneração oferecida aos homens. Hahner (2010, p. 319) relata que o ministro do Império, em 1882, reconhecia que a formação realizada pelas mulheres tinha mais eficácia, na medida em que apresentavam números superiores, quando comparados à orientação efetuada por homens. Porém, a concepção de alguns representantes políticos era de que, para as mulheres a remuneração menor era suficiente, pois acreditava-se que elas necessitavam de menos para viver. De acordo com June E. Hahner (2010, p. 324):

Assim, a maternidade espiritual serviu como uma justificativa para empregar mais, e mais baratas, professoras. Enquanto os novos regulamentos possibilitaram a chance de se contratar professoras, aquele grupo de alunos que recebia aulas apenas de professores podia incitar a competição entre os dois grupos de docentes. Isso ajudou, sem dúvida, no processo de feminização da sala de aula.

Logo, esta concepção de escassez contribuiu para a má remuneração dos professores, uma vez que progressivamente ocorria a participação das mulheres no professorado e permeava-se a ideia de que elas não precisavam ser bem remuneradas. O regime de ausências contribuiu também para a popularização das escolas mistas, pois não havia recursos financeiros para sustentar escolas apenas para meninos e outras exclusiva para meninas (Hahner, 2010, p. 321-322). Embora escolas mistas tenham sido estabelecidas, em algumas a ideia de segregação foi mantida, manifestando-se na divisão dos espaços, onde meninas e meninos ficavam em setores diferentes.

Agenor Gomes (2022, p. 92-116) informa que Firmina não frequentou a Escola Normal e os cursos de formação para mestres. Desse modo, a maranhense teve que estudar com seus próprios recursos para o concurso público, sendo que na época não era necessário o curso secundário para prestar concurso. Considerando os obstáculos que se apresentavam diante das mulheres daquele contexto, percebe-se os números reduzidos de professoras no exercício da educação maranhense e a escassa concorrência no concurso que Firmina

participou, já que apenas três mulheres disputavam o cargo para mestra régia da Vila de Guimarães.

Dois anos após a sua nomeação no concurso público da Vila de Guimarães, a mestra recebia o valor mensal de 37 mil e 500 réis e uma gratificação anual de quatro mil réis por cada estudante inscrito “que acrescer as dez”. No ano de 1874, a professora recebia a remuneração mensal de 50 mil réis. Para analisar o cenário econômico da vida de Firmina, Gomes (2022, p. 116) informa os valores de alguns produtos necessários para subsistência no ano de 1874: “um quilo de farinha d’água, base da alimentação da vila, custava cerca de 160 réis; o quilo de arroz, 180 réis; o de açúcar, 240 réis e o de café, 850 réis. O quilo de carne seca ficava em torno de 400 réis e o de camarão seco, em 300 réis”.

Firmina não possuía moradia própria, residia na casa do seu tio Martiniano José dos Reis. A residência abrigava o tio Martiniano, a esposa do tio, Joanna Mathilde Mafra dos Reis, Engrácia, mãe de Martiniano e Leonor com suas filhas, Maria Firmina dos Reis e Amália Augusta. A casa era lugar de abrigo, de escrita e de educação. Em uma das salas da casa, Firmina escreveu o romance *Úrsula* e lecionou para os seus estudantes, com a autorização do seu tio, proprietário do local. Para utilização do espaço, o governo oferecia 60 mil réis anuais para locação da sala, quantia igual à dos aluguéis de salas nas vilas de Brejo, Rosário e Itapecuru (Gomes, 2022, p. 116-117).

Nota-se que, apesar dos obstáculos para as mulheres e pessoas negras daquela sociedade, a origem de Firmina e o seu núcleo familiar somou oportunidades para a futura professora, escritora e romancista na construção da sua vida profissional e literária. O apoio do seu tio Martiniano ao ceder moradia e uma sala da sua casa para o exercício do magistério, o auxílio de Sotero dos Reis na educação da sua família e até mesmo o incentivo de Leonor, mãe de Firmina, que estimulou o apreço pela leitura e os estudos, conforme relatado no segundo poema de *Cantos à beira-mar*, foram fundamentais para a trajetória de Firmina. Os obstáculos de uma sociedade patriarcal e escravista não foram suficientes para impedir a inserção e o destaque de Firmina na educação e na imprensa maranhense.

Em 1858, Firmina ministrava aula para 11 estudantes meninas, enquanto José Esteves da Serra Aranha, mestre de primeiras letras do setor masculino, ministrava para 44 meninos. Dentre os conteúdos trabalhados nas escolas de ensino do primeiro grau da província do Maranhão inseriam-se leitura, escrita, gramática portuguesa, catecismo em noções de histórias sagradas, as quatro operações fundamentais da aritmética em números inteiros, decimais e quebrados e o sistema métrico decimal. Nas escolas destinadas ao público feminino, além destes conteúdos especificados, inseriam-se também o bordado e outros trabalhos que

envolviam o manuseio de agulhas. Nas escolas de segundo grau, estudavam os conteúdos da grade do primeiro grau e acrescentavam novos, bem como a Gramática Geral e Análise dos Clássicos, Geografia e História do Brasil e outros (Gomes, 2022, p. 121).

As mulheres das camadas populares beneficiaram-se das Escolas Normais, em razão de que muitas não teriam oportunidades de acessar a educação institucionalizada por meio privado, como a contratação de professoras particulares. A Escola Normal do Rio de Janeiro, por exemplo, ofertou diversas matérias que essas camadas populares, possivelmente, não teriam acesso, se não fosse a educação institucionalizada, como o “português, francês, história, geografia, religião, matemática, ciências, lógica e música, além de trabalhos manuais para os rapazes e trabalhos de agulha para as moças e, para ambos, a pedagogia” (Hahner, 2010, p. 325). Nas instituições privadas de ensino do Maranhão destinada às meninas, ofertavam aulas de primeiras letras, piano, dança, costura, bordado, desenho e francês (Gomes, 2022, p. 92-93).

O pesquisador Agenor Gomes (2022, p. 121) discorre sobre a inserção de crianças escravizadas nas escolas ao afirmar que “raramente” estas crianças eram inseridas no sistema educacional. Analisando o cenário Imperial, era comum a proibição de cativos nas instituições de ensino. O jornal *Diário do Maranhão* relatou uma situação ocorrida na Vila de Cururupu, anexo da Vila de Guimarães em 1879, na qual houve uma reação contra a matrícula de pessoas escravizadas, dado que muitas pessoas não desejavam que seus filhos estivessem nos mesmos espaços que as crianças submetidas ao sistema escravista.

A província do Maranhão só apresentou embargos aos escravizados em 1854. Nos anos de 1850, a proibição foi enfatizada e inaugurada em algumas províncias que eram influenciadas pelas determinações da Corte, que também havia determinado tal interdição aos escravizados. No entanto, um ano após, em 1855, aprovou-se o Regulamento da Casa dos Educandos Artífices do Maranhão, destinado aos “meninos pobres e desvalidos” (Barros, 2016, p. 597).

O cenário de intensas interdições alterou-se no contexto da década de 1870, a partir da instituição do ensino noturno e da promulgação da Lei do Ventre Livre. Na Paraíba, a legislação que institucionalizou o ensino noturno primário para meninos não apresentava proibições. Em Santa Catarina, a integração de escravizados passou a ser permitida apenas com a licença concedida pelos senhores. Em São Paulo, ocorreu também uma abertura para o ensino noturno, permitiu-se que pessoas escravizadas pudessem frequentar o ensino noturno apenas quando o seu senhor aprovasse. Em 1877, no Maranhão, o Regulamento para as

Escolas Públicas de Primeiras Letras da Província não fez menção aos escravizados (Barros, 2016, p. 601-603).

Na década de 1880, o Paraná destacou-se ao referenciar a Lei do Ventre Livre (1871), diferenciando-se de outras províncias brasileiras. A Lei nº 769, de 1883, apresentou a seguinte menção:

Art. 1º É obrigatória a frequência das escolas de ensino primário nas cidades, vilas e povoações para todas as crianças; sendo dos 7 aos 14 anos de idade para o sexo masculino, dos 7 aos 12 para o sexo feminino.

§ Único. Estão compreendidos nas disposições deste artigo os ingênuos da lei de 28 de setembro de 1871 (Miguel, 2004 *apud* Barros, 2016, p. 602).

A determinação de que “todas” as crianças poderiam ingressar nos espaços de educação primária representa uma conquista educacional para as camadas marginalizadas da sociedade, em especial a população negra e feminina. Nesse sentido, Barros (2016, p. 603) destaca que as legislações não são suficientes para elaborar afirmações sobre a experiência negra na escola, enfatizando a importância de considerar outros documentos históricos, bem como relatórios e atas de assembleias. Assim, torna-se relevante refletir as possibilidades e as não possibilidades que estas legislações permitiam. A legislação, quando proibindo ou permitindo, não é suficiente para declarar que todos os negros e negras daquela província foram interditados ou inseridos no contexto educacional:

Não tomamos a legislação como totalidade das relações. Se institui práticas, a lei também é resultado de processos, de disputas e conflitos. É burlada, alterada e descumprida – seja quando permite, seja quando proíbe. A obrigação de escolarizar os ingênuos no Paraná, por exemplo, não significa que todos os ingênuos daquela província tiveram acesso à escola, como a proibição de matrícula não excluiu todos os escravizados em todos os períodos e regiões do processo de escolarização – episódios que vêm sendo investigados por muitos pesquisadores (Barros, 2016, p. 603).

A partir das considerações acerca das legislações educacionais de pessoas negras, livres e escravizadas, no século XIX, enfatiza-se que não se pode confirmar que negros não participaram dos processos educacionais e estiveram isentos de acessar as escolas, embora a proibição tenha ocorrido em algumas situações.

Ressalta-se que o ensino não era uma preocupação e ocupação da elite, a função de mestras primárias das escolas públicas, a título de exemplo, era ocupada por mulheres não pertencentes à elite econômica que viviam nas cidades e por algumas normalistas oriundas de orfanatos religiosos, uma vez que a atividade era um outro caminho possível para sua inserção

no mundo do trabalho. O magistério, conforme Hahner (2010, p. 326), “era uma forma de as moças pobres ganharem a vida com ‘dignidade’”.

O estrato social das mulheres refletia-se na sua formação, posto que muitas mulheres não conseguiam terminar a Escola Normal no tempo previsto, uma média de quatro anos. Algumas, principalmente, as que frequentavam o curso no turno da noite, formaram-se após dez anos de ingresso ao curso. Isso ocorria devido a necessidades financeiras dessas mulheres, pois precisavam “ganhar a vida”, trabalhar e garantir a sua sobrevivência, antes de encerrar seu curso (Hahner, 2010, p. 327).

Das mulheres que se inseriram na educação do Maranhão destaca-se, além de Maria Firmina, que tinha 14 alunas na rede de ensino público, Maria Madalena de Araújo, que lecionava para 10 alunas do ensino particular da Vila de Guimarães. Em Alcântara, identifica-se a professora Joaquina de Seixas Correia. Em Cururupu, próximo à Vila de Guimãraes, a mestra Herculana Firmina Vieira de Souza, professora de 27 alunas e escritora da obra *Resumo da História do Brasil desde o seu descobrimento até a aclamação de S.M.I.*, material que foi utilizado nas escolas de segundo grau e vendido por 800 réis (Gomes, 2022, p. 127).

Leopoldina da Costa Fontella destaca-se como exemplo da inserção das mulheres no processo escolar, uma vez que foi professora e estudante, no contexto do século XIX, no Rio de Janeiro. Embora ela tenha conseguido integrar o âmbito educacional, obstáculos apresentaram-se em seus caminhos. Leopoldina da Costa Fontella exercia o magistério em uma escola primária, durante o dia, e matriculou-se na Escola Normal do Rio de Janeiro, com intuito de aperfeiçoar seus conhecimentos, para isso, frequentava as aulas durante a noite. No entanto, as provas da Escola Normal, no período em que a professora estava matriculada, eram aplicadas durante o dia, fato que a obrigou a faltar no seu trabalho, assim como outros professores. Devido a essas faltas, em decorrência dos exames da Escola Normal, Leopoldina da Costa Fontella teve um desconto salarial considerável. O que chama atenção é o fato de que esse desconto não atingiu os outros professores, que também se ausentavam do trabalho para realizar as avaliações da Escola Normal.

Nesse cenário de disparidade de tratamento, em 1875, Leopoldina da Costa Fontella protesta e questiona tais desigualdades ao enviar uma carta ao inspetor geral da Instrução Primária e Secundária da Corte, na qual solicitava a reposição do capital descontado de maneira injusta. O parecer em relação ao protesto da escritora não está disponível, no entanto, a situação e a movimentação de Leopoldina da Costa Fontella permite uma reflexão sobre o tratamento oferecido às mulheres da época e os posicionamentos diante das desigualdades de gênero (Hahner, 2010, p. 314).

Em Maçaricó, Maria Firmina dos Reis inovou ao criar a escola mista, atendendo meninos e meninas, aqueles que podiam pagar e os que não podiam pagar. O primeiro relato sobre a escola mista de Maçaricó encontra-se no *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, de Sacramento Black. No sexto volume do dicionário, publicado em 1900, Sacramento Black realizou uma menção à escola fundada por Maria Firmina dos Reis, em 1880.

Muitas das informações sobre a escola mista de Maçaricó são provenientes dos relatos de pessoas que foram estudantes da escola e filhos da professora Maria Firmina, entrevistados pelo pesquisador Nascimento Moraes Filho no processo de construção da obra *Maria Firmina: fragmentos de uma vida*. O interlocutor Leude Guimarães relatou a estrutura da escola, contando que “as aulas ocorriam em um barracão construído de taipa e coberto de palha [...] O amplo barracão era utilizado para guardar produtos agrícolas da fazenda de Domingos Lourenço da Silva Montego, proprietário de Entre-Rios e também de metade das terras do povoado Maçaricó” (Gomes, 2022, p. 261).

A viagem da Vila de Guimarães para o povoado Maçaricó, localizado a 10 quilômetros, era custosa, pois era realizada num carro de boi e durava em média 3 horas. Além da casa na Vila de Guimarães, Martiniano detinha posses em Jericó e em Maçaricó. Quando Firmina deslocava-se para o povoado de Maçaricó, abrigava-se na casa do tio Martiniano. Quando se dirigia para a região da fazenda Entre-Rios, hospedava-se na casa de Domingos Lourenço da Silva Montego (Gomes, 2022, p. 262-263).

Em 1880, seu tio Martiniano faleceu e a viúva Joanna Mathilde mudou-se para o povoado de Maçaricó, com o intuito de administrar a produção agrícola. É nesse contexto de transferência residencial da viúva de Martiniano que Maria Firmina também se deslocou para a localidade, onde fundou a escola mista e atuou como preceptora particular das filhas de Domingos Montego (Gomes, 2022, p. 263).

O trabalho realizado pelas preceptoras simboliza a crescente emancipação das mulheres no século XIX, uma vez que foi nesse contexto da feminilização da educação que mulheres ingressaram no mundo do trabalho considerado intelectual, desempenhando essas atividades além do cuidado com o lar (Paiva, 2018, p. 167).

Figura 1 – Representação da Escola Mista de Maçaricó, fundada por Maria Firmina



Fonte: Pesquisa de campo (2024)

A pintura representa visualmente a Escola Mista de Maçaricó, fundada por Maria Firmina dos Reis. A obra é de autoria do artista Luzinei Araújo, datada de 2021 e exposta no Instituto Histórico e Geográfico de Guimarães. Conforme as descrições da estrutura da escola mista, sabe-se que foi estabelecida em “um barracão de taipa, coberto de palha. O piso, de chão batido, necessitava ser borrifado com água todas as manhãs para evitar a poeira. A meia-parede ajudava a ventilação” (Gomes, 2022, p. 263).

A representação imagética (Fig. 1) traz à tona o cenário descrito por Gomes (2022), considerando que apresenta as paredes baixas, a cobertura de palha e uma construção de taipa, envolta por vegetações, representando a ruralidade da região na qual a escola estava inserida. Na pintura, é possível perceber meninos e meninas, brancos e negros, figurando como estudantes da escola mista fundada pela escritora.

O cenário era de muita escassez e simplicidade, Firmina atendia os estudantes que podiam pagar e aqueles que não podiam. O atendimento às pessoas que não tinham posses pode representar um projeto crítico, político e educacional elaborado por Firmina, o qual defendia uma educação para todos, seja pobre, rico, menino e/ou menina. Convém salientar que a recepção de um público variado pode ter decorrido da necessidade de indicadores numéricos que justificassem o funcionamento da escola, posto que se não houvesse estudantes suficientes, não seria possível manter o espaço de ensino (Paiva, 2018, p. 168).

Com o dinheiro que arrecadava, comprava cadernos, lousa e outros objetos necessários para o ensino. Devido à carência financeira, a escola mista foi fechada após dois anos e meio de funcionamento e reaberta por volta de 1890, mas sua reativação não durou muito tempo (Gomes, 2022, p. 263-264). A falência da escola mista demonstra a falta de apoio financeiro e político para sustentação de uma instituição de ensino que contrariava a ordem comum e revolucionava o sistema educacional maranhense do século XIX, levando em conta que não segregava públicos e apresentava um modelo metodológico e pedagógico emancipacionista (Paiva, 2018, p. 170).

Na prática educativa, no fazer docente, Firmina utilizou metodologias incomuns para a época, preferindo a interatividade e o acolhimento daqueles que não tinham recursos. Considerando que a professora publicava charadas, é possível que tenha utilizado jogos de palavras em sala de aula, instigando seus estudantes às reflexões e indagações. Além das charadas, Firmina utilizava suas composições musicais no processo educativo, ensinando seus estudantes a cantar (Gomes, 2022, p. 204). Maria Firmina dos Reis inova na escrita e na docência, nas atividades propostas aos estudantes e na construção de um modelo emancipador de ensino.

Desse modo, identifica-se as múltiplas formas de resistência firminiana. Apesar dos obstáculos de uma sociedade escravista, que subalternizava o negro, e do cenário patriarcal, que repelia as mulheres dos espaços de poder, a escritora e professora negra inseriu-se na educação, como tantas outras mulheres invisibilizadas na História, e contribuiu para consolidação da educação institucionalizada no Brasil ao emprenhar-se no magistério e na fundação da escola mista de Maçaricó. A esse respeito, Gomes (2022, p. 168) ressalta:

Ao criar a sua escola mista durante o período da escravidão, incluindo estudantes pobres em um lugarejo comprimido entre as fazendas Entre-Rios, Cabeceiras, Miritiua e Jericó, Maria Firmina dos Reis mais uma vez inova, desta feita na prática do ensino elementar. O povoado Maçaricó era habitado, também, na década de 1880, por grande número de escravos da fazenda Entre-Rios. A educação constituía-se em privilégio de poucos e o letramento de negros libertos era visto com reservas pela sociedade escravista.

Por meio deste estudo, identificou-se como os discursos e os imaginários sociais são construídos e amparados em concepções variadas, a exemplo do discurso biológico, elaborado e utilizado para legitimar a dominação masculina. E a manifestação desses discursos de subordinação também está presente na literatura, na história e em outros produtos culturais, pois reproduzem a estigmatização do corpo das mulheres e do corpo de pessoas negras. Nesse cenário de construções de discurso e práticas que subordinam as mulheres, apesar das imposições sociais e dos ideais de inferiorização feminina, uma literatura de autorrepresentações está sendo construída por mulheres negras, retratando suas vivências e suas especificidades no cotidiano.

Maria Firmina dos Reis representa, portanto, as mulheres brasileiras do século XIX que conseguiram integrar variados espaços, contribuindo para o desenvolvimento da educação, da literatura e da cultura brasileira, em especial a do Maranhão, local em que ela, enfrentando arraigados preceitos de uma sociedade escravista e patriarcal, construiu sua trajetória de escritora e professora.

3 MARIA FIRMINA E OS LUGARES DE MEMÓRIAS

O mar vagueia onduloso sob os meus pensamentos
 A memória bravia lança o leme:
 Recordar é preciso.
 O movimento vaivém nas águas-lembranças
 dos meus marejados olhos transborda-me a vida,
 salgando-me o rosto e o gosto.
 Sou eternamente náufraga,
 mas os fundos oceanos não me amedrontam
 e nem me imobilizam.
 Uma paixão profunda é a boia que me emerge.
 Sei que o mistério subsiste além das águas.
 (Conceição Evaristo)

O corpo social é constituído por indivíduos compilados por identidades, memórias e histórias. A memória e a identidade são fenômenos construídos socialmente, em um processo fluído e volátil, uma vez que se moldam a partir dos sujeitos, do tempo e do espaço histórico. Logo, são elementos conectados, posto que uma depende da outra. A História utiliza da memória para a reconstrução de fatos, para a fabricação do passado, e a memória está agregada aos sujeitos, que são históricos. A memória é fundamental para a manutenção da história, de um povo, de culturas e de costumes. É por meio da memória que se mantém tradições vivas, pulsando no seio da sociedade.

No contexto das inter-relações memória-identidade, insere-se os debates sobre *lugares de memória*, conceito que trata de lugares funcionais, simbólicos e materiais que favorecem a manutenção de memórias e identidades de um povo, um indivíduo, um tempo e/ou um espaço. Lugares de memória, portanto, podem tratar-se desde elementos físicos e de objetos pessoais até elementos simbólicos e imateriais para um sujeito e/ou uma coletividade.

Diante das discussões que se apresentam nesta pesquisa sobre Maria Firmina dos Reis, suas memórias e identidades, considera-se que ela se enquadra nos estudos sobre lugares de memória. Dentre esses lugares atribuídos à Maria Firmina dos Reis, menciona-se São Luís, no Maranhão, onde a escritora nasceu, os elementos físicos e simbólicos de Guimarães, localizada na baixada maranhense, cidade na qual viveu parte significativa da sua trajetória. Dessa forma, neste este se considera não apenas as construções, os monumentos e as praças, mas também as suas literaturas, as representações imagéticas, os jornais e as pessoas como lugares de memória.

Nessa perspectiva, torna-se necessário refletir sobre os entrelaçamentos da memória e da identidade, pois são elementos que constituem o sujeito humano, de modo consciente e inconsciente, em virtude das suas relações intrínsecas e extrínsecas com o seu interior (o eu) e

com o externo (a sociedade). Esta relação eu-sociedade modela a existência humana em diversos espaços e temporalidades, produzindo suas memórias, identidades, concepções e comportamentos.

Para a fundamentação da discussão que se apresenta nesta pesquisa sobre a memória, lança-se mão dos estudos de Maurice Halbwachs, que na obra *A memória coletiva* (2006), elaborou definições sobre a memória ao discutir categorias como memória coletiva e memória individual. Levando-se em consideração que a existência humana na terra e suas relações sociais inevitáveis, especialmente no contexto globalizado em que a sociedade está inserida, provê as memórias coletivas, dado que não há sujeito que possui uma memória exclusivamente sua, em virtude das suas interações, voluntárias ou involuntárias, com o meio, com outros sujeitos e com outras construções sociais (Halbwachs, 2009, p. 30).

A existência de um sujeito em um corpo social, mesmo que viva em estado de isolamento, subordina-o à dependência de mantimentos, objetos, espaços e outras confecções humanas. Desse modo, a existência humana está condicionada às interações e construções coletivas. Por consequência, as experiências são coletivas. O comparecimento de um sujeito em um evento que o garantiu experiências únicas não indica que foi uma vivência individual, pois a composição humana presente naquele espaço também atuou na elaboração de uma memória coletiva. Para Halbwachs (2006, p. 30):

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem.

Além da impossibilidade da construção de uma memória exclusiva de um sujeito, sem que haja qualquer relação com a existência de outros indivíduos, há também as ancestralidades, vivências e tradições transferidas pela família ou por pessoas próximas. Mesmo quando o indivíduo não vivencia materialmente uma situação, o sujeito pode apresentar memórias relacionadas a ocasião, em virtude das transmissões, dos repasses familiares, orais, escritos, iconográficos e outros. Assim, identifica-se a memória como um fenômeno social, transitivo, fluído, geracional, e, sobretudo, coletivo.

Claro, se a nossa impressão pode se basear não apenas na nossa lembrança, mas também na de outros, nossa confiança na exatidão de nossa recordação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada não apenas pela mesma pessoa, mas por muitas (Halbwachs, 2006, p. 29).

Logo, múltiplas pessoas lapidam e influenciam a trajetória de um outro sujeito. A sua interação com o meio social ocorre desde a sua concepção até o pós-morte. Isso porque a memória não está condicionada a um único indivíduo, ela não se dissolve e some quando o sujeito morre, pois é transferível. Além das pessoas que evocam lembranças e mantêm uma história viva, existem diversos elementos que contribuem para as lembranças, como objetos pessoais, fotografias e espaços físicos.

Halbwachs (2006, p. 39) assinala ainda que no processo de retomada e reconstrução de uma memória, a partir da memória de outros sujeitos, é necessária uma base comum, elementos que garantem similaridades, cruzamentos e concordâncias entre a memória do sujeito e a memória das outras pessoas. Consoante a esta ideia, Michael Pollak (1992, p. 201) ressalta que apesar das características coletivas e mutáveis da memória, existem aspectos invariáveis no elemento da memória, pontos que não se transformam, atuam como núcleo de algo que se modela e remodela constantemente. Percebe-se, então, que a memória, apesar de flutuante, detém um núcleo invariável, que atua como base para as transformações.

Embora afirme-se a impossibilidade de uma memória exclusiva, Halbwachs (2006, p. 69) apresenta o conceito de memória individual, definindo que a memória individual coexiste a partir da memória coletiva, sendo um anexo, uma percepção do sujeito sobre a memória coletiva. Nesse entendimento, a perspectiva de uma pessoa sobre determinada memória coletiva configura-se como memória individual, sendo moldada pelo meio, lugar social, relações e vivências do sujeito.

Quanto às similaridades entre memória e identidade, pode-se inferir que ambas são formadas por elementos que compõem a pessoa, recebendo influência do meio e de outros sujeitos na construção de si. Nessa perspectiva, Stuart Hall (2006, p. 13), ao dissertar sobre identidade, apresenta-a como um constructo a partir de interferências do espaço, das relações e da existência sujeito-sociedade:

Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora “narrativa do eu” [...] A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia.

Portanto, a existência de um sujeito uno, sólido e imutável é uma utopia. Por isso, Hall (2006, p. 12) enfatiza que as pessoas são lapidadas pelas relações com a sociedade e o espaço. As influências externas elaboram um novo sujeito a cada experiência, moldando, fragmentando e multiplicando suas identidades. Pensando em Maria Firmina dos Reis, é

possível identificá-la como mulher, escritora, professora, musicista, entre outras múltiplas facetas e, conseqüentemente, múltiplas identidades. Identidades construídas por Firmina, mas que, no tempo presente, recebem atribuições que talvez ela não possuísse em sua época, como a de primeira romancista brasileira.

Pensando também na relação entre identidade e espaço, é necessário enfatizar que o meio ao qual o sujeito pertence ou vive é um elemento basilar na construção das suas identidades, em virtudes dos acessos, da cultura, dos costumes e de tantas outras influências na vida do sujeito. É possível dizer que a existência de Maria Firmina dos Reis, na sociedade maranhense oitocentista, moldou seus apreços, suas repulsas, seus desejos e suas inquietações. O que pode ser percebido na construção dos seus romances, contos e poemas, as escolhas das personagens e as temáticas apresentadas representam a sociedade na qual a escritora estava inserida. A própria existência e as ações da escritora também remetem ao contexto histórico. Portanto, percebe-se que a identidade não é um elemento pronto, posto e imposto ao outro, mesmo que isso possa acontecer e sim uma construção em constante transformação.

Diante das considerações sobre memória e identidade, atesta-se uma relação direta entre ambos os conceitos no processo de composição do sujeito. Para que haja identidade, é necessário o resgate de quem se é e de onde se vive, um resgate de si próprio aliado às experiências sociais. Nesse sentido, Kathryn Woodward (2000, p. 11) salienta: “[...] a emergência dessas diferentes identidades é histórica; ela está localizada em um ponto específico no tempo. Uma das formas pelas quais as identidades estabelecem suas reivindicações é por meio do apelo a antecedentes históricos [...]”.

A autora Woodward (2000, p. 11) ressalta a necessidade de recorrer à história para a construção e a reconstrução da identidade. Fica explícito as relações entre memória e identidade, considerando que uma se apoia na outra para a constituição de um indivíduo que detém memória e se identifica de diferentes modos no seio social. Dessa forma, constata-se que a memória e a identidade estão imbricadas. O que justifica o fato de que para que um sujeito elabore e reelabore a identidade de sua família, recorre-se à memória, na qual estão embutidos elementos de identificação desse sujeito e dessa família.

Sobre esse acionamento de memórias coletivas, Pollak (1992, p. 204) informa que a memória, em especial a memória herdada, aquela que é transferida de pessoa para pessoa, família para família e geração para geração, tem uma relação estreita com os sentimentos de identidade dos indivíduos em relação a um lugar, grupo e/ou cultura.

Nessa perspectiva, no processo de construção de identidades (aqui, entende-se por identidade a construção de si para si e para um grupo), existem três elementos fundamentais: *a unidade física*, que se refere ao reconhecimento dos limites do seu corpo, pensando na individualidade de cada um e o reconhecimento dos limites do grupo ao qual pertence; *a continuidade dentro do tempo*, refere-se ao pertencimento a uma temporalidade, aspecto e grupo; *o sentimento de coerência*, refere-se a união de elementos que compilam um sujeito e a coerência destes aspectos (Pollak, 1992, p. 204).

Verifica-se com isso que o sujeito que elabora suas identidades amparado nas memórias está sempre às negociando, uma vez que recebe influência direta das concepções que o outro tem sobre determinado indivíduo, admitindo, permitindo, credibilizando e/ou julgando identidades e memórias. Desse modo, o ambiente externo e as concepções alheias moldam também as memórias e as identidades de um indivíduo. Assim, “Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo” (Pollak, 1992, p. 204).

Portanto, memória e identidade delineiam um sujeito a partir de uma construção histórica, coletiva e social. Dessa forma, pensar em Maria Firmina dos Reis traz à tona as múltiplas facetas identitárias que Firmina assumiu e outras que foram atribuídas à escritora romancista, sendo ela representada como professora, escritora, mulher e mãe, identidades que são formuladas a partir de um cenário sócio-histórico determinado. Atualmente, Firmina está relacionada a outras identidades, outras memórias, como antiescravista e revolucionária, a partir de transformações espaciais, temporais e ideológicas que decorreram da análise de suas obras e de sua atuação profissional e política na época.

As memórias carregadas por Firmina, transferidas aos outros, principalmente, por meio da escrita, revelam suas identidades e memórias coletivas. As temáticas relacionadas ao gênero, ao apresentar personagens femininas protagonistas no romance *Úrsula* (1860) e no conto *A Escrava* (1887), às relações étnico-raciais, ao trazer uma nova apresentação de personagens negros na literatura, e à valorização da cultura maranhense e sua diversidade, imprimem características da escritora, do tempo e do espaço.

3.1 Lugares de memória: marcas firminianas

O conceito *lugares de memória* é utilizado, habitualmente, para reportar-se a um lugar físico, palpável e concreto, como um monumento, uma construção arquitetônica e/ou um objeto. Em decorrência dessa concepção, ocorre o esquecimento ou a desvalorização de

recursos e instrumentos acionados pela memória, ou melhor, não legitimados como lugares de memória – a exemplo das pessoas, da oralidade, das literaturas, dos jornais e das representações imagéticas.

Nessa discussão, estudiosos como Pollak (1992), Halbwachs (2006) e Nora (1993) apresentam definições para o conceito de memória e lugares de memória que não se limitam a um estabelecimento físico, estendendo-se também a elementos que transcendem a arquitetura, as construções, os artefatos e os monumentos, como afirmou Pollak (1992, p. 21):

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual.

Com base nesse entendimento, espaços memorialísticos simbólicos, materiais e imateriais serão objetos de análise neste capítulo, tendo como componentes de observação as representações imagéticas, os jornais, as obras literárias, os espaços físicos e simbólicos de São Luís, no Maranhão, cidade natal de Maria Firmina dos Reis, e lugares na cidade de Guimarães, no Maranhão, onde ela construiu sua vida literária e profissional.

3.1.1 A construção de um corpo: representações imagéticas de Maria Firmina dos Reis

Na história da humanidade, em diferentes espaços e temporalidades, narrativas, memórias, culturas, ideologias e sentidos foram transmitidos por meio das imagens. Das artes rupestres nas cavernas e desenhos gregos nas cerâmicas às propagandas e imagens visuais cotidianas das redes sociais são exemplos de imagens que expressam narrativas e que foram produzidas com a intencionalidade de transmitir alguma ideia. As imagens visuais são inerentes à história do mundo, desde o início da humanidade são usadas como veículo condutor de informações culturais e sociais, manifestando-se por meio das gravuras, pinturas, desenhos, fotografias, imagens digitais e uma variedade de outras possibilidades que emergem com o desenvolvimento tecnológico contemporâneo.

Wivian Weller e Lucélia de Moraes Braga Bassalo (2011, p. 285) apontam que as imagens têm o poder de evocar memórias, denunciar realidades, construir narrativas e até manipular o receptor com a mensagem que fornece. Portanto, o elemento ideológico se faz presente nas construções imagéticas, como nos textos escritos e nas demais linguagens. O poder ideológico que as imagens podem exercer sobre as pessoas, por vezes, alcança um

público maior, devido a seu caráter popular, no sentido de atingir àqueles que não tem acesso à textos escritos, seja por não ter livros como propriedades, por não dominar a língua ou por não ter o hábito de consumir outros veículos de informações. Sabe-se também que o domínio da escrita e da leitura, historicamente, esteve presente, majoritariamente, nos grupos que detêm mais poder, uma parcela mínima da sociedade.

No cotidiano hipervisual em que a sociedade atual está inserida, a imagem constitui-se como elemento primordial de “identificação, divulgação ideológica e socialização de significados” (Bassalo; Weller, 2011, p. 286). Logo, a imagem é um artefato cultural, dado que o sujeito produtor construiu o objeto visual com uma intencionalidade, externando, mesmo que inconscientemente, características do seu tempo, do seu espaço, da sua cultura e/ou da sua persona. Consequentemente, a partir da leitura do artefato, é possível identificar informações sobre a cultura e a sociedade.

Observa-se o impacto e o poder que uma imagem pode exercer para moldar concepções sobre determinado assunto e formular narrativas diferentes. No contexto do século XX e XXI, recorte temporal que abrange a produção e divulgação das imagens atribuídas a Maria Firmina dos Reis, parte significativa da sociedade não dispõe de informações suficientes para perceber os equívocos manifestados nas representações imagéticas dedicadas à escritora. Por consequência, essas imagens moldam, diretamente, a memória referente à fisionomia de Maria Firmina dos Reis.

A escolha teórico-metodológica da Semiologia serve como instrumento para analisar os signos e significados existentes nas imagens referentes a Maria Firmina dos Reis. Segundo Gemma Penn (2007, p. 319), a Semiologia percebe a língua como um sistema e pretende identificar os sentidos que o conjunto de signos pode produzir, a partir da análise dos sistemas sógnicos, como cardápios, propagandas, imagens visuais e outros. No que se refere a Semiologia aplicada às imagens visuais, Barthes (1964) sinaliza que a imagem sempre apresenta polissemia e ambiguidade, por isso o texto escrito, muitas vezes, é utilizado para auxiliar na transmissão da mensagem que a imagem visual pretende fornecer.

Na linguagem, escrita e falada, os signos se manifestam sequencialmente, por etapas. Em oposição, na linguagem visual, nas imagens, eles se manifestam simultaneamente. A imagem, por constituir-se um elemento “pronto”, quando visualizada, apresenta seus signos ao mesmo tempo, embora o leitor foque em elementos específicos, por isso as relações sintagmáticas se referem ao recorte espacial visualizado pelo leitor, e não temporal, pois os signos se manifestam de maneira simultânea.

Desse modo, o processo de análise semiológica exige o seguimento de etapas, técnicas e conhecimentos teóricos-metodológicos. A primeira etapa é a seleção do material. Neste trabalho, selecionou-se o busto produzido por Flory Gama, por volta de 1975, e a pintura de Rogério Martins, produzida em 2013, pois ambas as representações foram atribuídas à mesma pessoa, embora seja representada com traços diferentes. A segunda etapa propõe a identificação dos elementos explícitos que compõem a imagem, de maneira literal e denotativa. A terceira fase constitui-se numa análise mais profunda dos sentidos e das relações entre os elementos identificados na segunda fase. Nesse terceiro estágio, deve-se analisar o sentido simbólico, conotativo e cultural existente na imagem, como os elementos se relacionam, quais sentidos essas relações produzem e quais elementos culturais se manifestam na imagem. Considerando a definição dos caminhos analíticos, parte-se para análises e interpretações das obras selecionadas.

Figuras 2 e 3 - Busto associado a Maria Firmina dos Reis



Fonte: Pesquisa de campo (2024)

A fotografia retrata o busto atribuído à Maria Firmina dos Reis, produzido pelo escultor Flory Gama, após o ano de 1975 (Silva, 2013, p. 94). O busto está instalado na praça do Pantheon Maranhense⁸, em São Luís do Maranhão, e uma outra versão é encontrada exposta no Solar Cultural da Terra Maria Firmina dos Reis.

Na dimensão denotativa, pode-se analisar alguns elementos que compõem a fisionomia da pessoa retratada. Por meio de uma análise literal, percebe-se que o busto representa uma mulher, com olhar direcionado para frente. As suas sobrancelhas são grossas e o rosto e o nariz são finos, reforçando a magreza da mulher, marcada pelos ossos à mostra. Os

⁸ A praça fica localizada em São Luís, no Maranhão, na frente da Biblioteca Pública Benedito Leite. Em 2023, a praça apresentou 23 bustos esculpidos em homenagens à intelectuais maranhenses.

seios volumosos e a blusa decotada incentivam a atenção ao colo da mulher. Os cabelos parecem ser lisos ou levemente ondulados.

Após a análise dos elementos sógnicos que compõem o busto, os aspectos da face e do corpo, parte-se para uma análise simbólica com intuito de identificar qual mensagem o busto quer transmitir, questiona-se o seguinte: “que mulher está sendo retratada na obra?”. Desse modo, nota-se que a imagem, em seu conjunto, transmite a ideia de uma mulher simples, magra e com traços finos. A ausência de adornos, ou vestimentas rebuscadas, e o olhar sereno também enfatizam a impressão de simplicidade.

Essa representação imagética não parece ter o objetivo de exaltar Firmina como uma “grande personalidade”, como a primeira romancista brasileira e a fundadora de uma escola mista no Maranhão, pois não há elementos na composição imagética que fazem menção a isso. Aparentemente, a obra intencionou colocá-la no lugar de uma mulher simples, diferente de algumas representações masculinas, que mostram homens com ternos e apetrechos que favorecem a ideia de uma pessoa relevante para a sociedade, considerando os imaginários que se tem sobre vestimentas de “pessoas importantes”.

Figura 4 - Pintura atribuída à Firmina, autoria de Rogério Martins.



Fonte: Silva (2013, p. 103)

Distanciando-se dos imaginários de simplicidade produzidos pela representação do busto, (Figuras 2 e 3), percebe-se, na Figura 4, uma outra construção atribuída a Maria Firmina dos Reis. A imagem associada à Maria Firmina dos Reis é uma pintura elaborada

pelo artista plástico Rogério Martins e exposta na Câmara Municipal de Guimarães, durante o aniversário de 253 anos da cidade, em 19 de janeiro de 2011 (Zin, 2016, p. 92-93).

A pintura permite identificar diversos elementos, como a expressão, aspectos da fisionomia, os adornos, a vestimenta, as cores, o movimento e a posição da pessoa retratada. Cada componente da obra contribui para a transmissão de uma mensagem. A pintura ilustra uma mulher branca que possui rosto arredondado, lábios e nariz finos, sobrancelhas curvas e finas, cabelos lisos, aparentemente na cor castanha, e olhos escuros. A pessoa usa uma vestimenta na cor vermelha, com detalhes brancos, de mangas curtas e decote quadrado, deixando o colo à mostra. Utiliza também um colar de pérolas brancas com pingente no formato oval, na cor dourada e com uma pedra roxa ao centro. Os cabelos, com um coque volumoso, fazem referência aos penteados das mulheres ricas do século XIX. A mulher aparece em primeiro plano, nitidamente, o foco é representá-la, com o rosto e olhar direcionado para a lateral.

Na dimensão simbólica, observa-se uma mulher branca, usando vestimentas, joalherias e um penteado que constrói uma imagem de elegância, riqueza e luxo. A pele branca e rosada transmite uma ideia de delicadeza, concepção enfatizada pela vestimenta usada por ela, uma vez que os detalhes brancos e ondulados do vestido, sobre o colo da mulher, corroboram para mensagem de ternura. O colar em pérolas dialoga com os detalhes brancos do vestido, podendo simbolizar a pureza dessa mulher que, simbolicamente, está branca como uma pérola, rica e angelical como uma joia.

A cor vermelha pode reforçar a ideia de luxo, de uma mulher que tem poder, posto que o vermelho, durante muito tempo, foi a cor usada por pessoas consideradas importantes, pessoas prestigiadas socialmente. Os seios levemente aparecendo e o colo exposto, junto ao vermelho da roupa, podem simbolizar aquilo que não é permitido, fazendo referência ao pecado e ao carnal, favorecendo, assim, a ideia de sensualidade limitada, considerando que mostrar-se por inteiro não faz parte do ideal feminino, pois deve-se prezar pela pureza, doçura e o ser recatada.

Dessa forma, o conjunto de cores claras (pele, detalhes na vestimenta e o colar de pérolas) e os tons quentes, vermelho e terroso (vestimenta e cabelos), expressam a ideia de uma mulher que corresponde ao ideal da mulher da elite, a mulher poderosa e delicada ao mesmo tempo, seu colo está à mostra, mas não com vulgaridade. O penteado que envolve o cabelo para cima, formando um coque, é comum nas representações de mulheres que pertencem a um grupo abastado. A forma como a mulher aparece na imagem, embora ela esteja centralizada, é com o rosto virado para o lado, o que pode ter sido uma tentativa de

retratar a mulher de forma natural e espontânea, exprimindo a imagem de uma mulher bela no cotidiano, elegante nas expressões do dia a dia.

Portanto, no busto, (Figuras 2 e 3), observa-se, a partir das características emolduradas pelo escultor, uma mulher simples, diferente da pintura analisada, que manifesta uma mulher luxuosa. Na figura 4, a ideia de uma mulher branca e rica manifesta-se explicitamente. Dessa forma, identifica-se que há uma problemática em torno das construções de representações imagéticas referentes a Maria Firmina dos Reis, pois, embora ela não tenha deixado retrato e imagens visuais da sua persona, sabe-se da sua negritude e do seu cabelo crespo.

Se no busto os sinais de negritude são “clareados” pelos traços finos do rosto e do nariz, na pintura ela é retratada, sem nenhum pudor, como uma madame branca. Nesse sentido, constata-se que a construção dessas imagens reproduz preconceitos enraizados na estrutura social, levando em conta que Maria Firmina sofre o embranquecimento na dimensão estética, contribuindo para formação de uma memória distorcida acerca da sua face, do seu corpo e da sua vida.

A ausência de fotografias, pinturas ou qualquer representação visual deixada pela escritora, ou produzida ainda quando estava viva, impossibilita a identificação da sua real face. Embora não haja registros visuais da época, José Nascimento Morais Filho apresentou, na obra *Maria Firmina, fragmentos de uma vida*, publicada em 1975, uma breve descrição da fisionomia da escritora, a partir de relatos da Nhazinha Goulart, sua filha de criação, e de Eurídice Barbosa, sua aluna na escola mista de Maçaricó. Sobre as características físicas de Maria Firmina, afirmou:

Traços físicos – Nenhum retrato deixou Maria Firmina dos Reis – Mas estão acordes os traços desse retrato-falado dos que a conheceram ao andar pelas casas dos 85 anos. Rosto arredondado, cabelo crespo, grisalho, fino, curto, amarrado na altura da nuca; olhos castanho-escuros, nariz curto e grosso; lábios finos; mãos e pés pequenos, meã (1,58, pouco mais ou menos), morena (Morais Filho, 1975, s/p).

Na mídia eletrônica, com frequência, surgem diferentes imagens atribuídas à escritora antiescravista. No entanto, estas representações se manifestam de forma equivocada, por vezes, estigmatizando, embranquecendo e sexualizando Maria Firmina dos Reis. Nesse viés, autores como Régia Agostinho da Silva (2013), Rafael Balseiro Zin (2016) e Luciana Diogo (2022) empreenderam um estudo sobre a imagem visual de Maria Firmina e as representações referentes à maranhense.

Silva (2013, p. 96-97), após analisar o busto representado nas Figuras 2 e 3, relatou que o monumento foi exposto na praça do Pantheon Maranhense, em São Luís do Maranhão,

atribuído à escritora Maria Firmina, sendo ela a única mulher a estar inserida entre os homens expostos na praça. Zin (2016, p. 94) afirma que o busto de Maria Firmina, ao lado de dezessete torsos⁹ de intelectuais maranhenses, não corresponde às descrições disponíveis sobre Maria Firmina, afirmando que a impressão que o busto transmite é de uma mulher branca, embora não seja possível identificar a tonalidade da pele.

Silva (2013, p. 96-97) assinala que, no processo de elaboração do busto da escritora Maria Firmina, foi considerada a descrição de sua fisionomia apresentada na obra de Nascimento Morais Filho, trecho destacado anteriormente. Sobre o busto, expôs:

[...] acentuou-se a magreza da autora. O nariz é afilado, os lábios finos, cabelos lisos, amarrados em coque, em nada se parecendo a uma mulher negra ou mulata. No entanto, os seios são bem avantajados, parece-nos que o artista Flory Gama preocupou-se mais com a questão dela ser a única mulher a figurar no Panteon do que necessariamente seguir os perfis de uma identidade negra (Silva, 2013, p. 96-97).

Dessa forma, evidencia-se que os cabelos lisos não correspondem à descrição da fisionomia encontrada nos arquivos e os seios avantajados podem representar a sexualização da mulher, especialmente do corpo negro e feminino, uma vez que ela era a única mulher representada entre os bustos da praça do Pantheon. Logo, constata-se que a ausência de registros fotográficos e visuais favorece a construção de uma memória equivocada sobre a imagem física de Maria Firmina, posto que imagens embranquecidas foram replicadas e reproduzidas nos sites e mídias sociais, invisibilizando o legado da escritora negra que se destacou no século XIX.

A respeito da pintura, (Figura 4), Zin (2016, p. 91-92) informa que o quadro esteve exposto na Câmara Municipal de Guimarães, durante as comemorações de 253 anos da cidade. A obra foi doada ao município pelo escritor Antônio Noberto, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, e encomendada ao artista pernambucano Rogério Martins. O retrato foi inspirado na imagem de Maria Benedita Bormann, escritora gaúcha, que usava o pseudônimo de *Délia*, contemporânea a Maria Firmina.

Rafael Balseiro Zin (2016) informa que o retrato de Maria Benedita Bormann foi construído em bico de pena, ferramenta usada para elaboração de gravuras e desenhos, tendo autoria desconhecida e publicada pela Editora Mulheres, na página 193 do livro *Mulheres Ilustres do Brasil*, de Ignez Sabino (1899), em edição fac-símile de 1996. A imagem de Maria

⁹ Atualmente, após uma reforma na praça do Pantheon, existem mais de dezessete bustos expostos.

Benedita Bormann também foi usada como inspiração para composição do desenho de Maria Firmina dos Reis (Figura 5), feito à lápis e exposto na mostra *Mulheres em Destaque*, ocorrida no Convento das Mercês, São Luís, entre os dias 10 e 28 de março de 2014.

Figura 5 – Desenho atribuído a Maria Firmina



Fonte: Zin (2016, p. 94).

Assim, mais um equívoco vem à tona por meio da pintura, pois Maria Benedita, branca e com adornos de luxo, nada corresponde às informações referentes a Maria Firmina, uma mulher negra e de poucas posses. Silva (2013) apresenta a seguinte hipótese sobre a atribuição da imagem de Maria Benedita Bormann à representação de Maria Firmina dos Reis:

Talvez para as pessoas da cidade, pensar Maria Firmina dos Reis dessa forma fosse mais aceitável com a imagem de uma mulher tão importante no século XIX. A troca de imagens e a permanência do quadro [na Câmara dos vereadores de Guimarães] talvez não tenham sido apenas alvo de enganos. É uma possibilidade (Silva, 2013, p. 103).

Zin (2016) reforça a hipótese de Silva (2013) ao analisar representações imagéticas de Firmina e afirmar que as mulheres negras possuem representações hegemônicas e estereotipadas, ora como a “mulata sensual e ferosa”, ora como a “negra abnegada, submissa e dedicada incondicionalmente ao trabalho”. Essas representações carregadas de estigmas simbolizam a sociedade racista, patriarcal e sexista que persiste no século XXI e que reforça seus preconceitos por meios dos produtos culturais - livros, imagens, redes sociais e outros. Portanto, ao analisar as representações imagéticas atribuídas a Maria Firmina dos Reis, nota-se que, embora muitas vezes tenham sido elaboradas com a intenção de divulgar o trabalho da

escritora, contribuem para perpetuação de perspectivas estereotipadas e equivocadas acerca de Firmina, uma vez que as imagens “mais confundem do que elucidam um possível entendimento de como ela teria sido” (Zin, 2016, p. 99).

As imagens equivocadas provocam constantes inquietações entre pesquisadores e conhecedores das características físicas de Maria Firmina dos Reis. Tais questionamentos despertaram dúvidas nos estudiosos, que levaram à interrogações sobre a pintura (Figura 4). O artista Rogério Martins, que realizou a obra com base em um modelo que lhe foi entregue, comentando sobre o processo de composição do retrato atribuído a Maria Firmina dos Reis, afirmou:

Os fundamentos da pintura clássica são: anatomia, perspectiva, luz e sombra, composição, cromática e técnicas. Com estes recursos o artista-plástico ou mesmo um fotógrafo obtém um efeito diferente para um mesmo modelo [...] O efeito aí é de luz e sombra que também podemos chamar de iluminação. Mesmo que essa iluminação tenha sido acrescentada com recursos tecnológicos. Maria Firmina, era uma mestiça (mulata) e para o observador arguto, perceberá que seu formato de rosto, olhos puxados e cabelos de um crespo intenso, são típicos de uma mestiça. No entanto, a negritude brasileira é muito variada nos tons de pele. Pela foto histórica (em sépia) sem o colorido natural da pele de nossa romancista, pude imaginá-la de pele morena que com o efeito de luz e sombra que já mencionei, pode-se pensar que a fiz branca. Percebo nesta polêmica uma crítica politicamente correta desnecessária, pois a homenagem a grande escritora passou longe de ideias racistas (Blogue Vimarensense *apud* Diogo, 2022, p. 63-64).

A afirmação simboliza a persistência de uma tentativa de embranquecer Maria Firmina dos Reis. No momento que o artista plástico, Rogério Martins, julga os questionamentos como “crítica politicamente correta desnecessária” e admite que o retrato passou a ideia de que a fez branca revela que, na homenagem prestada, a negritude da escritora foi tratada como um detalhe de menor importância. Isto posto, nota-se a “reprodução e incorporação de estruturas sociais (relativas à dinâmica das relações raciais brasileiras) expressas de forma evidente na representação pictórica” (Diogo, 2022, p. 64).

No cenário de invalidação da negritude de Firmina, pode-se refletir sobre como a estrutura social e racial se manifesta nas representações de pessoas negras consideradas importantes, como os escritores, provocando o embranquecimento delas. Conforme Abdias Nascimento (2016, p. 92), a elite branca utiliza diversos recursos para oprimir o negro e marginalizá-lo cada vez mais. Os órgãos de poder (governos, leis, polícia e outros), os aparelhos de comunicação (literatura, televisão e redes sociais) e o sistema educacional são instrumentos que favorecem a dominação branca na sociedade, pois utilizam-se dessas

ferramentas institucionais para “destruir o negro como pessoa e como criador e condutor de uma cultura própria”.

Nesse sentido, destaca-se o quanto as representações embranquecidas de Maria Firmina dos Reis atendem aos interesses da elite branca e é usada como artifício para formular a ideia de que o negro é incapaz de produzir cultura ou conteúdo de boa qualidade. Tendo em vista que Maria Firmina dos Reis, e diversos(as) outros(as) escritores(as) da história brasileira, não correspondem aos estereótipos subalternizados disseminados socialmente – o negro não letrado, o escravizado, o marginal, o bruto, pode-se considerar que intelectuais negros representam uma ameaça à estrutura hierárquica na qual o branco da elite ocupa o topo. Desse modo, o embranquecer manifestado nas representações imagéticas pode configurar-se como uma estratégia para manter os estereótipos e/ou para conformar a massa que consome o conteúdo, posto que é mais aceitável, socialmente, uma pessoa branca em espaços de prestígio.

Segundo Sovik (2004), no Brasil, o ideal estético predominante faz referência ao branco. O branco é considerado belo, encantador, gracioso e atraente. Os meios de comunicação vendem e reforçam, quase diariamente, esses atributos de beleza destinados aos brancos, principalmente por meio das propagandas. Isto posto, quando não se é branco, pode ocorrer o branqueamento, uma tentativa de aproximar o sujeito negro do ideal imposto socialmente. Assim, no âmbito das representações, como no caso de Maria Firmina dos Reis, identifica-se a manifestação do fenômeno de branqueamento como uma tentativa de promover a aceitação da escritora na sociedade, considerando que “branqueada” atenderia ao padrão estético determinado socialmente.

Por meio dos estudos empreendidos, constata-se que as narrativas imagéticas associadas a Maria Firmina dos Reis analisadas anteriormente reproduzem estigmas e imaginários sociais, contribuindo para perpetuação da marginalização de corpos oprimidos, tanto o negro quanto o feminino. O embranquecimento, a sexualização e a despersonalização da imagem de Firmina formulam narrativas equivocadas sobre a romancista e invalidam sua trajetória enquanto mulher negra que resistiu aos ideais racistas e patriarcais do século XIX.

É necessário enfatizar que as representações imagéticas são fundamentais, considerando o contexto hipervisual contemporâneo. Com o advento das redes sociais e mídias digitais, as imagens visuais cada vez mais apresentam-se no cotidiano da humanidade, atraindo as pessoas e contribuindo para a elaboração de ideias. Portanto, imagens equivocadas, como algumas representações de Firmina, podem ter impactos negativos e interpretações complexas de reverter. Imagens de uma Firmina embranquecida introduzidas

nas escolas para crianças, por exemplo, representam um prejuízo na formação antirracista, nas concepções elaboradas pela criança e na própria trajetória da escritora. Nesse contexto, reconhece-se que a imaginação se fará presente em cada representação elaborada, faces e corpos diferentes podem ser associados à escritora. No entanto, apesar das ausências de registros imagéticos próprios de Firmina, vale ressaltar que os estigmas, estereótipos, embranquecimentos e sexualização não devem se perpetuar nessas narrativas imagéticas.

Figura 6 – Retrato digital de Maria Firmina, autoria de Waniel Jorge.



Fonte: O Imparcial (2023)

Na contramão das representações estigmatizadas divulgadas nas mídias, destaca-se a imagem elaborada pelo artista digital generalista Waniel Jorge. Conforme divulgado pelo Institut Cultive Suisse Brésil, em um vídeo¹⁰ de lançamento da representação imagética de Maria Firmina, Waniel Jorge considerou as descrições do retrato falado exposto na obra do escritor Nascimento Moraes Filho (1975) para construção da representação de Maria Firmina dos Reis.

A representação do Waniel Jorge apresenta uma mulher em um ambiente interno com baixa iluminação, sentada em uma cadeira de madeira, com os braços postos sobre uma mesa do mesmo material e com olhar direcionado para frente. A mulher tem pele negra, cabelos crespos, grisalhos e presos, e veste uma blusa de mangas curtas azul-clara, com colete azul-escuro sobreposto. O cenário de fundo, aparentemente, é uma parede de barro. Sobre a mesa, identificam-se os seguintes elementos: uma pena (instrumento utilizado para escrita), um tinteiro, folhas de papel e uma vela acesa. A personagem é retratada com o olhar direcionado para frente, aparentemente em ato de escrita.

¹⁰ Para assistir ao vídeo de apresentação do retrato de Maria Firmina, acesse o link: <https://www.youtube.com/watch?v=OTAQoV6XtbE>

A representação imagética traz à tona os traços fisionômicos descritos por Nascimento Morais Filho (1975), a partir dos relatos orais daqueles que conheceram Firmina por volta dos 85 anos de idade. Portanto, o rosto arredondado, os cabelos curtos, crespos e grisalhos, além do nariz achatado, correspondem ao retrato falado sobre Firmina na imagem. Constata-se uma mulher com marcas da idade, do tempo e da experiência da vida. Os poros à mostra e as expressões faciais reforçam a idade da escritora.

Os elementos sobre a mesa fazem referência ao ser professora e escritora, uma vez que Firmina é mostrada segurando uma pena, ambientando um cenário de escrita. O ambiente rústico com parede de barro e objetos de madeira fazem referência à simplicidade da vida da maranhense. A parede de taipa pode dialogar até mesmo com as descrições da escola mista, fundada por Firmina em Maçaricó, que ficava localizada em um galpão agrícola. Nesse sentido, diante da análise, verifica-se também que novas imagens atribuídas a Firmina estão sendo construídas e colaboram para a difusão do legado firminiano.

3.1.2 Memórias em textos: a escrita feminina de autoria negra

Até o século XIX, os estudiosos da linguística consideraram a linguagem um elemento separado da realidade social. A relação entre língua e sociedade não era o componente central de debate e pesquisa dos linguistas. No entanto, com a ascensão das Ciências Sociais, no final do século XIX e início do século XX, novas abordagens se incorporaram à linguística, e uma discussão emergente sobre a relação entre língua e sociedade passou a ocupar espaço na área (Martins, 2003, p. 31).

Acompanhando as perspectivas sociais, a sociolinguística surge apresentando um novo panorama para o âmbito da linguagem. A sociolinguística considera que a língua e a sociedade estão diretamente relacionadas, pois a linguagem consolida-se como instituição social, em virtude das representações e imagens que produz sobre a sociedade (Martins, 2003, p. 31).

Identificando essa relação língua-sociedade, percebe-se que a língua não é um elemento estático, ela varia e se transforma, a depender do contexto social. No entanto, para além da variação, a linguagem se configura como uma instituição social porque difunde representações da sociedade. É a partir da linguagem, verbal e não verbal, que ocorrem as expressões sobre o mundo, contextos e vivências.

Por meio da linguagem manifesta-se o espaço e o tempo, mesmo que o sujeito produtor não perceba ou intencione. Desse modo, a linguagem não é objetiva, uma vez que a

subjetividade do sujeito que produz narrativas se exprime por meio dos elementos culturais e sociais embutidos no seu expressar. A linguagem e a ideologia estão vinculadas, levando em consideração que grupos sociais utilizam da linguagem para divulgar suas lutas e narrativas, a exemplo destaca-se a literatura negra e a escrita feminina, vertentes literárias que são usadas para dar visibilidade a grupos identitários que historicamente foram reprimidos. Assim, embora o escritor intencione narrativas, “[...] não é um sujeito que fala por si mesmo, ele fala a partir de uma determinada posição social, o seu discurso ultrapassa a sua individualidade para se tornar voz de uma coletividade, ou melhor, de um grupo social” (Silva; Sousa, 2017, p. 265).

Ao refletir sobre os produtos culturais, Norma Telles (2004, p. 401) destaca que a escrita e o saber, historicamente, estiveram atrelados ao poder, posto que a dominação também se efetua por meio da escrita. A literatura, durante muito tempo, reproduziu os estereótipos destinados às mulheres, colaborando para a manutenção da dominação masculina. Por meio da literatura foram estabelecidos os ideais femininos e as características das mulheres que se opunham ao padrão. Diante disso, identifica-se que a literatura foi usada para manter a estrutura hierárquica que garante o topo aos homens.

A participação assídua das mulheres na produção cultural revolucionou a maneira como o feminino é descrito nos textos. Telles (2004, p. 407) relata que no Brasil do século XIX as mulheres ainda ocupavam, majoritariamente, os espaços privados, vivendo predominantemente nos espaços domésticos. Ainda submetidas às ideias que determinavam que ser mulher é estar submissa, reclusa, isenta da participação na política e da ocupação de espaços de prestígio na sociedade, muitas mulheres permaneciam realizando apenas as atividades para manutenção do lar, dos filhos e do marido.

No Brasil do Oitocentos manifestava-se a contradição entre o público e o privado. No imaginário social, o espaço público só podia ser ocupado pelas mulheres quando elas estivessem realizando trabalhos desprestigiados socialmente. Porém, as mulheres não viviam completamente isentas dos processos políticos e administrativos, pois participaram da sociedade pública e privada, como trabalhadoras e administradoras. A mulher negra, por exemplo, sempre, ou quase sempre, precisou trabalhar, ocupando funções atribuídas ao cuidado e à subsistência da sua família.

Ainda que a sociedade tenha se organizado tendenciando a invisibilização feminina, as mulheres participaram da vida pública, fabricando produtos culturais, como jornais, romances, poemas, música e outros. No século XIX, as mulheres tiveram participação ativa nos jornais, realizando publicações, como fez Maria Firmina dos Reis, e como proprietárias

dos jornais, caso de Revocata Heloísa de Melo e Julieta de Melo Monteiro, irmãs que fundaram os jornais *Escrínio* e o *Corymbo* (Telles, 2004, p. 426).

Identifica-se, por meio da discussão sobre literatura negra e escrita feminina, que a linguagem, manifestada pela literatura, foi usada, paradoxalmente, para oprimir e emancipar esses grupos sociais. No caso de Maria Firmina dos Reis, a escritora, enquanto uma mulher negra, usou da linguagem para noticiar as insatisfações com a sociedade do século XIX.

Escritora, poetisa, musicista e antiescravista, Maria Firmina dos Reis destacou-se com seus múltiplos fazeres culturais. A escritora teve uma participação incessante na imprensa maranhense, publicando diversas obras como o romance *Úrsula* (1860), o conto *Gupeva* (1861), os poemas *Contos à Beira-Mar* (1871) e o conto *A escrava* (1887). Firmina usou a linguagem para denunciar problemáticas que atravessavam o Maranhão e o Brasil durante o século XIX, tais como as opressões sofridas pelas mulheres e o modelo escravocrata que estava em voga (Zin, 2016, p. 20).

O prefácio do romance *Úrsula* permite uma análise da condição feminina na sociedade e na imprensa maranhense. Maria Firmina dos Reis inicia o texto desculpando-se por escrever ao afirmar:

Mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor. Sei que passará entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros, e ainda assim o dou a lume. Não é a vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor próprio de autor. Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e a conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem; com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo (Reis, 2019, p. 21).

O manifesto de perdão pode representar os julgamentos e as inquisições dirigidas às mulheres escritoras no contexto do Brasil Oitocentista. No contexto patriarcal da sociedade e da imprensa brasileira, a participação feminina indica um número reduzido, quando comparada a inserção masculina nos espaços de escrita. Logo, mulheres ocupando o ofício da escrita simbolizava uma ameaça à estrutura hierárquica patriarcal, uma vez que a literatura é um influente condutor de informação, concepções e ideias. A atuação de Firmina e de outras mulheres não era aceita por uma parcela da sociedade, em especial por alguns homens, que percebiam a gradual emancipação feminina.

Além disso, Firmina, possivelmente, de modo estratégico utilizou do prólogo do romance *Úrsula* para antecipar-se aos julgamentos e críticas negativas em relação à autoria feminina do texto. Zin (2016, p. 48-49) informa que o pedido de desculpas era uma prática

comum entre as escritoras daquele período, pois elas reconheciam que estavam suscetíveis a críticas negativas, pois estavam ocupando lugares que eram ocupados, em sua maioria, por homens.

Portanto, a literatura produzida por Maria Firmina dos Reis configura-se como lugar de memória, posto que preserva a memória referente à escritora e à sua época. Eni Orlandi (2012, p. 25) argumenta que o sujeito escritor manifesta-se pelo discurso, revelando elementos da sua trajetória, do seu espaço social e do seu tempo. Logo, por meio da literatura firminiana é possível identificar parte do imaginário social maranhense oitocentista acerca de temáticas abordadas em suas narrativas, bem como a mulher, a sociedade escravista e questões identitárias.

A título de exemplo, o conto *A escrava* (1887) permite identificar o contexto histórico escravista vigente no Maranhão do século XIX, a maternidade das mulheres negras, as divergências sociais entre mulheres brancas e negras, as relações de poderes entre homens e mulheres e a resistência de grupos sociais abolicionistas. Desse modo, por meio das literaturas firminianas é possível retomar a memória de mulheres e de sujeitos negros, da sociedade maranhense escravista e da escritora romancista, dado que o sujeito escritor se imprime nas suas narrativas.

Os produtos culturais – literatura, música, artes plásticas e outros, atuam como linguagens que objetivam transmitir informações, memórias e discursos. A literatura é um produto cultural usado como instrumento de transmissão de ideias e sentidos. A literatura negra, conforme Conceição Evaristo (2010), tem a função política de repassar memórias e valores de um povo.

Conceição Evaristo (2010) apresenta considerações que aspiram um conceito para *literatura negra*. A escritora ressalta a funcionalidade e os impactos da literatura no corpo social, exemplificando com a poesia. Para Evaristo (2010, p. 133), “Pela poesia, inscreve-se, então, o que o mundo poderia ser. E, ao almejar um mundo outro, a poesia revela o seu descontentamento com uma ordem previamente estabelecida”. Partindo dessa compreensão, nota-se que Conceição Evaristo identifica a poesia como um instrumento de manifestação política. É pela poesia que um mundo melhor é ambicionado, por meio dela almeja-se realidades diferentes e insatisfação com o mundo são evidenciadas. Aqui, nessa reflexão, pode-se pensar na literatura como um todo. Nesse sentido, entende-se que o texto literário noticia inquietações e desejos em relação ao espaço e tempo que se vive.

A literatura de autoria negra, em particular, expressa narrativas produzidas e vivenciadas por um sujeito negro. Nela, o sujeito negro é produtor e personagem das histórias.

No entanto, para integrar essa vertente da literatura não basta ser uma pessoa negra que fabrica e personifica narrativas de um negro, para além disso, é necessária a consciência do que é ser negro e do lugar que ele ocupa na sociedade. A consciência política e identitária é um elemento primordial do indivíduo que se alinha à literatura negra. Desse modo, antes de ser escritor(a), deve existir a consciência negra, esta deve anteceder o nascimento do sujeito-autor.

Luiza Lobo (1988, p. 91), partindo das investigações sobre o surgimento da literatura negra, informa que essa corrente emerge a partir do momento em que o negro deixa de ser objeto de estudo apenas dos brancos, representados em personagens subalternizados, fruto de narrativas estereotipadas alheias, produzidas por pessoas que não experienciavam vivências de negritude. Nesse sentido, a literatura negra surge quando pessoas negras adentram o espaço da escrita e revolucionam as percepções estigmatizadas sobre os negros, apresentando novas abordagens e assumindo a identidade negra.

O indivíduo que se insere nessa abordagem literária deve manifestar, nos seus escritos, o *ser coletivo*, a consciência do seu lugar na sociedade e do lugar que seus semelhantes ocupam. Ao escrever, não deve ser apenas a voz de um que narra a história, mas as vozes daqueles que partilham experiências similares. Segundo Evaristo (2010, p. 136), a literatura negra é análoga aos *griots* africanos, anciões que repassavam, oralmente, histórias e memórias de seu povo, da sua comunidade. Assim, fica explícito que a coletividade também é uma condição para esse fazer literário.

Apropriar-se de sua história e de sua cultura, reescrevê-la segundo a sua vivência, numa linguagem que possa ser libertadora, é o grande desafio para o escritor afro-brasileiro. Ele escreve, se comunica através de um sistema linguístico [*sic*] que veio aprisioná-lo também, enquanto código representativo de uma realização linguística [*sic*] da cultura hegemônica (Evaristo, 2010, p. 136-137).

Com a literatura negra, reconstrói-se uma história que durante muito tempo foi subalternizada. Reescreve-se narrativas que colocavam o negro à margem, por meio de personagens que representavam apenas a condição de servil, subjugado e escravizado. Busca-se personagens que possuem identidades, resistências, religiões, linguagens e culturas. A literatura negra urge com o objetivo de relatar histórias invisibilizadas e reconstruir a história da comunidade negra no Brasil, mostrando a resistência diante das opressões na sociedade, na literatura e no sistema linguístico estabelecido no Brasil, sistema este que obstaculizou outros modos de se comunicar, devido às imposições de uma cultura portuguesa hegemônica que

ansiava a dominação dos povos indígenas que habitavam no Brasil e dos africanos trazidos para cá.

A definição da literatura negra não se baseia exclusivamente na cor da pele ou na etnia do escritor, tampouco nas histórias por ele produzidas. A caracterização da literatura negra pauta-se, especialmente, na consciência racial, coletiva e política daquele que produz as narrativas. Logo, identifica-se que a literatura negra se manifesta como um instrumento de luta de um grupo que aspira a reescrita de sua história.

A literatura firminiana simboliza o uso da linguagem como instrumento de luta social. Maria Firmina dos Reis expôs, em seus textos, as problemáticas do Maranhão no século XIX e serviu como porta-voz de grupos sociais aos quais pertencia – como a comunidade negra e feminina, participando, portanto, do que se nomeia hoje de literatura negra e escrita feminina.

A escritora Maria Firmina dos Reis colaborou para a reconstrução das narrativas sobre o negro na sociedade, uma vez que elaborou narrativas antiescravistas no Brasil do século XIX e apresentou personagens negros que não se restringiam à lógica da subalternização frequentemente disseminada nos textos literários. Firmina apresentou personagens negros que se posicionavam contra o sistema escravista e até mesmo uma caracterização positiva sobre a África, comumente descaracterizada.

A título de exemplo, menciona-se o romance *Úrsula*, publicado em 1860, no qual Maria Firmina dos Reis criticou as contradições da sociedade brasileira que se declarava cristã, considerando que o Cristianismo defendia o discurso sobre o amor, e antagonicamente, tinha como principal modelo de produção o escravismo, regime que estabelecia a tortura e os castigos a determinado grupo.

No século XIX, as narrativas em defesa da liberdade dos africanos e afrodescendentes escravizados eram escassas. Por volta da década de 1840, Gonçalves Dias atuou como um dos precursores dessas narrativas que perpassavam as questões raciais e atuavam em defesa da igualdade entre negros, brancos e indígenas. Maria Firmina destacou-se como uma das primeiras vozes femininas a defender o fim da escravidão e a igualdade racial. Provavelmente, a lei Eusébio de Queiroz, promulgada em 4 de setembro de 1850, influenciou no desenvolvimento de obras de cunho abolicionista (Zin, 2016, p. 48).

No primeiro capítulo do romance *Úrsula*, intitulado *Duas almas generosas*, a ficção é iniciada a partir da apresentação de características de um jovem escravizado, chamado Túlio. O narrador descreve a personagem e a sua condição, fabricando uma história de caráter antiescravista. Observe a caracterização de Túlio:

O homem que assim falava era um pobre rapaz, [...] que na franca expressão de sua fisionomia deixava adivinhar toda a **nobreza de um coração bem formado. O sangue africano fervia-lhe nas veias**; o mísero ligava-se à **odiosa cadeia da escravidão**; [...] Assim é que o triste escravo arrasta a **vida de desgostos e de martírios**, sem esperança e sem gozos! [...] Coitado do escravo! **Nem o direito de arrancar do imo peito um queixume de amargurada dor!** (Reis, 2019, p. 27, grifo nosso).

A partir da leitura dos trechos, pode-se refletir como Maria Firmina teceu uma narrativa antiescravista, apresentando as características de Túlío, a sua origem e a ancestralidade, bem como a melancolia, o desânimo e a infelicidade que o sujeito sente ao estar na condição de escravizado.

A caracterização positiva do personagem negro, como na afirmativa que Túlío tem um bom coração, e a nomeação do personagem, considerando que durante muito tempo pessoas negras não tiveram nome nas narrativas literárias, simbolizam a tentativa de visibilizar o grupo que historicamente foram colocados à margem. Usou-se a literatura para desconstruir narrativas que estereotipavam o negro – apresentado como brutal, sem alma e sem coração, e reconstruir a imagem desse grupo social, apresentando, no caso de Túlío, características que o humanizam, descrevendo-o como um ser humano bondoso, cuidadoso e de alma caridosa.

O corpo negro, tratado como mercadoria, sofreu inúmeras opressões na sociedade que o considerava apenas um objeto servil. Maria Firmina denunciou a condição dos escravizados ao descrever a situação subalternizada e infeliz que muitos viviam. O narrador expõe o quanto era árduo e mortificante viver naquela condição que obrigava o trabalho forçado e proibia até mesmo o expressar de sujeitos que sequer podiam demonstrar o sofrimento vivido. Assim, ao mesmo tempo em que apresenta o cenário da escravidão, destaca-se a humanidade das pessoas negras por meio das personagens da sua literatura.

Em outros trechos do romance *Úrsula*, ainda no primeiro capítulo, é relatado o encontro de Túlío, o jovem escravizado mencionado, e Tancredo, um jovem rico. No texto é exposto que Tancredo cavalgava em um lugar desértico quando, em um estado de descontrole, sofreu uma queda e um consequente desmaio. O jovem Túlío estava indo trabalhar e encontrou Tancredo desmaiado, ajudou-o e permaneceu ao lado do cavaleiro desmaiado até o seu despertar para levá-lo a uma fazenda próxima. Nos trechos (Reis, 2019, p. 28-31), leia o relato do encontro dos personagens Túlío e Tancredo:

[...] o mísero sofria; porque era escravo, e **a escravidão não lhe embrutecera a alma**; porque os sentimentos generosos, que Deus lhe implantou no coração, permaneciam intactos e puros como a sua alma. **Era infeliz, mas era virtuoso**; e por

isso seu coração enterneceu-se em presença da dolorosa cena, que se lhe ofereceu à vista.

[...] É que em seu coração ardiam sentimentos tão nobres e generosos como os que animavam a alma do jovem negro: por isso, num transporte de íntima e generosa gratidão, o mancebo, arrancando a luva que lhe calçava a destra, estendeu a mão ao homem que o salvara. Mas este, confundido e perplexo, religiosamente ajoelhando, tomou respeitoso e reconhecido essa alva mão, que o mais elevado requinte de delicadeza lhe oferecia, e com humildade tocante extasiado beijou-a. **Esse beijo selou para sempre a mútua amizade** que em seus peitos sentiam eles nascer e vigorar. **As almas generosas são sempre irmãs**

— **A minha condição é a de mísero escravo! Meu senhor – continuou – não me chameis amigo.** Calculastes já, sondastes vós a distância que nos separa? Ah! O escravo é tão infeliz!... Tão mesquinha e rasteira é a sua sorte, que... — Cala-te, oh! Pelo céu, cala-te, meu pobre Túlio – interrompeu o jovem cavaleiro – **dia virá em que os homens reconheçam que são todos irmãos.** Túlio, meu amigo, eu avalio a grandeza de dores sem lenitivo que te borbulha na alma, compreendo tua amargura, **e amaldiçoo em teu nome ao primeiro homem que escravizou a seu semelhante.** Sim – prosseguiu – tens razão; o branco desdenhou a generosidade do negro, e cuspiu sobre a pureza dos seus sentimentos! Sim, acerbo deve ser o seu sofrer, e eles que o não compreendem!

— Ah! Meu senhor – exclamou o escravo enternecido – como sois bom! Continuai, eu vo-lo suplico, em nome do serviço que vos presto, e a que tanta importância quereis dar, continuai, pelo céu, a ser generoso e compassivo para com todo aquele que, como eu, tiver a desventura de ser vil e miserável escravo! **Costumados como estamos ao rigoroso desprezo dos brancos, quanto nos será doce vos encontrarmos no meio das nossas dores!** Se todos eles, meu senhor, se assemelhassem a vós, por certo mais suave nos seria a escravidão (Reis, 2019, p. 28-31, grifo nosso).

Partindo do encontro e do diálogo entre as personagens, nota-se, novamente, o negro caracterizado como um ser bondoso e amigável, apesar de tamanha brutalidade que a vida lhe acomete. A construção estratégica positiva do personagem objetiva não só a nova abordagem dos personagens negros na literatura, como também mostrar que as pessoas negras podiam viver em sociedade para além da condição de submissão.

Por meio das falas de Túlio, pode-se inferir que algumas pessoas consideravam inviável o estabelecimento de uma amizade entre negros e brancos. A disparidade racial instituía uma barreira entre dois grupos e a distância que os separavam impedia a relação amigável. Logo, por meio da amizade entre Túlio e Tancredo, é possível que a autora tenha tentado descrever um mundo ideal, no qual não existiria a dominação de um sobre o outro, mas uma relação amigável, de respeito e cumplicidade. Isso fica subtendido quando o personagem Tancredo afirma que todos são irmãos, aparentando ser uma pessoa contrária à escravidão e a favor de um mundo menos desigual.

3.1.3 Mídia, imprensa maranhense e memória

Os periódicos da época também cooperaram para a manutenção de uma memória sobre Firmina, uma vez que somam aos estudos e a outras documentações históricas que permitem a reconstrução da sua trajetória, a identificação da sua contribuição para imprensa maranhense, da sua popularidade na época e da opinião dos “críticos” acerca das suas construções literárias.

Nascimento Morais Filho (1975, s/p) disponibilizou, na obra *Maria Firmina: fragmentos de uma vida*, imagens de jornais que fazem menção à escritora Maria Firmina dos Reis, a exemplo do jornal *A Verdadeira Marmota* (13 de maio de 1861), *Jornal do Comércio* (4 de agosto de 1860), *A Moderação* (11 de agosto de 1860), *Jardim dos Maranhenses* (30 de setembro de 1861) e *A Imprensa* (19 de outubro de 1861).

Com base nos periódicos, é possível refletir acerca do pensamento social, inseridos no âmbito da imprensa, sobre Maria Firmina, levando em conta que em diversos jornais é apresentado características e juízos de valor sobre a escritora e sua escrita. Veja o exemplo na edição de 13 de maio de 1861 do jornal *A Verdadeira Marmota*, conforme registrado por Nascimento Morais Filho (1975, s/p).

A AUTORA DE ÚRSULA

"A VERDADEIRA MARMOTA"

Raro é ver o belo sexo entregar-se a trabalhos do espírito, e deixando os prazeres fáceis do salão propor-se aos afãs das lides literárias.

[...] Se é, pois, cousa peregrina ver na Europa, ou na América do Norte, uma mulher, que, rompendo o círculo de ferro traçado pela educação ignorada que lhe damos, nós os homens, e indo por diante de preconceitos, apresentar-se no mundo, servindo-se da pena e tomar assento nos lugares mais proeminentes do banquete da inteligência, mais grata e singular ainda é de apreciar um talento formoso, e dotado de muitas imaginações, despontando no nosso céu do Brasil, onde a mulher não tem uma educação literária, onde a sociedade dos homens de letras é quase nula.

O aparecimento do romance "ÚRSULA" na literatura pátria foi um acontecimento festejado por todo o jornalismo, e pelos nossos homens de letras, não como por indulgência, mas como homenagem rendida a uma obra de mérito.

Em verdade o que é esse livro, que se apresentou sem nome de autora, modestamente e ainda sem apregoadores.

As suas descrições são tão naturais e poéticas, que arrebatam; o enredo tão intrincado que prende a atenção e os sentidos do leitor; o diálogo é animado e fácil; os caracteres estão bem desenhados - como o Túlio, do Comendador, de Tancredo e Úrsula.

Sua autora, D. Maria Firmina dos Reis, professora de português na Vila de Guimarães, revelou um grande talento literário, porquanto com poucos e acanhadíssimos estudos, ainda menos leitura do que há de bom e grandioso na literatura francesa e inglesa, o que fez deve-o a si, a seu fértil e prodigioso engenho, e a mais ninguém.

A nossa comprovinciana não é só romancista, também conversa com as musas.

Oferecemos hoje aos nossos leitores algumas de suas produções, que vêm dar todo o brilho e realce à nossa "Marmota", que ufana-se de poder contar doravante com tão distinta colaboradora, que servirá por certo de incentivo às nossas belas, que talvez com o exemplo, cobrem ânimo, e se atrevam a cultivar tanto talento, que anda acaso por aí oculto.

A poesia é dom do céu, e a ninguém dotou mais largamente a divindade do que ao ente delicado, caprichoso e sentimental - a mulher.
O belo sexo não deve viver segredo de tão sublime arte - os encantos e ornatos do espírito são sua partilha; - tome a senda que lhe abre com tão bons auspícios, rodeada de aplausos merecidos, D. Maria Firmina dos Reis, e siga-lhe os brilhantes vãos.

Analisando o conteúdo jornalístico, nota-se as percepções de pessoas da imprensa sobre Maria Firmina. O fato de ser uma mulher escritora, vem à tona quando mencionam “raro é ver o belo sexo entregar-se a trabalhos de espírito”. Na tentativa de elogiar, o crítico faz uma colocação estigmatizante sobre as mulheres e sua inserção na sociedade, colocando-as como vaidosas e apreciadoras de “prazeres fáceis”. O imaginário social sobre as mulheres contribui para o seu afastamento feminino da vida pública e de trabalhos de prestígio, sendo que discursos são utilizados para manter as mulheres na margem, reclusas aos trabalhos do cuidado com o outro.

Apesar dos estigmas, é possível perceber na coluna do jornal que Maria Firmina foi popular em sua época e reconhecida pelo seu trabalho. Tal reconhecimento fica explícito na afirmação: ‘O aparecimento do romance “ÚRSULA” na literatura pátria foi um acontecimento festejado por todo o jornalismo, e pelos nossos homens de letras, não como indulgência, mas como homenagem rendida a uma obra de mérito’.

Portanto, identifica-se que os jornais do século XIX e XX, em específico esses jornais que fazem menção à romancista, tecendo críticas, notificando publicação de obra e comentando sobre a construção da escrita firminiana, configuram-se como fontes para análises históricas da trajetória e da memória em torno de Maria Firmina dos Reis. Os críticos registraram, nos jornais, suas percepções e o pensamento social sobre a escritora, construindo bases materiais para pesquisas sobre a maranhense.

Além dos escritos que manifestam opiniões a respeito da escritora, vale enfatizar que Maria Firmina dos Reis esteve assídua na imprensa maranhense, colaborando com a publicação de poemas, charadas, logogrifos e contos. A inserção frequente de Firmina nos jornais e revistas literárias do Maranhão ocorreu, principalmente, após a publicação do romance *Úrsula* (1860). Seus escritos apresentavam impacto social e obtiveram êxitos na época, uma vez que abordavam temáticas que dialogavam com o cenário nacional. O conto indianista *Gupeva*, publicado a princípio no semanário *O Jardim das Maranhenses* ocorrido em 1861, também foi publicado em 1863, no jornal *Porto Livre*, e dois anos depois no periódico *Eco da Juventude*. Na década subsequente, Firmina dedicou-se a publicação de poemas, mas o cenário abolicionista instalado no Brasil motivou o retorno para construção de

narrativas prosaicas, originando o conto *A Escrava* (1887), noticiado na *Revista Maranhense*, veículo de emissão mensal (Gomes, 2022, p. 203).

Vale mencionar que Firmina publicou em diversos jornais maranhenses e o envio dos seus textos de Guimarães para a capital provincial ocorria por via marítima. Outros periódicos que contou com a sua participação foi o jornal *Espírito-santense*, de Vitória (ES) e o *17 de Dezembro*, de Belém (PA) (Gomes, 2022, p. 203). A inserção em diversos periódicos maranhenses e de outras províncias confirma a popularidade de Firmina na sua época. A sua contribuição literária expandiu-se para além das fronteiras do Maranhão.

Na formação de sua identidade literária e profissional, Firmina recebeu influência de escritores como Shakespeare, Alexandre Herculano, Bocage, Bernardin de Saint-Pierre, Almeida de Garret, Byron, Dante, Milton, Tomás Antônio Gonzaga, Gonçalves Dias, Casemiro de Abreu e outros escritores (Gomes, 2022, p. 24). O pesquisador Agenor Gomes (2022, p. 169) informa que Maria Firmina viajava, de Guimarães para São Luís, junto ao poeta Gentil Braga, autor no qual Firmina dedicou o poema “Te Deum”, integrado à obra *Cantos à beira-mar* (1871). Dedicou também o texto “A lua brasileira”, oferecido ao juiz Adriano Manoel Soares, que exercia função laboral em Guimarães. Firmina colecionou amizades e estabeleceu vínculos com intelectuais e participantes da vida pública de Guimarães e São Luís. Essas relações profissionais se evidenciam não só nas dedicatórias realizadas por Firmina, como também nas dedicatórias recebidas pela escritora.

O dramaturgo João Clímaco Lobato, na dedicatória do romance *A virgem da tapera* (1862), oferece-o a Firmina. Maria Firmina dos Reis e João Clímaco Lobato cultivavam uma amizade e faziam trocas de textos literários de autoria própria. Lobato doou um exemplar do romance *O Diabo* (1856) para Firmina e a escritora doou um volume de *Cantos à beira-mar* (1871) ao romancista (Gomes, 2022, p. 203).

Pensando sobre a consolidação de uma imprensa na província do Maranhão, sabe-se que por volta de 1821 já havia rumores acerca dos anseios de fundar uma imprensa provincial maranhense. O jornal manuscrito *O Conciliador do Maranhão* se sobressai ao ser considerado o primeiro periódico da região, desencadeando o estabelecimento e a consolidação de diversos veículos jornalísticos próprios da província (Zin, 2018, p. 16). A participação assídua de Firmina na imprensa se insere nas décadas de 60 a 90 do Oitocentos. Conforme o mapeamento de publicações firminianas, construído por Gomes (2022, p. 204), a escritora publicou textos durante 47 anos, nos seguintes jornais:

Publicador Maranhense (1861), *A Verdadeira Marmota* (1861-62), *Parnaso Maranhense* (1861), *O Jardim das Maranhenses* (1861), *Almanaque de Lembranças Brasileiras* (1863 e 1868), *Porto Livre* (1863), *Eco da Juventude* (1865), *Semanário Maranhense* (1867-68), *O Paiz* (1880, 1881 e 1885), *O Domingo* (1872), *Pacotilha* (1885, 1889, 1897, 1900 e 1908), *Porvir* (1885), *Revista Maranhense* (1887) e *O Federalista* (1903).

O periódico *Ecos da Juventude* atuou, em 1864 e 1865, na divulgação de textos relacionados a questões literárias, históricas religiosas, geográficas e educacionais. Apesar da breve duração, o noticiário apresentou vinte e quatro números, difundidos, semanalmente, em oito laudas (Zin, 2018, p. 18). Foi em 1865 que Firmina agraciou o periódico com sua publicação.

Outro jornal que contribuiu para a emissão de uma literatura firminiana foi o *Semanário Maranhense*, periódico voltado para temáticas nacionalista, locais e patrióticas, influenciado pelo cenário de construção da identidade brasileira. Uma variedade de narrativas de autoria feminina e masculina era divulgada no noticiário, como novelas, poemas, contos, crônicas e outros (Zin, 2018, p. 19).

Com a consolidação da imprensa maranhense, a conjuntura para autoria feminina revolucionou-se, favorecendo a integração das mulheres, apesar dos dizeres populares que as mulheres não tinham capacidade para o exercício da intelectualidade. Temáticas sobre a mulher na sociedade passaram a ser incorporadas aos conteúdos divulgados e a ausência de um pseudônimo simboliza a conquista de uma liberdade moderada para o ofício da escrita (Zin, 2018, p. 19).

A invisibilização da literatura e da trajetória de Maria Firmina dos Reis perdurou durante muito tempo. As pesquisas relacionadas à primeira romancista brasileira só foram desencadeadas a partir dos estudos desenvolvidos pelo pesquisador Nascimento Moraes Filho, autor da obra *Maria Firmina dos Reis, fragmentos de uma vida*, publicada em 1975.

3.1.4 Memórias ludovicenses, guimaraenses e firminianas

Maria Firmina dos Reis nasceu em São Luís, em 11 de outubro de 1825. Posteriormente, após aprovação e nomeação em um concurso público, deslocou-se para o interior do estado, estabelecendo novos vínculos na Vila de Guimarães (Gomes, 2022, 85 e 103). Embora Firmina tenha partido para Guimarães e constituído sua vida naquela localidade, não houve uma ruptura com São Luís, pois foi na capital provincial que Firmina

manteve relações para publicações na imprensa maranhense. Consequentemente, memórias ludovicenses¹¹ e guimaraenses¹² marcam a trajetória da escritora e evocam o seu legado.

No cenário de estudos e pesquisas sobre a romancista, pode-se afirmar que a cidade de São Luís representa um lugar de memória sobre Maria Firmina dos Reis, não só pela naturalidade ludovicense, mas também pelos vínculos estabelecidos e referências associadas à escritora. Atualmente, existem diferentes espaços que fazem menção e rememoram a trajetória da romancista, dentre esses lugares de memória destaca-se a Rua São Pantaleão (Figura 7), região na qual Maria Firmina residiu no período em que morou na capital da província do Maranhão, a Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL) (Figura 8), a Praça do Pantheon (Figura 9) e o Solar Cultural da Terra Maria Firmina dos Reis (Figura 10).

A Rua de São Pantaleão localiza-se no bairro de São Pantaleão, próximo ao centro de São Luís, no Maranhão. Maria Firmina morou nesta localidade com sua família, antes de mudar-se para Guimarães. Espaços como esses destacam-se como lugar de memória firminiana, devido aos vínculos estabelecidos com a escritora e pelas possibilidades de exploração dessas fontes históricas para construção de narrativas sobre a trajetória da romancista.

Figura 7 – Rua São Pantaleão



Fonte: Gomes (2022, p. 83)

¹¹ Gentílico de São Luís, capital maranhense.

¹² Gentílico de Guimarães, no Maranhão. Agenor Gomes (2022, p. 191-193) aponta que a escritora Maria Firmina dos Reis utilizava o termo *guimaraense* para designar os nascidos em Guimarães, gentílico que foi introduzido nos jornais da capital na década de 1820. A partir do século XX, o termo *vimaranense* também foi inserido nos jornais ludovicenses para se referir aos nascidos em Guimarães do Maranhão, posteriormente, derivando no termo *vimarense*.

A Biblioteca Pública Benedito Leite – BPBL (Figura 8), conforme as informações disponibilizadas no sítio eletrônico da instituição, foi fundada em 1829 e aberta ao público em 1831, na cidade de São Luís, no Maranhão. A biblioteca estabelece-se como lugar de memória por dispor acervos referentes à História do Maranhão, em específico os jornais do século XIX e XX, e obras literárias da romancista. Atualmente, encontra-se armazenada no setor de obras raras da Biblioteca Pública Benedito Leite uma versão fac-similar do romance *Úrsula*, obra que despertou as pesquisas sobre a escritora brasileira, quando Horácio de Almeida encontrou um exemplar em um sebo no Rio de Janeiro e doou ao governador do Maranhão na época, Nunes Freire (Zin, 2016, p. 27).

Periódicos referentes aos anos 1860 a 1917, período histórico no qual Maria Firmina dos Reis publicou obras e obteve destaque na imprensa maranhense, estão disponibilizados no acervo físico e virtual da Biblioteca Pública Benedito Leite, a título de exemplo tem-se o *Jornal do Comércio*, *A Moderação*, *A Verdadeira Marmota*, *O Jardim das Maranhenses*, *A Imprensa*, *Eco da Juventude*, *O Domingo*, *O País* e *A Revista Maranhense* (Zin, 2016, p. 20).

Figura 8 – Biblioteca Pública Benedito Leite



Fonte: O Imparcial (2019)

Maurício José Morais Costa e Kláutenys Dellene Guedes Cutrim (2021, p. 73) desenvolveram um estudo que aborda a contribuição da Biblioteca Pública Benedito Leite para a preservação da memória e patrimônio cultural ludovicense e maranhense. Interessando-se pelos espaços das bibliotecas, os pesquisadores destacaram a relevância dos acervos no processo de preservação de uma cultura e de uma memória. Embora os estudiosos foquem na Biblioteca Pública Benedito Leite, verifica-se que as bibliotecas, os museus e os arquivos constituem-se como um lugar de memória, não só pelas suas dimensões físicas, pelo material arquivado e pelos encontros possibilitados naquele espaço, mas também pelas expressões

humanas materializadas em manuscritos, artefatos, periódicos, gravações, fotografias e diversas categorias de documentação histórica.

As bibliotecas trazem consigo forte apelo memorial, não apenas pela relação histórica estabelecida desde a Antiguidade, mas sobretudo por suas práticas estarem ancoradas na salvaguarda de materiais onde a história está registrada, ou seja, elementos que permitem a reconstituição da memória (Costa; Cutrim, 2021, p. 73).

Além da permissibilidade de reconstrução e retomadas de memória, a biblioteca consolida-se como espaço de socialização e interações dos sujeitos com os materiais dispostos, uma vez que é um espaço público, possibilitando o acesso da comunidade. Em cada visita, contato e interatividade do indivíduo com o espaço da biblioteca e seus arquivos, há uma confluência de subjetividades, que favorecem um encontro de si, da sua trajetória, das suas histórias e narrativas locais (Costa; Cutrim, 2021, p. 74-75).

Portanto, visitar o acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite, consultar os periódicos do século XIX e XX, apreciar as obras literárias firminianas e as produções historiográficas referentes à escritora romancista, permite o encontro com a trajetória de uma escritora maranhense, suas contribuições para a sociedade oitocentista, para a história local, em específico para a história das mulheres na imprensa e para um novo modelo de escrita na época, o romance antiescravista. Logo, a biblioteca caracteriza-se como um espaço de impacto social, compilado por memórias ludovicenses, dentre tantas, as memórias firminianas.

A praça do Pantheon (Figura 9), situada à frente da Biblioteca Pública Benedito Leite, expõe um conjunto de bustos que representam artistas, escritores, políticos e personalidades históricas consideradas importantes, e dentre os bustos apresentados tem-se um monumento atribuído à escritora Maria Firmina dos Reis. A nomenclatura da praça faz referência ao panteão grego, o qual significa “conjunto de deuses”, tendo como objetivo expor um conjunto de personalidades que contribuíram para a história maranhense.

O espaço foi inaugurado em 1950, porém, a exposição e inauguração dos bustos foi um processo gradual. Os primeiros bustos expostos na praça foram os de Artur Azevedo (1954) e de Raimundo Correia (1954). Em 2018, o espaço passou por uma revitalização, realizada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, que contribuiu para a sua modernização. Atualmente, em 2024, a praça apresenta uma exposição com vinte e cinco (25) bustos, sendo que sete (07) foram inaugurados em 2022 (Lima, 2023).

Dentre as personalidades homenageadas com os bustos, consta-se o de: Clodoaldo Cardoso, Gomes de Sousa, Henriques Leal, Arthur Azevedo, Urbano Santos, Dunshee de Abranches, Nascimento de Moraes, Gomes de Castro, Bandeira Tribuzzi, Maria Firmina, Arnaldo de Jesus Ferreira, Ribamar Bogéa, Coelho Neto, Raimundo Corrêa, Raimundo Teixeira, Raimundo Corrêa de Araújo, Silva Maia e Josué Montello.

Figura 9 – Praça do Pantheon



Fonte: O Imparcial (2018)

O sociólogo Michael Pollak (1992, p. 202) discorre sobre a memória e a sociedade ao apontar que a memória adentra, permeia e expressa-se em lugares. Ao apresentar o conceito, o autor exemplifica com os lugares físicos, como uma casa que se viveu na infância, que desperta uma memória, como uma construção histórica e antiga na cidade, que remete ao passado e a fundação daquela comunidade, como um cemitério e tantos outros espaços que rememoram uma tradição, identidades e narrativas pessoais e coletivas. Nessa perspectiva, Pollak (1992, p. 202) assinala:

Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico. Pode ser, por exemplo, um lugar de férias na infância, que permaneceu muito forte na memória da pessoa, muito marcante, independentemente da data real em que a vivência se deu. Na memória mais pública, nos aspectos mais públicos da pessoa, pode haver lugares de apoio da memória, que são os lugares de comemoração.

Historicamente, as esculturas foram utilizadas como lugares de expressão da memória. Em espaços públicos e privados, bustos, estátuas e monumentos referentes à personalidades históricas tornou-se corriqueiro como instrumento memorialístico. Tal espaço e objeto,

configura-se como um lugar de memória, uma vez que provoca e incita, na população, um legado histórico e difunde a trajetória de pessoas que tiveram influência na sociedade.

Assim, a presença de Firmina entre diversas personalidades históricas, em um espaço de exposição majoritariamente masculino, propicia a divulgação da importância da romancista para a história brasileira, em especial a maranhense. O cenário de exposição dos bustos provoca uma retomada ao panorama da inserção de Firmina na imprensa maranhense do século XIX, espaço também ocupado predominantemente por homens. A sua colaboração para a imprensa e a sua exibição em uma praça pública no centro da capital do Maranhão representam a ocupação das mulheres nos espaços de prestígio, apesar dos empecilhos que se impunham diante das mulheres para evitar sua emancipação. Nesse cenário, a Praça do Pantheon destaca-se, simbolicamente, como lugar de difusão de cultura, lugar de encontro e lugar acessado pelo público, sendo fundamental para a manutenção de uma memória sobre personalidades que influenciaram a história do Maranhão, como Maria Firmina dos Reis.

Próximo à Biblioteca Pública Benedito Leite e à Praça do Pantheon, no centro de São Luís, no Maranhão, há um espaço político e cultural que carrega o nome da romancista. O Solar Cultural da Terra Maria Firmina dos Reis (Figura 10) é um espaço de reunião, debates, festividades e comercialização dos produtos dos trabalhadores rurais. Em entrevista, Simone Silva, integrante da direção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), relata a razão da escolha do nome ao declarar: “Mulher negra, Maria Firmina cuidou muito da intelectualidade, mas também cativou pela cultura de resistência. Para nós do Movimento Sem Terra, especialmente nesse momento, é importante resgatar as referências históricas que compõem o sujeito coletivo” (Castro, 2019).

Além do nome da escritora atribuído ao local, o Solar Cultural da Terra Maria Firmina dos Reis expõe representações imagéticas associadas à escritora, dentre elas: uma escultura que representa a escola mista fundada pela romancista, pinturas, o busto retratado nas Figuras 1 e 2 e fragmentos das obras firminianas, expostos em quadros, construindo um memorial firminiano no estabelecimento. A montagem de um espaço reservado para a coleção e exposição de materiais atribuídos à vida e trajetória de Maria Firmina dos Reis em um lugar de encontro, no centro de São Luís, contribui para a difusão das narrativas firminianas e das suas contribuições para a sociedade maranhense, considerando que a escritora esteve esquecida durante muito tempo e que uma parcela significativa da sociedade ainda desconhece sua literatura.

Figura 10 – Frente do Solar Cultural da Terra Maria Firmina dos Reis



Fonte: Pesquisa de campo (2024)

Pensando nos estabelecimentos e nos espaços físicos como lugar de memória, pode-se trazer à tona exemplos de lugares que frequentemente carregam nomes de personalidades históricas, como as escolas, as ruas, os bairros e as cidades. Comumente, nomes próprios são atribuídos a esses lugares, com o intuito de manter viva a trajetória de uma pessoa, as suas realizações e contribuições para a sociedade. Portanto, a existência de lugares de memória referentes a Maria Firmina dos Reis, em São Luís, enquanto memórias ludovicenses atreladas às memórias firminianas são fundamentais para o reconhecimento e visibilidade da romancista brasileira.

Após a aprovação no concurso para preceptora das primeiras letras, Maria Firmina estabeleceu-se em Guimarães, no Maranhão, construindo diferentes identidades, bem como a de professora, escritora, musicista, romancista e cronista. Conforme Agenor Gomes (2022, p. 103-104), no processo de mudança e construção da sua vida em Guimarães, a escritora obteve o apoio de um tio, Martiniano José dos Reis. Este homem era proprietário de terras e de outros imóveis na região da Vila de Guimarães, detendo posse de uma casa próxima na praça da Alegria, nº 9, local em que Firmina instalou-se e, em uma das salas da casa, ministrou aulas para o público.

Figura 11 - Casa habitada por Maria Firmina



Fonte: Pesquisa de campo (2024)

A casa (Figura 11) configura-se como lugar de memória por ter sido um espaço habitado pela romancista, local no qual Maria Firmina construiu sua obra de maior popularidade na contemporaneidade, o romance *Úrsula*, publicado em 1960, mas escrito entre 1854 e 1857, como mencionado na placa, atualmente instalada na entrada da residência:

Figura 12 – Placa instalada na frente da casa habitada por Maria Firmina



Fonte: Pesquisa de campo (2024)

Neste espaço, ela lecionou entre os anos de 1847 e 1860, em uma das salas da casa. Desse modo, a referida edificação evoca memórias da trajetória da maranhense Maria Firmina dos Reis e contribui à manutenção das narrativas sobre a escritora, posto que parte do espaço, atualmente, ainda se encontra preservado, embora seja uma propriedade particular.

Diferente do retrato contemporâneo exposto, as residências da época, menos de 15 casas construídas na praça da Alegria, eram construções de taipa, com cobertura de palha ou telha, paredes rebocadas e largos quintais rodeados de pau a pique. Gomes (2022, p. 117) destaca que “Uma palmeira, duas mangueiras e um pé de mamorana amenizavam o calor amazônico nas tardes dos meses de estio”.

Situada também na Rua Emílio Habibe, a Praça Luis Domingues, na frente da casa exposta na Figura 11, há uma estátua (Figura 13) que representa Maria Firmina dos Reis. A estátua, localizada no centro da praça de Guimarães, contribui para o reconhecimento de Maria Firmina como agente que colaborou para a região, e provoca, na comunidade local, o sentimento de proximidade, desenvolvendo vínculo de apreço e admiração em relação à escritora. Além disso, torna-se espaço de difusão da cultura e da trajetória de uma personalidade histórica que contribuiu para a cidade de Guimarães, para seu desenvolvimento no âmbito cultural, literário, educativo e artístico.

Figura 13 – Estátua que representa Maria Firmina dos Reis



Fonte: Pesquisa de campo (2023)

O monumento localizado no centro da cidade retrata uma mulher segurando um livro, na mão direita direcionada ao céu, e uma flor, na mão esquerda voltada para o chão, aparentemente, vestindo um traje de mangas longas com comprimento até os joelhos. Ornamentando a representação de Firmina, encontram-se livros que contribuem para a construção da ideia de que a pessoa retratada possuiu vínculo com a educação e a escrita. Os objetos auxiliam na interpretação da comunidade que passa pela localidade e produz inferências sobre a estátua. Na base de sustentação da escultura, encontra-se a seguinte descrição: “À Maria Firmina dos Reis, professora, abolicionista, fundadora da primeira escola mista do Maranhão e primeira romancista brasileira. Homenagem do povo de Guimarães. 11 de novembro de 2020”.

Ainda na Rua Emílio Habibe, no centro de Guimarães, próximo a casa que Firmina residiu (Figura 11) e a praça que expõe a estátua (figura 13), há o Museu Histórico e Artístico de Guimarães (figura 14), espaço aberto ao público que apresenta, em seu acervo, representações imagéticas atribuídas a Firmina, o busto e bibliografias produzidas acerca da escritora.

Figura 14 – Museu histórico e artístico de Guimarães



Fonte: Pesquisa de campo (2024)

Os museus, de forma geral, são constituídos de memórias, tendo como funcionalidade o armazenamento de artefatos memorialísticos. Desse modo, o Museu Histórico e Artístico de Guimarães não se distingue dos outros, uma vez que cumpre sua função ao receber o público, expor objetos relacionados à história maranhense e guimaraense, em específico artefatos atribuídos a Maria Firmina dos Reis e outros escritores da região. Além do espaço de exposição, vale destacar que o museu se estabelece também como espaço de informação, de atendimento ao público e de transmissão de saberes.

Considerando diferentes espaços de memória, pode-se mencionar também a escola Maria Firmina dos Reis (Figura 15), localizada em Maçaricó, povoado de Guimarães. Ter um espaço como este fazendo referência a escritora Maria Firmina traz à tona suas contribuições para a educação e literatura brasileira e maranhense, considerando suas produções e a fundação da escola mista de Maçaricó, em 1880. Logo, a escola Maria Firmina dos Reis, na mesma região onde constituiu-se a primeira escola mista maranhense, instiga a população a recordar a relevância dos espaços educativos no processo histórico guimaraense.

Figura 15 – Frente da Escola Maria Firmina dos Reis



Fonte: Pesquisa de campo (2024)

A escola é uma instituição educacional com grande impacto na sociedade, pela sua gratuidade, obrigatoriedade e fornecimento de oportunidades. Inúmeras crianças, adolescentes e até mesmo adultos estão inseridos cotidianamente no espaço escolar, o qual favorece a aquisição de diversos saberes e contribui para formação de sujeitos críticos e conscientes das suas histórias. Nesse sentido, a atribuição do nome de Maria Firmina a uma escola, considerando não só o legado deixado pela escritora e professora, representa um efeito significativo na construção ideológica da comunidade guimaraense, que é instigada a buscar informações e conhecer a trajetória de Firmina.

Por fim, tendo como exposição os espaços de memória de Guimarães relacionados à Maria Firmina dos Reis, pode-se destacar o seu túmulo (figura 16), localizado no Cemitério

do Santíssimo Sacramento - Cemitério Municipal de Guimarães, situado na rua Emílio Habibe. Os cemitérios em sua simbologia se estabelecem como lugares de memória, uma vez sujeitos e trajetórias estão sendo representados em cada túmulo.

Figura 16 – Túmulo de Maria Firmina dos Reis



Fonte: Pesquisa de campo (2023)

As lápides tumulares, em suas simbologias, ornamentações e escritos fornecem pistas sobre o sujeito sepultado. Gesualda dos Santos Rasia (2017, p. 93) expõe que “[...] o túmulo, desde sua origem, é um memorial, no qual se materializava, de modo simbólico, a sobrevivência do morto, na medida do porte da celebração, via signos e inscrições”. Desse modo, a cultura cemiterial existente no Brasil e no Maranhão dispõe de materialidades, como mármore, citações, descrições, objetos e até mesmo fotografias que compõem uma espécie de museu fúnebre sobre os indivíduos sepultados.

O túmulo, onde a maranhense foi enterrada, segue o padrão comum brasileiro e maranhense, uma vez que apresenta referências acerca do indivíduo. Neste caso, o espaço traz pistas sobre Firmina por meio dos escritos contidos no monumento. Na placa, enuncia-se o seguinte: “Nesta campa está sepultada Maria Firmina dos Reis, a mestra régia dos guimaraenses, abolicionista, poetisa e primeira romancista brasileira. 11.10.1825 – 11.11.1917”. Portanto, constata-se que cada característica descrita e referida a Firmina evoca o seu legado e seus fazeres em vida.

Vale salientar que interpretar o corpo de sujeitos guardião de memórias é fundamental para os estudos relacionados à memória popular, de um grupo ou de uma comunidade, e para o afastamento de uma concepção estigmatizada que atribui o conceito *lugares de memória* apenas a espaços físicos como construções e monumentos, excluindo, com frequência, o trato do corpo de sujeitos como espaços socialmente construídos que reservam uma memória e podem transportá-la por meio da oralidade, da escrita e de outros mecanismos.

Pensar na comunidade de Guimarães como instrumento para os estudos relacionados à escritora Maria Firmina dos Reis é imprescindível, considerando os relatos de sujeitos locais e parentescos da escritora. Devido ao reduzido número de documentações históricas escritas sobre a vida de Firmina, ainda existem silêncios na história da escritora, portanto, explorar testemunhos contribui significativamente para as pesquisas. Consoante a isso, Halbwachs (2006, p. 29) afirma que “Recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação, embora muitas circunstâncias a ele relativas permaneçam obscuras para nós”.

Nesse sentido, deve-se considerar que para uma pessoa testemunhar alguma ocorrência, no sentido de recordar um acontecimento, não é necessário que essa pessoa tenha vivido, experienciado fisicamente aquele momento e situação. A memória também pode ser herdada, passada de sujeito a sujeito. Logo, é possível realizar um estudo sobre a trajetória e os impactos da escritora maranhense a partir de relatos orais, mesmo que não haja pessoas que tenham vivido na mesma época que a escritora, pois, contemporâneos a Firmina repassou suas memórias, estas que são coletivas, estão envoltas pela sociedade (Halbwachs, 2006, p. 31).

Análogo a essa ideia, Pollak (1992, p. 201) apresenta os acontecimentos “vividos por tabela”, que representam situações de sujeitos que não conseguem distinguir se viveram materialmente a situação ou não. Em virtude do imaginário social, dos discursos e das memórias coletivas, pode acontecer uma apropriação do acontecimento, a pessoa apodera-se da situação como se tivesse vivido integralmente, no entanto, suas memórias são herdadas e projetadas socialmente, o indivíduo vive “por tabela” aquela situação.

Portanto, pensar na comunidade guimaraense, pessoas que habitam a cidade de Guimarães, como lugares de memória, levando em conta que sujeitos guardam memórias coletivas sobre Maria Firmina dos Reis, e utilizar de seus relatos é imprescindível para a construção de materiais e estudos relacionados à escritora e para a manutenção de uma história viva, rememorada cotidianamente naquele corpo social. Os depoimentos da comunidade de Guimarães podem trazer à tona informações que não estão nos livros ou nos documentos escritos. Assim, esses relatos contribuem para uma visibilidade da escritora no meio social no qual viveu, considerando que nem toda a população guimaraense tem acesso à leitura dos textos firminianos ou às produções historiográficas sobre Maria Firmina dos Reis.

Isto posto, os lugares mencionados neste capítulo, até mesmo àqueles que não foram mencionados e que desempenham a função de lugares de memória, são fundamentais para manutenção de narrativas sociais, como destaca Halbwachs (2006, p. 159-160):

[...] as imagens espaciais desempenham esse papel na memória coletiva. [...] o local recebeu a marca do grupo, e vice-versa. Todas as ações do grupo podem ser traduzidas em termos espaciais. [...] Cada aspecto, cada detalhe desse lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo.

Diante das exposições dos lugares de memória de Guimarães atribuídos à escritora Maria Firmina dos Reis, convém enfatizar a relevância da preservação desses espaços, considerando que neles são impressas histórias e trajetórias que remetem um povo, a construção de uma comunidade e a expressão de sujeitos históricos no corpo social.

4 GÊNERO E LITERATURA FIRMINIANA: uma análise das representações femininas em *A Escrava* (1887), de Maria Firmina dos Reis

Quando eu morder
a palavra,
por favor,
não me apressem,
quero mascar,
rasgar entre os dentes,
a pele, os ossos, o tutano
do verbo,
para assim versejar
o âmagô das coisas...
(Conceição Evaristo)

As mulheres, ao longo da história, experienciaram/experienciam contextos e condições diversas, manifestadas por meio dos escritos, das falas e dos corpos, entre outras materializações das relações com a sociedade e os espaços de poder. Desse modo, considerando a possibilidade de identificar trajetórias de mulheres por meio do texto literário, é viável a construção de estudos literários com intuito de perceber o cotidiano feminino em variados cenários. Diante do exposto, nesta seção desenvolve-se uma análise das mulheres na obra *A Escrava* (1887), de Maria Firmina dos Reis, com objetivo de refletir sobre vivências femininas no Brasil do século XIX.

4.1 Intersecções histórico-literárias e caminhos para uma Análise Discursiva

Pensar em Maria Firmina dos Reis e em suas literaturas como possibilidades de provocar reflexões sobre determinada temática é fundamental para a relação temporal do passado com o presente. Pois, por meio das análises literárias, pode-se dialogar e comparar as condições de vida das mulheres, as heranças do período imperial e as conquistas femininas. Nesse cenário, é importante mencionar que apesar das personagens não serem representações factuais, por se tratar de uma narrativa ficcional, a análise permite identificar elementos históricos comuns entre as personagens, as vivências de mulheres da época e suas inter-relações com os dias atuais.

Ressalta-se ainda que, embora os trechos que serão analisados sejam materiais literários de caráter ficcional, é relevante mencionar que a imaginação e a subjetividade se fazem presentes tanto nos textos ficcionais quanto nos históricos, uma vez que o sujeito-escriptor se manifesta na obra. Nesse sentido, torna-se necessária as elucidações sobre as intersecções entre história e literatura.

Na intenção de refletir sobre aspectos do fenômeno literário e as relações entre o meio, o autor, a obra e o público, Antonio Candido (2006, p. 28) afirma que o escritor não apenas transfere elementos do seu contexto por meio da materialidade do texto escrito, como também o conteúdo que se pretende transferir é modificado ao atravessar o escritor, pois este não expressa apenas a realidade, mas a transforma, por meio da sua subjetividade e devolve ao mundo em forma de literatura.

Dessa forma, a tríade autor-obra-público está em simbiose com o meio, relacionando-se constantemente, sendo que a obra, na sua construção, é impactada pelo autor, que transfere características da sua época. Candido (2006, p. 31-35) relata que existem forças condicionantes que interferem na expressão do autor, dentre elas está a posição social que o autor ocupa, que direciona a obra para determinado público e pode até mesmo definir a temática a ser tratada. Quando a obra atinge o público, possui o poder de influenciar aquele que a recebe, modificando comportamento e valores.

No que concerne a relação entre História e Literatura, Sandra Pesavento (2003, p. 32) afirma: “Ora, História e Literatura são formas distintas, porém próximas, de dizer a realidade e de lhe atribuir/desvelar sentidos, e hoje se pode dizer que estão mais próximas do que nunca”. No século XIX, utilizava-se a literatura como fonte para os estudos históricos. No século XX, a literatura de denúncia apresentou-se com o objetivo de expor as injustiças da sociedade. Assim, evidencia-se que tanto na História quanto na Literatura existem vertentes que se preocupam em abordar as desigualdades sociais. Desse modo, a escritora Pesavento (2003, p. 32) afirma que ambas oferecem “o mundo como texto”, posto que se relacionam com a realidade social, com vivências e contextos.

Realidades e cotidianos podem transformar-se em literatura, em arte, levando em conta que a arte é “um sistema simbólico de comunicação inter-humana” (Candido, 2006, p. 47). Nesse sentido, para exemplificar a arte como expressão e as relações do meio com autor-obra-público, pode-se citar a sociedade medieval e as produções artísticas da época. No medievo, período histórico no qual a Igreja interferia diretamente na política e ocupava o topo da estrutura hierárquica estabelecida, símbolos religiosos refletiam-se nas artes plásticas, na arquitetura, na literatura e em outras expressões artísticas.

Pensando em uma realidade próxima temporal e espacialmente, ressalta-se a construção de uma literatura nacional no contexto da Independência do Brasil. A necessidade de uma identidade nacional ocasionou o surgimento de uma literatura própria, que valorizava elementos da cultura brasileira, como a paisagem natural, a fauna e a flora, e os povos que já habitavam o território antes da colonização.

Nesse contexto, o indígena foi colocado como herói nacional. A literatura em desenvolvimento centralizava a brasilidade nos povos indígenas, utilizava-se desse grupo para construir uma identidade. Dessa forma, nota-se que a literatura, a poesia e as artes estão além de um mundo utópico, de um mundo desejado, expressam também o meio, diferentes contextos, culturas, sociedades, temporalidades, as inquietações e os anseios de um povo e/ou do sujeito.

No plano epistemológico, as duas áreas do conhecimento, História e Literatura, são produtoras de narrativas, pois desenvolvem um enredo e revelam uma trama. Referindo-se apenas à História, pode-se identificá-la como uma representação do passado por meio da narrativa construída, cujo objetivo é a presentificação de algo que já ocorreu. Nessa perspectiva, Pesavento (2003, p. 33) afirma:

No caso, este entendimento da História como uma narrativa sobre o passado liga-se ao conceito da representação, que encarna a idéia de uma substituição, ou ainda da presentificação de uma ausência. Assim, no sistema de representações sociais construídas pelos homens para atribuir significado ao mundo, ao que se dá o nome de imaginário, a Literatura e a História teriam o seu lugar, como formas ou modalidades discursivas que tem sempre como referência o real, mesmo que seja para negá-lo, ultrapassá-lo ou transfigurá-lo.

Diante disso, percebe-se que o elemento do imaginário se insere no fazer histórico e nas narrativas construídas por um historiador(a). Logo, os recursos ficcionais não existem apenas na Literatura, bem como na História, embora desde a Antiguidade alguns escritores tentem desvincular a História da ficção, na tentativa de afirmar que o historiador retrata os fatos sociais exatamente como ocorreu (Pesavento, 2003, p. 34).

Valdeci Rezende Borges (2010, p. 98) relata que a Literatura pode atuar como testemunha de um contexto, uma vez que exprime as vivências cotidianas de um povo, suas culturas, sentimentos, afazeres, ideologias, insatisfações, desejos, projeções e tantas outras características históricas que são materializadas a partir de uma narrativa ficcional. Os debates acerca da relação entre História e Literatura, no tempo presente, apresentam que a História, a construção social da realidade, é uma representação que ocorre a partir do real, porém, com o apoio do imaginário. Para que haja uma escrita histórica, no sentido de presentificar algum fato, é necessário que esse fato tenha ocorrido. No entanto, de acordo com Pesavento (2003), o modo como o acontecimento é narrado pelo historiador é uma escolha do escritor que constrói aquela narrativa, podendo ele utilizar de recursos ficcionais.

Nesse contexto, convém enfatizar que a ficção que se insere na escrita histórica diz respeito, principalmente, aos recursos metodológicos escolhidos para a construção da

narrativa, como a sequência do enredo, mensagens implícitas, a seleção de palavras, nomes, metáforas, signos e expostos no texto. Portanto, o exercício ficcional na História existe de maneira limitada, dado que o escritor historiador jamais inventará um fato histórico, mas sim utilizará de algum fato para escrever ou criar uma narrativa ao seu modo, fabricando o passado. Nesse processo, o historiador está, inevitavelmente, vinculado a algo que tenha ocorrido e aos vestígios daquele acontecimento, consequentemente dependendo das fontes históricas para realização do estudo e para confirmação de determinado evento (Pesavento, 2003, p. 35-36).

Logo, verifica-se que pode haver ficção na História e História na Literatura ficcional. No texto literário, por exemplo, estratégias da disciplina História são empreendidas com o objetivo de transparecer uma realidade ao leitor. Nesse sentido, ambas as áreas se complementam nas elaborações de narrativas (Borges, 2010, p. 99).

Nessa perspectiva, Pesavento (2003, p. 33-36) destaca que se deve evitar a hierarquização da Literatura e da História, bem como a ideia que uma serve a outra ou que uma, posta como ciência, é superior à outra. Nesse viés, convém lembrar que ambas pertencem a campos de estudos diferentes e que cada uma possui seu valor. Dito isso, sabe-se que a Literatura pode ser usada como fonte para a História, porém, esse apoio só é possível quando o historiador elabora indagações que a fonte literária possibilite respostas. O historiador, por meio dos recursos literários, consegue acessar informações sobre a sensibilidade de um povo, de uma época e de um lugar, as representações de um mundo, dos valores, dos sentimentos, dos desejos e das inquietações.

No que se refere às representações, Roger Chartier (2002, p. 17), na obra *A História Cultural: entre práticas e representações*, dissertou sobre a elaboração social de representações e suas relações de poder, afirmando:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos, desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas económicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.

Com base nessa interpretação, pode se dizer que as representações não se limitam ao mundo das ideias, como também se expressam pelas ações e práticas sociais. O modo como

percebe e se comporta no mundo é influenciado por representações, produzidas por um grupo ou sujeito. Nesse sentido, entende-se que as representações dialogam com o poder, pois são constructos sociais que podem favorecer e legitimar a dominação de um grupo sobre o outro e/ou a imposição de ideias, valores e normas para a sociedade. Consequentemente, nota-se que as representações não apenas manifestam a realidade, como também a constroem.

Nesse ínterim, cabe ainda ressaltar:

[...] pode pensar-se uma história cultural do social que tome por objecto a compreensão das formas e dos motivos — ou, por outras palavras, das representações do mundo social — que, à revelia dos actores sociais, traduzem as suas posições e interesses objectivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse (Chartier, 2002, p. 19).

Observa-se que por meio das representações, um sujeito ou grupo elabora e expõe seus entendimentos sobre o mundo, como fez Maria Firmina dos Reis, por meio da sua literatura, ao falar sobre sociedade escravista e patriarcal, expondo o seu entendimento e os seus desejos acerca do Brasil do século XIX. Pode-se pensar também nas representações femininas presentes no texto literário *A Escrava*, de Maria Firmina. A maneira como as personagens foram construídas na narrativa imprime características do sujeito autor, do seu lugar social e da sua época. Portanto, as representações apresentam a realidade interpretada por Firmina e até mesmo valores e ideias que a escritora pretendia manifestar ao mundo.

Nesse cenário, cabe lembrar que o sujeito receptor, aquele que interpreta e se apropria do texto, também é influenciado pelo lugar que vive, pela sua cultura, costumes, modo de ler e pensar, por isso os textos e as representações são como o mundo, repletas de possibilidades de interpretações.

Desse modo, as análises do texto literário que compõem o objeto deste estudo serão empreendidas a partir dos direcionamentos da Análise do Discurso, expostos por Eni Orlandi (2012), base teórica e metodológica que investiga as relações entre sujeito, ideologia e discurso. Assim, é necessário destacar que a Análise do Discurso não se limita apenas a uma área de estudo, uma vez que o seu objeto de estudo é o discurso, elemento inerente à sociedade e à existência humana. O discurso manifesta-se de modos diferentes, seja pelo texto escrito, falado, ilustrado, encenado e outros.

Com a Análise do Discurso pretende-se identificar o modo como os signos, que estão na linguagem e no discurso, produzem sentidos. Dessa maneira, a intenção não é encontrar uma única interpretação adequada ou a verdade oculta nos discursos, pois não há uma única

interpretação e não há uma verdade por trás da mensagem, sendo que as condições de produção e de interpretação podem ser múltiplas. Devido a essa possibilidade expansiva do texto e do discurso, o autor não tem controle sobre as interpretações inferidas diante do seu texto, cada um interpreta ao seu modo de existir e de se expressar no mundo. O lugar do sujeito e as suas ideologias materializam-se na produção do discurso e no processo de interpretação (Orlandi, 2012, p. 25).

Entende-se que o discurso é complexo e que no seu processo de produção, recebe interferência do contexto, do sujeito, da memória, da história e da ideologia. Identifica-se que a interpretação é complexa, pois depende de quem e como interpreta, em qual contexto se insere e da memória existente sobre aquele conteúdo. A memória, interdiscurso ou memória discursiva, são os sentidos lembrados, evocados e presentes no sujeito. É algo que já foi dito, é um sentido pré-existente no indivíduo, que ao se deparar com um novo discurso é evocado de algum modo (Orlandi, 2012, p. 19-24).

No estudo que busca evidências históricas a partir da fonte literária é imprescindível contextualizar o texto e o sujeito escritor, posto que o espaço social do autor literário se manifesta no conteúdo, na linguagem, nas ideologias e nos sentidos daquela obra, construindo laços entre tempo, espaço e memória, representada pela produção literária que reserva a memória de um povo (Borges, 2010, p. 96). Nesse entendimento, assinalou Eni Orlandi (2012, p. 26):

A constituição determina a formulação, pois só podemos dizer (formular) se nos colocamos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória). Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que tiram seus sentidos.

Convém destacar que a linguagem, os sentidos e o próprio discurso não são estáticos, eles se transformam, são mutáveis. A linguagem estabelece-se a partir de dois processos, o parafrásico: baseado naquilo que já foi dito, na manutenção de algo e na memória; e o polissêmico: baseado na amplitude e nas diversas possibilidades de sentido. É nesta relação de permanecer e se transformar que existe a linguagem e o discurso. Além disso, há também o processo metafórico, nele as palavras podem possuir sentidos diferentes, interferindo na produção e na interpretação. É nesse sentido que Orlandi (2012, p. 30) ressalta que “[...] a incompletude é a condição da linguagem: nem os sujeitos nem os sentidos, logo, nem o discurso, já estão prontos e acabados. Eles estão sempre se fazendo, havendo um trabalho contínuo, um movimento constante”.

Logo, é função do analista estabelecer os questionamentos que devem direcionar a análise, a partir da natureza do material de investigação, a finalidade e as tendências do estudo, isto é intitulado dispositivo analítico. Paralelo a isso, há o dispositivo teórico, que consiste nas bases metodológicas da Análise do Discurso que pretendem relacionar a descrição e a interpretação no processo de investigação. Por isso, os dispositivos são fundamentais para o alcance de resultados no processo discursivo (Orlandi, 2012, p. 20-21).

É importante também destacar que existe uma diferença entre a textualidade e a discursividade, esta só é possível a partir da identificação do texto, em razão de que o discurso está embutido na obra. Desse modo, cabe ao analista identificar os discursos inseridos no texto. Portanto, destaca-se que os textos não são os objetos, mas sim os discursos e as produções de sentidos construídas e elaboradas por esses discursos (Orlandi, 2012, p. 63).

No que se refere às etapas metodológicas para a construção da análise é necessária a delimitação do *corpus* documental. Nesse caso, selecionou-se as mulheres do conto *A Escrava*. O passo inicial para o desenvolvimento deste trabalho será o recorte do texto para identificação dos sentidos produzidos, assim, parte-se da superfície linguística (o texto bruto) para o objeto discursivo que ancorará a análise discursiva. Nesse sentido, os procedimentos metodológicos deste trabalho perpassam pela definição do *corpus* documental, identificação do texto (superfície linguística), identificação do objeto discursivo (o discurso que há no texto) e o processo discursivo, processo analítico que objetiva a identificação da ideologia contida no discurso. Nesse percurso, segue-se para a apresentação da análise a seguir.

4.2 Mulheres em *A Escrava* (1887)

O conto *A Escrava*, escrito quando Firmina já estava aposentada (Gomes, 2022, p. 381), foi publicado na *Revista Maranhense*, em 03 de novembro de 1887. Atualmente, o conto pode ser acessado em plataformas digitais como a do acervo digital da Biblioteca Benedito Leite¹³. A narrativa enfatiza a temática antiescravista ao expor o cotidiano da personagem Joana, uma negra escravizada.

No cenário oitocentista, os jornais, comumente, abordavam e difundiam diversas temáticas, desde aspectos econômicos, como agricultura e abastecimento, como também conteúdos sobre saúde, filosofia, religião, literatura e ciência. O público assíduo dos jornais favoreceu a manutenção dos periódicos maranhenses. Rafael Balseiro Zin (2018, p. 18)

¹³ Para acessar o conto disponibilizado no acervo digital da Biblioteca Benedito Leite, utilize o seguinte link: https://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20220429131257.pdf

relembra que naquele cenário brasileiro oitocentista havia um movimento em prol da construção de uma identidade nacional, contexto que se refletiu nas produções escritas, como as literaturas, divulgadas por meio dos noticiários.

Partindo de uma análise contextual, percebe-se que Firmina objetivou a construção de uma literatura política, crítica e antiescravista, o que dá margem a interpretação que ela desejava alcançar a elite intelectual com o discurso abolicionista, principalmente por construir, na narrativa de *A Escrava* (1887), uma personagem abolicionista pertencente a elite que defendia e divulgava seus anseios por uma sociedade antiescravista.

Diante de suas publicações, pode-se dizer que possivelmente, Firmina atingiu seus objetivos de difundir os ideais antiescravista para a população maranhense, em especial os leitores de jornais. Nota-se sua divulgação a partir das evidências históricas contidas nas narrativas jornalísticas da segunda metade do século XIX e noticiários sobre as publicações de Firmina, divulgando o lançamento dos seus textos e incentivando os leitores a se debruçar sobre as obras.

Quanto ao enredo, o conto *A Escrava* (1887) expõe a relação desenvolvida entre duas personagens, uma mulher branca pertencente à elite e Joana, uma mulher negra escravizada, inseridas no contexto do Brasil escravocrata. A narrativa principia com a reunião de pessoas da alta sociedade conversando sobre a escravidão. Na ocasião, uma senhora apresenta-se com ideias abolicionistas e relata a situação de uma outra mulher, nomeada de Joana, que fugia dos açoitamentos e violações impostas pela escravidão. A senhora, passeando pela mata, percebeu a fuga da escravizada quando a avistou escondida e logo deparou-se com um homem embrutecido procurando por ela. O homem continua a perseguição por Joana até que surge Gabriel, que procura por sua mãe, a escravizada que fugira. Vivenciando aquela situação, a senhora da elite ajuda Joana e o filho Gabriel na luta pela sua liberdade.

Dessa forma, na subseção seguinte identifica-se os elementos da narrativa *A escrava* que auxiliam a análise sobre mulheres brasileiras do século XIX. Para isso, realizou-se a seleção do *corpus* documental, destacando-se trechos relacionados a personagem Senhora¹⁴, uma mulher branca pertencente à elite, e a Joana, uma mulher negra, alfabetizada, mãe e escravizada.

4.2.1 Uma Senhora abolicionista: a mulher branca da elite no século XIX

¹⁴ Considerando a ausência de nome próprio da personagem na narrativa, neste trabalho será utilizado o termo *Senhora* para se referir à personagem branca da elite descrita no conto *A Escrava* (1887).

A narrativa de *A Escrava* (1887) inicia relatando uma reunião de pessoas da alta sociedade, com ênfase em uma mulher da elite que defende a abolição. As pessoas que compunham a reunião conversavam sobre a escravidão, cenário que possibilitou a mulher, que não é nomeada durante a narrativa, manifestar sua posição contrária à subserviência negra. Nesse ínterim, a personagem apresenta um relato de vivência sobre a sua relação com uma escravizada chamada Joana.

Durante toda a narrativa, a personagem é apresentada como Senhora. É relevante enfatizar essa ausência de nome porque essa característica do conto inverte a lógica de uma sociedade escravocrata e de uma literatura brancocentrada, comum no século XIX, na qual os negros não têm nomes e são tratados como objetos, na vida e na ficção literária. No conto de Maria Firmina, a escritora nomeia as personagens negras, possivelmente com o objetivo de colocá-los como sujeitos protagonistas, não como objetos ou coadjuvantes de sua própria história.

As ausências e as presenças de nomes próprios na narrativa dialogam com a trajetória da própria escritora. A supressão do nome simboliza o apagamento e a marginalização de histórias, sujeitos e memórias. Embora, no conto, apenas a personagem branca da elite apareça sem nome, na prática cotidiana do Brasil imperial mulheres, negros e pobres estavam submetidos à invisibilização. Desse modo, semelhanças, marcadas pelo gênero, atravessam a personagem Senhora e a autora Firmina. O uso de um pseudônimo para assinar o romance *Úrsula* e o longo período de esquecimento ao qual foi submetida são expressões do silenciamento de Maria Firmina.

Assim, tem-se uma escritora negra, a fazer uso de uma construção vocabular, de um traçar narrativo, comumente, exclusivo daquela sociedade que oprime e violenta os seus. Tanto que, aos 80 anos de idade Maria Firmina dos Reis já enfrentava um processo de esquecimento pelos outros intelectuais da época. Foi nesse período que ocorreu a reunião de alguns escritores maranhenses, com objetivo de fundar a Academia Maranhense de Letras, instituição vinculada à Biblioteca Pública do Estado, em São Luís. Apesar do legado e das contribuições de Firmina, a escritora não foi mencionada nos processos de reconhecimento dos escritores maranhenses. Após a fundação da Academia Maranhense de Letras, a Biblioteca Pública do Estado fomentou uma atividade para listagem dos principais escritores maranhenses, mas Firmina e nenhuma outra mulher, novamente, não foram lembradas, ainda que mantivessem as publicações (Gomes, 2022, p. 278).

Desse modo, parte-se para a investigação, tendo como material analítico o primeiro discurso da Senhora, uma fala realizada durante a reunião com pessoas da alta sociedade, na qual comentavam sobre a escravidão. A personagem afirmou:

— Admira-me, — disse uma senhora de sentimentos sinceramente abolicionistas; — faz-me até pasmar como se possa sentir, e expressar sentimentos escravocratas, no presente século, no século dezenove!! A moral religiosa e a moral cívica aí se erguem, e falam bem alto esmagando a hidra que envenena a família no mais sagrado santuário seu, e desmoraliza, e avilta a nação inteira! (Reis, 2019, p. 175).

Considerando o cenário que a personagem se inseria — reunião com pessoas “bem colocadas” na sociedade —, identifica-se que se trata de uma mulher que detém riquezas. Porém, contrariando a ordem comum de uma sociedade escravista, na qual aquele que tem riqueza utiliza do seu poder para oprimir aqueles que não tem, a personagem age em confronto com os padrões estabelecidos socialmente, uma vez que utiliza do seu lugar de privilégio para promover uma reflexão entre a alta sociedade, com intuito de repudiar a escravidão.

Em outra ocasião da narrativa, quando ocorre um diálogo dessa personagem com a personagem Joana, nota-se que a personagem se trata de uma mulher branca, no momento que Joana afirma: “— Quem é vossemecê, minha senhora, que tão boa é para mim, e para meu filho? Nunca encontrei em vida um branco que se compadecesse de mim” (Reis, 2019, p. 182). A partir do trecho, fica explícito que a personagem Senhora acumula os privilégios da riqueza e da brancura. Pensando na relação da mulher branca com a Joana, uma mulher negra e escravizada, é evidente que a mulher branca e rica detém privilégios e oportunidades diferentes das que Joana teve. Evidencia-se, por parte da escrava, uma referência a sua condição servil, ao anunciar de pronto quem, de certa maneira, passa a tê-la como posse, a sua “minha/dona” senhora. Servil, mais uma vez, agora curvada por traços superlativos de bondade e até uma resignação diante de uma espécie de Compadecida.

Apesar da sua condição social, é possível inferir que a personagem Senhora também teve que enfrentar desafios relacionados ao gênero diante da sociedade patriarcal, considerando o contexto que a obra foi escrita, Maranhão do século XIX. Para exemplificar as vivências femininas em uma ordem patriarcal, pode-se destacar os moldes comportamentais e ideológicos impostos para as mulheres exercerem a suposta “feminilidade”. A mulher ideal, conforme a lógica ocidentalizada e hierárquica, deveria seguir padrões pré-determinados e atribuir-se às funções de cuidado.

Algumas mulheres tinham acesso ao abecedário moral de Gonçalo F. Trancoso, publicado em 1585, que apresentava as letras do alfabeto, acompanhadas, cada uma, de uma qualidade ou característica que correspondia ao ideal feminino, às qualidades de uma “boa mulher” e de uma “mulher virtuosa”. A seguir, apresenta-se o abecedário de Gonçalo F. Trancoso, conforme exposto na obra de Gati e Monteiro (2016, p. 1157).

A = amiga da sua casa	M = mansa
B = benquista da vizinhança	N = nobre
C = caridosa para com os pobres	O = honesta
D = devota da Virgem	P = prudente
E = entendida no seu ofício	Q = quieta
F = firme na fé	R = regrada
G = guardadeira de sua fazenda	S = sezuda
H = humilde	T = trabalhadeira
I = inimiga do mexerico	U = unida à família, útil
marido	
J = jeitosa (habilidosa)	V = virtuosa
L = leal	X = xã (simples)
Z = zelosa da honra	

O abecedário traz à tona as características de uma mulher submissa, dócil, bondosa, àquela que serve os outros. Estes ideais inspiraram-se nas narrativas sobre a virgem Maria, que correspondia ao modelo de mulher no contexto brasileiro da colônia e que se perpetuou no imaginário social em diversos tempos históricos. A “virgem” a “bondosa”, a “justa”, a “pura”, são características atribuídas a uma “boa mulher”.

Desse modo, identifica-se que as mulheres estavam submetidas às imposições de uma sociedade religiosa que garantia a manutenção da desigualdade de gênero. A religião justificava e legitimava a autoridade masculina e a sujeição feminina, construindo homens intelectuais, administradores e líderes, majoritariamente brancos, enquanto condicionava as mulheres à padrões, arquétipos, doutrinas e ideários, solapando o destaque feminino na sociedade (Gati; Monteiro, 2016, p.1157).

A personagem Senhora, certamente, acumulava privilégios que os distanciava da condição da escravizada Joana. No entanto, possivelmente, enfrentou desafios associados ao ser mulher e à sua atuação como defensora da abolição em espaços de prestígio e ocupado por homens. Apesar dos obstáculos, divulgou suas concepções sobre o sistema opressor vigente. Pode-se interpretar a afirmação “sentimentos sinceramente abolicionistas” como uma tentativa de reforçar a legitimidade da luta daquela mulher, elemento enfatizado no início da narrativa. A personagem objetivava o fim do sistema escravista, somando ao movimento abolicionista da época.

Em outro momento, em conversa com a personagem Joana, a Senhora ressalta sua participação no movimento abolicionista, afirmando:

Como não devem ignorar, eu já me havia constituído então membro da sociedade abolicionista da nossa província, e da do Rio de Janeiro. Expedi de pronto um próprio à capital [...] — Inda há neste mundo quem se compadeça de um escravo? — Há muita alma compassiva, — retorqui-lhe, — que se condói do sofrimento de seu irmão (Reis, 2019, p. 182).

Régia Agostinho da Silva (2013, p. 61-63) relata a existência de associações em defesa da abolição composta não só por pessoas negras e pobres, mas também por membros da elite. Na segunda metade do século XIX, os jornais maranhenses noticiavam tópicos relacionados à luta antiescravista, dentre esses periódicos *A carapuça* (1884) destaca-se pelo caráter abolicionista.

Na província do Maranhão, consolidou-se, a partir da década de 1860, sociedades abolicionistas que contribuía para a conquista da liberdade de escravizados, a exemplo da irmandade de São Bento e a Sociedade Manumissora Vinte e Oito de Julho (1869). As associações eram compostas por integrantes da aristocracia local que defendiam ideias de progresso e humanitarismo (Silva, 2013, p. 63).

No contexto da década de 1880, os debates sobre a abolição já haviam se alastrado por todas as províncias brasileiras, porém, no Maranhão, o processo de adesão à abolição foi tardio, quando comparado a outras províncias da região norte. Em 1887, ano que antecedeu a abolição oficial, o Maranhão apresentava o quantitativo de 33.446 escravizados (Silva, 2013, p. 60-63).

Diferente do que se difunde socialmente, movimentos de resistência antiescravista foram compostos por pessoas de diversos estratos sociais, bem como negros, brancos, ricos e pobres. É possível que Maria Firmina dos Reis tenha utilizado a Senhora da elite, personagem fictícia, para exemplificar os movimentos e as relações existentes no cenário abolicionista maranhense da segunda metade do século XIX.

Ainda sobre o trecho destacado anteriormente, nota-se que a mulher não só conversa sobre o sistema econômico vigente no Maranhão e no Brasil, como também se opunha a esse sistema que lhe garantia aquele lugar de privilégio, posto que a escravidão permitia que a elite se perpetuasse como elite, e que muitos brancos continuassem no poder. No entanto, apesar dos privilégios advindos da ordem escravocrata, enfatiza suas críticas ao modelo:

Para quê se deu em sacrifício o Homem Deus, que ali exalou seu derradeiro alento? Ah! Então não é verdade que seu sangue era o resgate do homem! É então uma mentira abominável ter esse sangue comprado a liberdade!? E depois, olhai a sociedade... Não vedes o abutre que a corrói constantemente!... Não sentis a desmoralização que a enerva, o cancro que a destrói? Por qualquer modo que encaremos a escravidão, ela é, e será sempre um grande mal. [...] escravo é olhado por todos como vítima – e o é. O senhor, que papel representa na opinião social? O senhor é o verdugo – e esta qualificação é hedionda. Eu vou narrar-vos, se me quiserdes prestar atenção, um fato que ultimamente se deu. Poderia citar-vos uma infinidade deles; mas este basta, para provar o que acabo de dizer sobre o algoz e a vítima (Reis, 2019, p. 175-176).

Logo, criticar um sistema que a beneficiava e, possivelmente, favorecia aqueles que compunham aquela reunião, simboliza a coragem e a liderança da personagem, sendo que o direito a fala é negado, historicamente, às mulheres, principalmente nos espaços de prestígio e visibilidade, como uma reunião da alta sociedade. Comumente, estes espaços são garantidos aos homens, pois a sociedade legitima a participação masculina nos momentos de se impor, de falar e de contrariar.

Heleieth Saffioti (1987, p. 8-9) desenvolveu um estudo relacionado aos papéis sociais atribuídos às mulheres, no qual identificou que a sociedade determina, por meio dos discursos, os lugares que a mulher pode ou não ocupar. Nesse sentido, a partir dessa determinação social, ocorre um processo de naturalização de discursos construídos socialmente, embora sejam repassados para as mulheres de maneira que as obrigue a aceitar que aquelas funções são inatas e próprias do feminino. A ideia de que as mulheres devem se dedicar exclusivamente ao cuidado da família e da casa, que devem ser obedientes aos homens, por exemplo, faz parte dessas elaborações de papéis sociais.

Convém ressaltar que esta reclusão da mulher ao ambiente doméstico não é generalizada. Existem comunidades nas quais as mulheres exercem funções de trabalho no seio da sociedade. Porém, em muitos casos, mesmo com a participação da mulher na vida pública, o discurso de naturalização e de domesticação da mulher permanece para legitimar os seus afazeres domésticos e o cuidado com a casa e a família, uma vez que se a mulher entende que possui habilidades inatas para aquilo, ela continuará reproduzindo esses discursos.

Portanto, é interessante perceber que a domesticação das mulheres não significa a ausência de participação das mulheres na vida pública, mas sim a sua sujeição ao lar e à família, mais precisamente ao homem. Essa condição feminina possibilita que os homens ocupem os espaços públicos, os cargos de prestígio e tenham maior validação social, assim conquistando mais possibilidades de ascender socialmente.

É neste contexto que os homens têm a liberdade de se expressar publicamente, diferente das mulheres. Portanto, é possível identificar a Senhora, personagem do conto A

escrava, como uma mulher que se inseria nos espaços públicos e detinha a liberdade, o direito e a coragem de se manifestar e se opor às determinações sociais, à escravidão e aos discursos que afirmam que a mulher não pode ocupar espaços de liderança.

Nesse cenário, é interessante perceber como a personagem do conto atuou como uma líder, em nenhum momento um homem, seja pai, irmão e/ou marido, é apresentado ao seu lado, ajudando-a ou incentivando-a. A personagem age por livre expressão. Ela confronta homens, como o personagem Tavares. Desse modo, convém analisar como a personagem é construída na narrativa, uma mulher sem nome e sem homem, marcada pelo privilégio da branquitude e pelo desfavorecimento do gênero. Portanto, possivelmente, Maria Firmina dos Reis teve o intuito de contrariar os padrões da sociedade, colocando uma mulher impositiva na sua narrativa, sem a presença de uma figura masculina que a tutelasse.

Portanto, torna-se evidente, por meio da análise, a atuação de uma mulher líder e abolicionista. A Senhora do conto *A escrava* direciona-se, durante a narrativa, a um movimento contrário à ordem estabelecida socialmente. A sociedade patriarcal e escravista esperava outro comportamento para uma mulher branca e pertencente à elite. Desse modo, certamente, a Senhora rompe com os ideais femininos de sua época ao lutar por uma sociedade igualitária e democrática.

Outro ponto que desperta atenção é a instrução e o conhecimento que a personagem demonstra acerca de questões da sociedade, da legislação e da vida pública, indicando que, possivelmente, teve acesso à educação formal. A exemplo da situação, considera-se a seguinte afirmação: “– faz-me até pasmar como se possa sentir, e expressar sentimentos escravocratas, no presente século, no século dezenove!!” (Reis, 2019, p. 175). Ao afirmar que é ultrapassado/atrasado a escravidão no século XIX, pode-se entender que a mulher está criticando o Brasil da época que, em relação aos outros países, foi o último a abolir a escravidão.

Ricardo Salles (2011, p. 260) afirma que o Brasil foi o último país do Ocidente a abolir a escravidão, opondo-se ao movimento de abolição que ocorria em outros países. No Caribe, entre 1776 e 1848, ocorreu a revolução de escravizados, negros, mestiços e libertos em uma colônia francesa de Saint-Domingue, a que mais obtinha riqueza no mundo, conquistando a vitória da abolição. Contrariando a ordem, o Brasil manteve a escravidão e sua vigência de maneira reforçada. Assim, destaca-se, negativamente, por ser o último da América a abolir a escravidão, que só ocorrerá em 1888, após intensas revoltas, lutas e manifestos da comunidade abolicionista.

O diálogo que a Senhora tem com Tavares, homem que perseguia Joana durante a fuga, no momento que ele vai à sua casa buscar Joana, reforça a instrução da personagem. Confira:

— É hoje a segunda vez que a encontro, minha senhora, entretanto, não sei ainda a quem falo. Peço-lhe que me diga o seu nome, para que eu conheça o patrão, o senhor Tavares. É escandalosa, minha senhora, a proteção que dá a estes escravos fugidos. Estas palavras inconvenientes mereceram o meu desdém; não lhe retorqui. [...] — Insolente! Nem mais uma palavra. Vai-te, diz a teu amo, — miserável instrumento de um escravocrata; diz a ele que uma senhora recebeu em sua casa uma mísera escrava, louca porque lhe arrancaram dos braços dois filhos menores, e os venderam para o Sul; uma escrava moribunda; mas ainda assim perseguida por seus implacáveis algozes. [...] Sei o motivo que aqui o trouxe, e podemos, se quiser, encetar já o assunto. Custava-me, confesso, estar por longo tempo em comunicação com aquele homem, que encarava sua vítima, sem consciência [...] Morreu, não lamento esta perda; já para nada prestava. O Antônio, o meu feitor, que é um excelente e zeloso servidor, é que se cansava em procurá-la. Porém, minha senhora, este negro! — designava o pobre Gabriel, — com este negro a coisa muda de figura; minha querida senhora, este negro está fugido; espero, mo entregará, pois sou o seu legítimo senhor, e quero corrigi-lo. — Pelo amor de Deus, minha mãe, — gritou Gabriel, completamente. [...] — Vai compreender-me, — retorqui, apresentando-lhe um volume de papéis subscritados e competentemente selados. Rasgou o subscrito, e leu-os. Nunca em sua vida tinha sofrido tão extraordinária contrariedade. — Sim, minha cara senhora, — redarguiu, terminando a leitura; — o direito de propriedade, conferido outrora por lei a nossos avós, hoje nada mais é que uma burla... A lei retrogradou. Hoje protege-se escandalosamente o escravo contra seu senhor; hoje qualquer indivíduo diz a um juiz de órfãos: Em troca desta quantia exijo a liberdade do escravo fulano — haja ou não a aprovação do seu senhor. Não acham isto interessante? (Reis, 2019, p. 185-187).

O manuseio de documentos oficiais e o conhecimento dos processos burocráticos informam que a mulher possui experiência e instrução em relação aos processos administrativos. Além disso, o seu diálogo e as imposições diante de um homem, enfatiza a sua liderança e seu ativismo em prol do fim da escravidão. Esse cenário permite destacar o protagonismo feminino e a participação das mulheres na vida pública, apesar dos obstáculos de uma sociedade marcada pela validação e valorização da figura masculina.

As pesquisadoras Gati e Monteiro (2006, p. 1157) desenvolveram um estudo sobre a educação feminina, no qual evidencia a participação das mulheres na sociedade por meio do acesso à leitura. Nesse contexto, convém destacar que embora existissem obstáculos ao acesso das mulheres à leitura e à escrita, ocorreu um processo de inserção da educação escolarizada na vida das mulheres. Pensando no contexto do Brasil no século XIX, é relevante destacar que as mulheres da elite detinham mais oportunidades, quando comparadas às mulheres de grupos sociais inferiorizados.

O movimento de escolarização da educação feminina no Brasil expande-se a partir da Lei de Instrução Pública do Brasil, de 1827, a qual determinou: “Art. 11. Haverão escolas

de meninas nas cidades e vilas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessário este estabelecimento” (Brasil, 1827, s/p). A priori, a educação das mulheres esteve associada ao exercício do cuidado com o lar e a família, especificamente, com os filhos. Consequentemente, a inserção feminina nas escolas foi influenciada pela ideia de que as mulheres deveriam instruir-se para educar os homens, futuros líderes da sociedade.

Embora o objetivo da inserção das mulheres nas escolas e no ensino, a princípio, tenha garantido a manutenção do papel social imposto às mulheres - a mãe, a cuidadora, aquela que deve educar os filhos -, muitas mulheres utilizaram desse acesso para ocupar espaços de validação e prestígio social. Nesse ínterim, pode-se imaginar que a personagem do conto *A escrava*, a Senhora, teve acesso à educação e utilizou dessa ferramenta como instrumento de luta em prol do abolicionismo.

4.2.2 Joana: a mulher negra, alfabetizada, escravizada e mãe no século XIX

A segunda personagem que será analisada é nomeada como Joana. É em torno desta mulher e suas vivências na sociedade escravista que se desenvolve a narrativa *A escrava* (1887). As menções relacionadas a Joana, durante o texto, possibilitam identificar que se trata de uma mulher negra, mãe, escravizada e alfabetizada. A partir dessas facetas, constrói-se a análise da personagem.

A primeira aparição de Joana na narrativa é quando foge de Tavares, homem que a punia com castigos severos. Ao fugir das agressões de Tavares, Joana esconde-se na mata, local onde encontra a Senhora que a ajudará sair daquela condição. Gabriel, filho de Joana, que também está sujeito a condição de cativo, foge para procurá-la. Nesse cenário, encontra-se o seguinte diálogo entre Gabriel e a Senhora da elite:

Ah! Minha senhora, – exclamou erguendo os olhos ao céu, – eu procuro minha mãe [Joana], que correu nesta direção, fugindo ao cruel feitor, que a perseguia. Eu também agora sou um fugido: porque há uma hora deixei o serviço para procurar minha pobre mãe, que além de doida está quase a morrer [...] Minha mãe caiu, desfalecida; o feitor lhe impôs que trabalhasse, dando-lhe açoites; ela deitou a correr gritando. Ele correu atrás. Eu corri também, corri até aqui porque foi esta a direção que tomaram. Mas, onde está ela, onde estará ele? (Reis, 2019, p. 179).

Neste trecho, partindo das percepções de Gabriel, testemunha-se que Joana esteve sujeita às agressões e imposições ditadas por uma sociedade escravista e patriarcal. Joana faz parte de um grupo de pessoas que trabalhavam para a manutenção de uma elite e dos privilégios dos ricos. Constata-se, por meio das experiências e relatos da personagem, o

sofrimento de um corpo, o negro e o pobre, utilizado para o enriquecimento de outro, o branco e rico. À custa do trabalho negro, um império branco foi construído e mantido. A lógica colonial da exploração para o favorecimento do grupo dominante continuou sendo perpetuada e o povo negro continuou sendo explorado.

É nesse ínterim que Joana representa as trabalhadoras que contribuíram para a sustentação da elite imperial, como tantas outras mulheres, em especial as mulheres negras que sempre estiveram nos espaços de trabalho. Os afazeres desempenhados por Joana e outras mulheres negras no contexto da escravidão possibilitou a produtividade e as riquezas conquistadas no Maranhão e em diversas outras províncias brasileiras.

No texto *Localizando a mulher escravizada nos Mundos do Trabalho* (2021), as escritoras Caroline Passarini Sousa, Giovana Puppim Tardivo e Marina Camilo Haack relatam experiências femininas negras e as relações de trabalho no contexto da escravidão, destacando a inserção das escravizadas em espaços urbanos e rurais, públicos e privados. A mulher escravizada executava trabalhos nas casas, nas roças e nas ruas, sobressaindo-se, sobretudo, no setor agrícola. Dentre 808.401 serviçais da lavoura imperial brasileira, no ano de 1872, 304.657 eram mulheres (Passarini; Tardivo; Haack, 2021, p. 57-58).

Angela Davis (2016), na obra *Mulheres, raça e classe*, apresenta um estudo sobre as mulheres negras nos Estados Unidos durante o período da escravidão. Embora a análise histórica seja construída a partir de outro recorte espacial, observam-se experiências compartilhadas entre mulheres negras nos Estados Unidos e no Brasil. Davis (2016, p. 16-17) ressalta que, no cenário escravista, as mulheres negras foram mais exploradas do que as brancas, uma vez que o trabalho exaustivo ocupava a centralidade da vida delas, tanto no âmbito privado quanto no público.

No Brasil, as mulheres escravizadas ocupavam-se de atividades exaustivas campesinas que excediam a média de 12 a 15 horas diárias, como o desflorestamento e o corte de madeira. Além do serviço na lavoura, operaram na venda, nos negócios, nas quitandas, na lavagem de roupa, e na prostituição (Passarini; Tardivo; Haack, 2021, p. 57-58). Percebe-se, assim, o transitar dessas mulheres em diversos setores de trabalho no regime escravista, formando laços com outras mulheres e edificando experiências para além dos castigos e açoites.

Distanciando-se da ideia de que essas mulheres estavam exclusivamente nos espaços de trabalhos subalternizados, como o caso da personagem Joana, menciona-se a ocorrência de negras que adentraram outros espaços, como o comércio e a administração de negócios. Adriana Dantas Reis Alves (2010, p. 56), por meio de um estudo construído a partir da análise

de testamentos, relata que as africanas minas se inseriram na cúpula da elite econômica do comércio, acumulando riquezas e desempenhando papéis frequentemente atribuídos aos homens. No Rio de Janeiro, ao comercializar alimentos e miudezas, mulheres negras conquistaram patrimônios que possibilitaram a compra de suas alforrias.

Passarini, Tardivo e Haack (2021, p. 59) informam que as africanas detinham habilidades para o exercício no comércio e nas quitandas, possivelmente, oriundas de experiências na África. A ocupação de atividades no comércio viabilizou uma emancipação para essas mulheres que conquistavam recursos para manter a sua existência e a de sua família, adquirindo até mesmo a alforria para si e seus pares.

Apesar das violações corriqueiras, verifica-se que a personagem Joana elaborou estratégias para confrontar e resistir ao sistema escravista. A fuga da personagem representa a resistência e a articulação daqueles que recusavam a subalternização e prezavam pela construção de narrativas de liberdade. Joana, insatisfeita com as violências comuns no cotidiano de uma escravizada, escolheu os caminhos da liberdade, mesmo que fossem incertos.

Joana simboliza, sobretudo, a resistência das pessoas negras escravizadas que viviam no século XIX. Régia Agostinho da Silva (2013, p. 36) informa que o movimento antiescravista não se iniciou apenas com as agremiações e organizações abolicionistas, levando em conta que as inúmeras resistências simbólicas da comunidade negra se constituíam como instrumento de oposição àquele sistema. As fugas e a recusa de viver as hostilidades da escravidão também são elementos que compuseram o movimento em prol da abolição.

Os jornais maranhenses do Oitocentos apresentam relatos de fugas de escravizados, anunciadas, frequentemente, pelos proprietários que desejavam encontrar aqueles que escapavam. As características da fisionomia e da personalidade do escravizado que estava em fuga eram anunciadas, considerando que alguns anunciantes escravistas ofereciam recompensa para aqueles que encontrassem os evadidos, podendo ser homens, mulheres e crianças. Jornais como o *Publicador Maranhense* (1859) e *O Século* (1859) expõem relatos de fugas, contribuindo para o estudo sobre as resistências negras no século XIX (Silva, 2013, p. 45).

Além da exploração por meio do trabalho braçal, o sistema escravista foi construído de diversas formas, a exemplo da reprodução sexual. Joana, inserida nesse cenário, representa mais uma posição ocupada pelas mulheres escravizadas, como descrito no trecho abaixo:

— Minha mãe!... Minha mãe, — de novo exclamou o filho [Gabriel]. Ao som daquela voz chorosa, e tão grata, ela ergueu a cabeça, distendeu os braços, e, com voz débil, murmurou: — Carlos!... Urbano... — Não, minha mãe sou Gabriel. — Gabriel, — tornou ela, com voz estridente. — É noite, e eles para onde foram? — De quem fala ela? — interroguei Gabriel, que limpava as lágrimas na coberta da cama de sua mãe. — É doida, minha senhora; fala de meus irmãos Carlos e Urbano, crianças de oito anos, que meu senhor vendeu para o Rio de Janeiro. Desde esse dia ela endoideceu (Reis, 2019, p. 181).

Outro aspecto que pode ser analisado a partir da trajetória de Joana é o desempenho da reprodução sexual que contribuía para a continuidade do escravismo. O corpo das mulheres, em especial das negras, foi explorado não só pelos trabalhos desempenhados nas casas, na lavoura, nas ruas e em outros espaços, como também pela reprodução sexual. Pensando no contexto da escravidão brasileira, afirma-se que havia uma espera e expectativa social em torno do trabalho de reprodução, sendo desejado e exigido, já que seria útil e produtivo para o regime escravista.

Passarini, Tardivo e Haack (2021, p. 63) afirmam que “As mulheres escravizadas desempenharam o papel único de reprodutoras de um sistema que capitalizava o ser humano, em que seus filhos eram mercadorias e mão de obra para o futuro, na concepção de proprietários por todo o mundo Atlântico”. Nesse cenário, apesar do tráfico transatlântico ser o maior responsável pela perpetuação da mão de obra escravizada, não se pode negar os impactos da reprodução sexual na vida das mulheres escravizadas e na prosperidade da elite imperial.

Os filhos de escravizadas carregavam consigo a condição da exploração, transportando o título de escravizados, mesmo na infância. Essa situação decorre do estabelecimento do fundamento romano *partus sequitur ventrem*, que determinava que os filhos estariam submetidos à mesma situação jurídica da sua mãe. Nessa perspectiva, Gabriel, Carlos e Urbano, filhos da personagem Joana, simbolizam as determinações baseadas na concepção romana, uma vez que a descendência de uma escravizada os repassou a condição de cativo. As legislações que emergiram acerca da proibição do tráfico impossibilitaram o abastecimento transatlântico e estimulou a reprodução sexual como estratégia para manter o escravismo (Passarini; Tardivo; Haack, 2021, p. 57-58), desencadeando experiências complexas e turbulentas em torno da maternidade, como a citação abaixo das vivências da personagem Joana ao perder seus filhos:

— Não sabe, minha senhora, **eu morro, sem ver mais meus filhos!** Meu **senhor os vendeu...** eram tão pequenos... eram gêmeos. Carlos, Urbano... Tenho a vista tão fraca... é a morte que chega. Não tenho pena de morrer, tenho pena de deixar meus filhos... meus pobres filhos!... Aqueles que me **arrancaram destes braços...** Este

que também é escravo!... **E os soluços da mãe confundiram-se por muito tempo com os soluços do filho.** Era uma cena tocante e lastimosa, que despedaçava o coração. Ah! Maldição sobre a opressão! Maldição sobre o escravocrata! [...] — Ah! Se pudesse, nesta hora [pouco antes de falecer] extrema ver meus pobres filhos, Carlos e Urbano!... Nunca mais os verei! Tinham oito anos. Um homem apeou-se à porta do Engenho, onde juntos trabalhavam meus pobres filhos – **era um traficante de carne humana** (Reis, 2019, p. 182-184, grifo nosso).

O fragmento expressa a dor e o sofrimento da personagem Joana que teve seus filhos arrancados de seus braços, prática comum advinda da ideia de que a mulher deveria ser um objeto de reprodução de mercadoria humana, tendo sua humanidade, sentimentos e afetos negados. A maternidade de mulheres negras escravizadas esteve atravessada pela concepção violenta de um sistema que a entendia como máquina produtiva e reprodutiva, posto que a sociedade impunha a produtividade por meio do trabalho em variados setores e pela reprodução sexual.

Davis (2016, p. 17-18) discorre que no contexto escravista as mulheres escravizadas não eram consideradas “mães em absoluto”, devido à ideia de que fazia parte da exploração feminina a manutenção do sistema por meio da reprodução. Logo, nota-se que a concepção de uma mãe cuidadora, educadora, gentil e afetuosa, comumente atribuída às mulheres, não se estendia às escravizadas que tinham seus filhos considerados objetos de trabalho.

Muitas mulheres negras escravizadas e grávidas continuavam no exercício das obrigações cotidianas, desempenhando trabalhos exaustivos e colocando a vida em risco. As escravizadas gestantes também não estavam isentas dos castigos físicos, responsáveis, muitas vezes, pela morte do nascituro. É válido mencionar que o Brasil não apresentou políticas de iniciativa estatal que abordassem a reprodução e a natalidade dos escravizados, porém, considerando o contexto internacional de proibição do abastecimento pelo tráfico transatlântico, José Bonifácio, em 1823, emitiu um documento que determinava gratificações às mulheres escravizadas que tivessem filhos, dentre as recompensas estava a possibilidade do descanso (Passarini; Tardivo; Haack, 2021, p. 58 e 67).

Outra faceta da exploração do corpo de mulheres escravizadas encontra-se no trabalho das amas de leite, mulheres que tiveram o materno do seu próprio filho negado em prol do materno dos filhos da casa grande, da elite imperial. As amas de leite desempenhavam o papel de amamentar e cuidar dos filhos da aristocracia, tornando-se ama seca (babá) quando não houvesse demanda de amamentação (Passarini; Tardivo; Haack, 2021, p. 68).

A vida das mães negras e escravizadas esteve transpassada por abusos físicos e psíquicos, amparados no discurso da produtividade e da supremacia racial e sexual. Em

muitos momentos, mulheres e homens escravizados foram explorados de maneira semelhante ao ocuparem funções laborais equivalentes, porém, as violações destinadas às mães escravizadas e os abusos sexuais representam as desigualdades de gênero, raciais e econômicas que marcou a existência de muitas mulheres negras escravizadas (Davis, 2016, p. 17-21).

O cuidado do filho das escravizadas não deveria ser prioridade, embora muitas mulheres tenham elaborado estratégias para desviar das restrições que as distanciavam da sua prole. Devido às distâncias nas propriedades extensas, escravizadas mais velhas ou outras crianças escravizadas ficavam encarregadas de cuidar dos filhos das escravizadas amas de leite, que ficavam impedidas de cuidar da sua prole, de amamentá-la e até mesmo de passar a noite juntos, quando era imposto a supervisão noturna dos filhos dos senhores. Em pequenas propriedades, às vezes era possível um cuidado maior com seus filhos, mesmo quando a prole descendente da elite deveria ser prioridade (Passarini; Tardivo; Haack, 2021, p. 70).

Constata-se a experiência contraditória de aceitação e negação, simultâneas, da maternidade exercida por mulheres escravizadas. A negação do maternar seus próprios filhos e a permissão e imposição do maternar dos filhos alheios. Manifesta-se também uma reprodução negra escravizada desejada, materializada pela produção de mão de obra, e uma negação do cuidado com os infantes descendentes, que simbolizavam o instrumento de trabalho, portanto, conforme a lógica da exploração, não careciam de cuidado e atenção.

Portanto, possíveis perturbações psíquicas e sofrimentos advindos da falta e das lacunas deixadas pela perda forçada de um filho, pelo luto em constante elaboração no corpo de uma mulher que teve seus afetos negados e arrancados dos braços, são complexidades que atravessam as histórias de tantas Joanas que vivenciaram a escravidão.

As falas reproduzidas pelo personagem Gabriel, filho de Joana, afirmando que sua mãe é “doida” e enfatizando que “endoideceu” podem representar as desordens emocionais e psíquicas sofridas diante das violências e da perda de seus filhos. As características de loucura associadas à personagem podem servir para ressaltar os adoecimentos mentais provocados pelas imposições do sistema escravista. Para além dessa análise, interpreta-se também que a caracterização de mulheres como “doida” e “louca” geralmente ocorre com mulheres que não se submetem a uma imposição social, podendo simbolizar as resistências de Joana ao fugir das explorações e persistir na procura e no desejo de proteger seus filhos.

Historicamente, o cenário de exploração no âmbito da reprodução sexual e da maternidade alterou-se a partir da instituição da Lei do Ventre Livre (1871), esta que ressoou como um suspiro e libertação para as mulheres negras escravizadas que estavam submetidas à

tantas violações físicas, mentais e psicológicas. A libertação da sua prole deslocou, gradualmente, as mulheres da posição de objeto reprodutivo (Passarini; Tardivo; Haack, 2021, p. 71).

Joana e seus filhos carregaram a herança do aprisionamento, marcado pela pele, que é negra, e, na pele, pelas agressões. Porém, caminham também com a resistência ancestral de um povo que não aceitou passivamente a submissão, resistiu ao elaborar vínculos de solidariedade, de fugas e ao opor-se às limitações sociais, como o acesso à alfabetização. Em um diálogo com a Senhora branca, Joana discorre sobre sua família:

— Minha mãe era africana, meu pai de raça índia; mas de cor fusca. Era livre, minha mãe era escrava. Eram casados e, desse matrimônio, nasci eu. Para minorar os castigos que este homem cruel infligia diariamente a minha pobre mãe, meu pai quase consumia seus dias ajudando-a nas suas desmedidas tarefas; mas ainda assim, redobrando o trabalho, conseguiu um fundo de reserva em meu benefício (Reis, 2019, p. 183).

Joana relata que seu pai trabalhou arduamente para garantir a liberdade da filha, mas, por não saber ler, sofreu um golpe e recebeu uma falsa carta de liberdade, descoberta posteriormente. Abaixo, o momento que descobriram a não liberdade de Joana:

— Toma, e guarda, com cuidado, é a carta de liberdade de Joana. Meu pai não sabia ler, de agradecido beijou as mãos daquela fera. Abraçou-me, chorou de alegria, e guardou a suposta carta de liberdade. Então furtivamente eu comecei a aprender a ler, com um escravo mulato, e a viver com alguma liberdade.

Isto durou dois anos. Meu pai morreu de repente e, no dia imediato, meu senhor disse a minha mãe:

— Joana que vá para o serviço, tem já sete anos, e eu não admito escrava vadia. [...] Nunca a meu pai passou pela ideia que aquela suposta carta de liberdade era uma fraude; nunca deu a ler a ninguém; mas minha mãe, à vista do rigor de semelhante ordem, tomou o papel, e deu-o a ler àquele que me dava as lições. Ah! Eram umas quatro palavras sem nexos, sem assinatura, sem data! Eu também a li, quando caiu das mãos do mulato. Minha pobre mãe deu um grito, e caiu estrebuchando.

Sobreveio-lhe febre ardente, delírios, e três dias depois estava com Deus.

Aqui ela interrompeu-se; agitou-lhe os membros um tremor convulso.

— Ah! Minha senhora, — começou de novo, mais reanimada; — apadrinhe Gabriel, meu filho, ou esconda-o no fundo da terra; olhe, se ele for preso, morrerá debaixo do açoite, como tantos outros, que meu senhor tem feito expirar debaixo do azorrague! Meu filho acabará assim (Reis, 2019, p. 183-184).

Joana revive o sofrimento que seu pai e sua mãe passaram, ao tentar libertar os filhos de um sistema de opressão e exploração. A mãe de Joana, após tamanha decepção, delirou e adoeceu de tanta angústia. Tal delírio assemelha-se à loucura associada a Joana, loucura que pode simbolizar as inquietações das mães escravizadas, as preocupações com seus filhos, devido à insegurança e à agressão de um mundo hostil.

A personagem diz ter vivido um pouco de liberdade, quando aprendeu a ler. Percebe-se, portanto, que apesar do aprisionamento de um sistema, escravizados conseguiram acesso à educação, à leitura, por meio da construção de grupos de resistência. O vínculo entre Joana e o “escravo mulato” simboliza as associações estratégicas formadas por escravizados para compartilhar saberes e contrariar a ordem da subalternização.

É possível que Maria Firmina dos Reis tenha apresentado ambos os personagens com o domínio da leitura para representar essa parcela da população escravizada que detinha a habilidade de ler. Os estudos acerca da educação dos escravizados afirmam que não havia legislações e políticas que favoreciam a inclusão de escravizados na educação escolarizada, a exemplo pode-se destacar a Constituição brasileira de 1824 que afirmava a gratuidade do ensino primário, mas eliminava a possibilidade de inserção dos escravizados. Em 1827, outra determinação apresenta-se sem exclusão de público (Barros, 2016, p. 594).

Apesar das leis segregacionistas, a situação da educação aos cativos manifestou-se de modo diferente em cada província do Brasil, uma vez que existiram estratégias negras para inserção nos espaços de educação formal. Portanto, embora as leis, em sua maioria, os excluíssem, alguns conseguiram adentrar os espaços educacionais (Barros, 2016, p. 603).

Maria Helena Camara Bastos (2016, p. 746) relata que muitos escravizados oriundos da África já chegavam alfabetizados no Brasil. Muitas pessoas apreenderam a ler e escrever em português ainda quando estavam em terras africanas, habilidades identificadas por meio dos estudos empreendidos em testamentos e documentações históricas que apresentam a assinatura de mulheres e homens africanos. Dessa forma, nota-se que africanos e africanas escravizadas tiveram diversas experiências na África e suas vidas não podem ser reduzidas à condição de cativos. Os conhecimentos adquiridos em sua terra natal foram transportados e difundidos no território brasileiro.

Inúmeras táticas de resistência à segregação foram empreendidas pela comunidade negra escravizada. Outra possibilidade de alfabetização se deu por meio do ofício cotidiano daqueles que acompanhavam os filhos dos senhores na ida à escola. Os escravizados e escravizadas, como as mucamas, estrategicamente, ouviam as aulas e obtinham aquelas informações. Existiam também senhores proprietários que facilitavam e desejavam a educação do seu escravizado, com intuito de cobrar mais caro pela venda do cativo. Periódicos como *o Jornal da Corte* (1819) noticiavam até mesmo a educação voltada para a comunidade negra e infantil, na qual ensinavam-lhes a cozinhar, contar, jardinar, ler e escrever (Bastos, 2016, p. 747-750).

Alexandra Lima da Silva (2018), no artigo *Caminhos da liberdade: os significados da educação dos escravizados*, apresenta um outro modo de pensar a inserção dos escravizados no mundo da educação, expondo as numerosas formas de acessar a educação no contexto do escravismo. A escritora argumenta que apesar das fontes históricas evidenciarem a participação de escravizados nos processos educacionais, alguns estudiosos insistem em afirmar a não instrução, baseando-se apenas nas legislações que proibiam os escravizados na escola. Nesse sentido, defende: “apesar da existência de leis proibitivas, é preciso considerar as ações dos diferentes sujeitos e dos próprios escravizados no intuito de promover a educação e a inserção no universo da palavra escrita e do mundo da leitura” (Silva, 2018, p. 10).

O espaço escolar não era a única possibilidade de construção dos saberes e das habilidades de leitura e escrita. Noticiários informam que apesar das limitações, diversos escravizados realizavam leitura, escrita, manuseio de instrumentos musicais e até mesmo fluência em francês (Silva, 2018, p. 10). Portanto, evidencia-se a instrução de escravizados, constatação que permite a análise da condição da personagem Joana e do “escravo mulato”, levando em conta que ambos sabiam ler, mesmo que não haja evidências na narrativa ficcional sobre os acessos à educação escolar.

Silva (2018, p. 16-17) destaca também a existência de escolas que tinham como público-alvo pessoas negras, até mesmo escravizadas. Fundada em Itapetininga, 1877, a Escola do Povo voltava-se para o atendimento de indivíduos libertos e escravizados. Em 1881, o debate abolicionista motivou a fundação da Escola Gratuita Noturna do Club Abolicionista do Riachuelo, instituição que também atendia libertos e escravizados. Esses espaços representam a resistência negra diante do sistema escravista.

A narrativa do conto *A Escrava* não indica como se deu o processo de alfabetização do “escravo mulato” que ensinou Joana a ler. Porém, indica e representa a instrução de negros e negras escravizados no contexto do século XIX. Identificou-se que muitos cativos e cativas adentraram os espaços da educação escolarizada, embora essa não fosse a única maneira de acessar os conhecimentos. As reuniões e o associativismo negro foram instrumentos educacionais e, sobretudo, de resistência de um povo que se uniu para compartilhar saberes, como o caso do “escravo mulato” e Joana.

Por fim, partindo das análises construídas neste capítulo, ressalta-se que as personagens Joana e a Senhora foram analisadas separadamente, devido às condições díspares vividas na sociedade escravista. No entanto, é evidente que a narrativa de Joana, uma negra escravizada, está entrelaçada com a narrativa da Senhora branca e rica, considerando que são

personagens que dialogam durante todo o texto. O antagonismo dessas figuras é marcado pela condição social e racial, embora compartilhem a similaridade referente ao gênero.

No trecho abaixo identifica-se a fala da Senhora branca sobre a personagem Joana:

De repente uns gritos lastimosos, uns soluços angustiados feriram-me os ouvidos, e uma mulher correndo, e em completo desalinho, passou por diante de mim, e como uma sombra desapareceu. [...] Surpresa com a aparição daquela mulher, que parecia foragida, daquela mulher que um minuto antes quebrara a solidão com seus ais lamentosos, com gemidos magoados, com gritos de suprema angústia, permaneci com a vista alongada e olhar fixo, no lugar que a vi ocultar-se. [...] Ia procurá-la – coitada! Uma palavra de animação, um socorro, algum serviço, lembrei-me, poderia prestar-lhe. Ergui-me (Reis, 2019, p. 176).

Como uma surpresa e uma situação atípica, o trecho destaca a mulher branca impressionando-se com a aparição de uma outra mulher que tem sua vida marcada pela inquietação, desordem e pelos gritos de perturbação. Diferente de Joana, a personagem da elite, aparentemente, estava tranquila caminhando pela mata, vivendo em “solidão”, como o trecho expõe, privilégios de uma pessoa que não tem sua vida afetada pelo desassossego provocado pela escravidão.

Apesar de serem duas mulheres inseridas em uma sociedade patriarcal, percebe-se que a situação econômica e racial são fatores determinantes nas experiências cotidianas de cada indivíduo. Após o encontro com Joana, a Senhora oferece-a ajuda afirmando: “— Estás em segurança, pobre mulher, disse-lhe, – tu e teu filho estão sob a minha proteção. Descansa, aqui ninguém lhes tocará com um dedo (Reis, 2019, p. 182)”.

A possibilidade de acolher e proteger uma mulher escravizada simboliza a condição de privilégio da Senhora da elite. Enquanto as mulheres negras escravizadas viviam cotidianos de trabalho exaustivos e constantes violações ao seu corpo, as mulheres brancas da elite, frequentemente, exerciam o ofício do cuidado com a família e o lar, muitas vezes assistidas pelas negras escravizadas.

5 PRODUÇÃO TÉCNICO-TECNOLÓGICA

O mundo cibernético que envolve a sociedade contemporânea contribui para o aumento do consumo de produtos digitais, como aplicativos, redes sociais e outras plataformas da internet. O cenário virtualizado favorece o consumo exacerbado de imagens e filmagens. Nas redes sociais, expõe-se cada vez mais vídeos e imagens visuais, reduzindo a divulgação e o consumo de textos escritos. Os jovens e adolescentes, em especial, que tem acesso a aparelhos eletrônicos estão, progressivamente, imersos no mundo digital, onde as telas tornaram-se cotidianas.

Em decorrência do contexto virtualizado, ao perceber o apreço dos jovens e adolescentes pelas filmagens, constatou-se que a inserção do audiovisual no ensino, como recurso didático, é um caminho possível para aproximar os estudantes do conteúdo proposto. Nesse sentido, elaborou-se o documentário *Pelos caminhos de Maria Firmina: vozes que ecoam uma (r)existência poética*, como recurso estratégico para alcançar a esfera educacional, em especial os estudantes da educação básica. Destaca-se também que a escassez de narrativas cinematográficas documentais sobre Firmina disponíveis na internet e aos professores da educação básica motivou a construção do material.

Observando os silêncios que atravessam a trajetória e a literatura firminiana, encontrou-se no documentário um espaço para divulgar sua trajetória e suas identidades de professora, escritora e musicista, promover uma reflexão sobre a mulher na sociedade, tanto no Brasil do século XIX quanto no Brasil atual, apresentar lugares de memória atribuídos à maranhense e para registrar testemunhos da comunidade guimaraense e de conhecedores da história de Firmina. Por meio dos lugares de memórias - espaços físicos e simbólicos como casas onde residiu em Guimarães, praças com estátuas, bibliotecas, museus e entrevistas com pessoas que conhecem a trajetória da escritora - é possível ampliar a divulgação do legado firminiano.

Dessa maneira, tem-se como propósito o compartilhamento do documentário na sala de aula, em especial na rede pública de ensino do Maranhão, produto que poderá ser utilizado de modo interdisciplinar, envolvendo os componentes curriculares das áreas de Ciências Humanas e Linguagens, especialmente a História e a Literatura. O documentário dialoga com diversos conteúdos da grade curricular, como História do Brasil Imperial, Mulheres na História, História e Memória, Literatura Brasileira, Literatura Maranhense e Negritude no Brasil.

Esteticamente, optou-se pela ausência da imagem e fala da entrevistadora, possibilitando o protagonismo dos testemunhos. Durante as gravações utilizou-se roteiros para conduzir o diálogo, mas priorizando o depoimento livre e autêntico. Elaborou-se também imagens de apoio dos lugares de memória, dos cenários e até mesmo enquadramentos diversificados com o objetivo de construir uma narrativa que estabeleça sentidos memorialísticos com a trajetória de Firmina.

A elaboração do documentário demandou estudos sobre audiovisual, construção de roteiros, enquadramentos, montagem de equipamentos de áudio, imagem e iluminação, além de edição e diversas técnicas essenciais para a produção final. Portanto, pesquisas e práticas antecederam cada gravação. Foi preciso apreender a elaborar roteiros, compor cenários, realizar entrevistas, manejar uma câmera, montar um tripé, conectar um microfone, editar áudio e vídeo e diversas outras atividades necessárias para a construção de um documentário. Foram etapas desafiadoras e de muita aprendizagem.

Cabe relatar que a construção das gravações esteve perpassada por aventuras e deslocamentos. As filmagens foram realizadas nas cidades de Guimarães, São Luís e Imperatriz, localizadas no Maranhão. Em 2023, realizou-se a primeira visita à Guimarães, guiada pela professora Margarida Chaves, docente do curso de História na Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão. Na ocasião, conheceu-se a cidade, os lugares de memória e o professor Aldenir Guimarães, participante do documentário. Em 2024, realizou-se a segunda visita de campo, com o objetivo de fazer as filmagens necessárias. Na oportunidade, conheceu-se as professoras Cláudia Silva e Maria do Carmo, também participantes do documentário, e visitou-se o povoado de Maçaricó, apresentado pela professora Maria do Carmo. Em meio aos trajetos e percalços, as gravações foram realizadas com êxito.

O mundo do audiovisual ensina que “o cinema é coletivo”. Certamente, a construção cinematográfica pretendida só foi possível pelas ajudas e disponibilidades de uma coletividade. Dos incentivos da professora Margarida Chaves, da receptividade do povo guimaraense, dos empréstimos de recursos tecnológicos do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGLE), da disponibilidade daqueles que testemunharam ao apoio de uma equipe de mulheres, Camila Cristina de Castro Souza, Kelly Saraiva e Maria Eduarda Lindoso Silva Porto, construiu-se coletivamente o produto. Sem essa equipe, sem o auxílio na montagem de um equipamento, na condução do áudio, no ajuste do foco, na organização do cenário e na resolução dos imprevistos que se apresentaram no momento da gravação, não seria possível alcançar os objetivos.

Em São Luís, as entrevistas também foram realizadas em 2024. A atriz Júlia Martins e a ativista popular Maria Inez Pereira foram entrevistadas no Solar Cultural da Terra Maria Firmina dos Reis, trazendo vivências de mulheres negras em um espaço de memória firminiano. Por fim, em Imperatriz, também no Maranhão, realizou-se a entrevista com a escritora, professora e pesquisadora Maria Natividade Silva Rodrigues, autora do livro *A, B, C de Firmina*¹⁵.

A ambiência cenográfica foi pensada com a função de relacionar o sujeito que testemunha com o espaço físico, pulsando sentidos, símbolos e dialogando com os espaços de memórias, para assim unir o ser humano e suas construções, aquele que conta uma história e solidifica-a por meio de outros espaços como um busto, uma estátua, uma casa, uma escola. Na comunidade de Guimarães, priorizou-se a união dos espaços de memória, como a pessoa entrevistada e o espaço que também guarda a memória sobre Maria Firmina, fazendo uso de suas potências de significados, dos monumentos que falam, das pessoas que contam, de uma comunidade que evoca cotidianamente a relevância de Maria Firmina para um povo. Realizou-se, portanto, um filme que estimula reflexões, ao mesmo tempo que gera identificações históricas.

¹⁵ RODRIGUES, Maria Natividade Silva. **A, B, C de Firmina**. 1ª Edição, Rio de Janeiro: LITERARTE, 2023.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste trabalho, identificou-se como os imaginários sociais são construídos e amparados em diferentes discursos, a exemplo do discurso biológico, utilizado e elaborado para legitimar a dominação masculina. A manifestação desses ideais de subordinação também aparece na literatura, uma vez que textos literários foram construídos e mantidos a partir da estigmatização do corpo das mulheres e do corpo de pessoas negras. No entanto, apesar de imposições sociais e de discursos de inferiorização, uma literatura de autorrepresentações está sendo construída por mulheres negras, registrando suas vivências e suas especificidades do cotidiano.

E nesse contexto de subordinações, muitas mulheres conseguiram se inserir na sociedade, apesar dos obstáculos do Brasil oitocentista patriarcal, e ocuparam posições e cargos de destaques, como escritoras, professoras, administradoras e proprietárias. Nesse cenário, o caso de Maria Firmina dos Reis sobressai-se devido ao seu legado para a escrita literária e para a educação, considerando seus pioneirismos de primeira romancista brasileira e fundadora da escola mista de Maçaricó, no Maranhão. Maria Firmina dos Reis representa, portanto, as mulheres brasileiras do século XIX que conseguiram integrar múltiplos espaços, contribuindo para o desenvolvimento da educação, da literatura e da cultura brasileira, em especial a do Maranhão.

No cenário de estudos sobre lugares de memória firminianos, identificou-se como as imagens visuais embranquecidas associadas à professora evocam a estrutura social e racial do Brasil, contribuindo para formação de memórias estereotipadas sobre a romancista. Elaborar o rosto de Maria Firmina dos Reis de modo fidedigno é um desafio, em virtude da ausência de retratos próprios da escritora. No entanto, as imagens distorcidas e estigmatizadas não devem ser perpetuadas, posto que se sabe da negritude da escritora e retratá-la como branca contribui para a invisibilização das escritoras negras e suas contribuições para a sociedade brasileira.

Diante das reflexões expostas no texto, considerando o aporte teórico de Michael Pollak (1992), Maurice Halbwachs (2006) e Pierre Nora (1993) e Stuart Hall (2006), evidenciou-se que a memória e a identidade são fenômenos construídos socialmente, por uma coletividade e por sujeitos históricos. Estes elementos estão imbricados, mantendo uma relação simbiótica. Recorre-se à memória, por exemplo, para a garantia e manutenção de identidades, considerando que as identidades expressam o tempo, o espaço e as subjetividades coletivas. Recorre-se às identidades para lembrar quem se é, de que povo se trata, os sentidos,

os valores e as concepções de uma comunidade. Não são elementos estáticos, são fluídos, construídos em um processo histórico.

Assim, os lugares de memória expressam identidades, sujeitos, culturas, trajetórias e histórias, configurando-se como construções simbólicas, funcionais e materiais. Neste trabalho, apresentou-se lugares de memória atribuído a romancista Maria Firmina dos Reis com o intuito de visibilizar estes espaços e a trajetória da escritora, na intenção de contribuir para um debate sobre a relevância da preservação e manutenção dos espaços de memória, já que evocam sentidos de um sujeito e de uma comunidade.

Dentre os lugares de memória expostos neste trabalho, espaços memorialísticos situados em São Luís do Maranhão, como a Rua São Pantaleão, localizada no centro da capital, e que corresponde a região onde Firmina morou quando habitava a capital maranhense; a Biblioteca Pública Benedito Leite, por armazenar documentos históricos, como jornais do século XIX e XX e as literaturas femininas; a Praça do Pantheon, situada à frente da Biblioteca Pública Benedito Leite, por expor um busto atribuído a escritora e professora maranhense; e o Solar Cultural da Terra Maria Firmina dos Reis, estabelecimento de encontro, divulgação e comercialização de produtos dos trabalhadores rurais, por carregar o nome da escritora e por construir um espaço de memória no interior do estabelecimento, expondo um busto, imagens, esculturas e escrituras atribuídas à Maria Firmina dos Reis.

Em Guimarães, local no qual Firmina foi nomeada no concurso público para professora de primeiras letras e construiu sua vida literária, artística e profissional, apresentou-se a casa na qual Firmina habitou, lecionando em uma sala e elaborando o romance *Úrsula*. Situada na frente da casa, considerou-se também uma estátua em homenagem à Firmina exposta na praça Luís Domingues. O Museu Histórico e Artístico de Guimarães também é um lugar de memória firminiano, por arquivar e conservar literaturas, esculturas e imagens atribuídas à escritora. A escola localizada em Maçaricó, povoado de Guimarães, que carrega o nome de Maria Firmina dos Reis também se constitui como lugar de memória, pelos simbolismos e atribuição do nome de uma escritora e professora a uma instituição educacional. Por fim, mencionou-se o túmulo de Maria Firmina dos Reis, localizado no cemitério municipal da cidade.

O corpo também foi posto como lugar de memória, sendo que as lembranças e testemunhos da comunidade guimaraense permitem o acesso às informações sobre a sociedade, a trajetória da escritora e a constituição de suas literaturas em Guimarães. Corpos reservam memórias, levando em conta que sujeitos são históricos e permeados por memórias. Ademais, destacou-se a mídia como recurso memorialístico, considerando especificamente os

jornais do século XIX e XX e as literaturas firminianas, por expressarem, por meio dos escritos, memórias locais, referentes ao Maranhão Oitocentista e a escritora Maria Firmina dos Reis.

Por fim, utilizou-se o conto *A escrava* para a construção de uma análise discursiva sobre as mulheres no século XIX. Apresentando as relações entre História e Literatura, construiu-se a análise do texto ficcional amparada nas informações sobre o tempo e o espaço de construção da obra. Foi possível identificar semelhanças entre as personagens mulheres do conto e as mulheres do cotidiano Oitocentista. Identificou-se que a personagem Senhora, uma mulher rica e branca representa as vivências de uma parcela de mulheres brasileiras do século XIX, não só pelos privilégios da branquitude, como também pela inserção de brancos no movimento abolicionista, pelo exercício de liderança feminina e pelos acessos a espaços negados aos negros e pobres. Percebeu-se também que a personagem Joana, uma negra escravizada, representa experiências negras e femininas do Brasil escravista, devido aos espaços negados, às violações, às perturbações da maternidade e às resistências. Por meio da análise de Joana, nota-se que apesar dos desafios, as mulheres negras elaboraram estratégias de resistência frente ao sistema, como as fugas e a alfabetização entre pares.

Portanto, dos tempos de Firmina, restaram conquistas e espaços construídos por mulheres em torno das possibilidades de emancipação. E, herda-se o desafio que as mulheres continuam a enfrentar para adentrar espaços de poder. O desafio, certamente, não é sobre intelectualidade, mas sim sobre uma estrutura social e patriarcal que persiste na atualidade. No mundo da dominação masculina, para acessar os espaços de poder, o ideal é ser homem, de preferência branco. A mulher, principalmente a negra, está submetida a obstáculos construídos socialmente que dificultam o acesso aos espaços de prestígio. A lógica racista e patriarcal existe e permanece na contemporaneidade, apesar dos avanços em políticas públicas, debates e ampliação de acessos. Logo, a mudança deve ser ideológica, e para mudar a forma de pensar, desaprender os preconceitos e estigmas apreendidos, a educação serve como possibilidade. A trajetória e a literatura de Maria Firmina dos Reis estimulam uma reflexão sobre as estruturas de dominação da sociedade brasileira e apontam para a necessidade de um modelo de educação emancipadora, libertadora e antirracista, com objetivo de construir uma nova ordem que preze pela igualdade e justiça social.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Adriana Dantas Reis. **As Mulheres Negras Por Cima: O Caso De Luzia Jeje: Escravidão, Família E Mobilidade Social - Bahia, C.1780-c.1830**. 2010. Tese (Doutorado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia - Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2010.
- BACZKO, Bronislaw. **A imaginação social**. In: LEACH, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BARROS, Surya Pombo De. Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX. **Educação e Pesquisa - Revista da Faculdade de Educação da USP**, v. 42, p. 591-605, 2016.
- BARTHES, Roland. **Elements of Semiology** [trans. A LAVERS & C. SMITH, 1967], New York, NY: Hill and Wang, 1964.
- BASTOS, Maria Helena. A educação dos escravos e libertos no Brasil: vestígios esparsos do domínio do ler, escrever e contar (Séculos XVI a XIX). **Cadernos de História da Educação (ONLINE)**, v. 15, p. 743-768, 2016.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução de Sérgio Milliet. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, v. 1, 2019.
- BORGES, Valdeci Rezende. História e literatura: algumas considerações. **Revista de Teoria da História**, p. 94-109, 2010.
- BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Dispõe sobre a criação de escolas de primeiras letras. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 out. 1827.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAMPOI, Isabela Candeloro. O livro 'Direitos das mulheres e injustiça dos homens' de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX. **História (São Paulo. Online)**, v. 30, p. 196-213, 2011.
- CANDIDO, Antônio. A Literatura e a Vida Social. In: _____. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006, p. 27-49.
- CASTRO, Mariana. Solar Cultural da Terra homenageia Maria Firmina. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, 5 jul. 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/07/05/solar-cultural-da-terra-homenageia-maria-firmina/>. Acesso em: 29 de março de 2024.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Mana Manuela Galhardo. 2. ed. Memória e Sociedade. Lisboa: DIFEL, 2002.
- COQUEIRO, Carla Romana Melo. **Mulheres de ofícios: o cotidiano de mulheres pobres pelas ruas da cidade de São Luís do Maranhão nas décadas de 1880-90**. Dissertação (mestrado

em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

COSTA, Maurício José Moraes; CUTRIM, Kláutenys Dellene Guedes. Biblioteca Pública, Memória e Educação Patrimonial: a atuação interdisciplinar do bibliotecário e do turismólogo nos serviços educativos da Biblioteca Pública Benedito Leite. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 26, p. 65-91, 2021.

CULTIVE CULTURA. **O retrato da Maria Firmina**. YouTube, 10 mar. 2023. Disponível em: <https://youtu.be/OTAQoV6XtbE>. Acesso em: 11 maio 2024.

CUNHA, Patricia. **Bustos fazem parte da história da Praça do Pantheon**. [Imagem]. O Imparcial, 21 dez. 2018. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/cidades/2018/12/bustos-fazem-parte-da-historia-da-praca-do-pantheon/>. Acesso em: 11 fevereiro 2024.

CURIEL, Ochy. Crítica pós-colonial a partir das práticas políticas do feminismo antirracista. Traduzido por Lídia Maria de Abreu Generoso. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 22, n. 02, p. 231-245, dez. 2019.

CUTI. **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2010.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIOGO, Luciana M. **Maria Firmina dos Reis: vida literária**. Rio de Janeiro: Malê, 2022.

EVARISTO, Conceição. Da representação à auto-apresentação da mulher negra na literatura brasileira. **Revista Palmares**. Brasília, ano 1, n. 1, p. 52-57, ago. 2005.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma voz quilombola na literatura brasileira. In: PEREIRA, Edmilson de Almeida. (org.). Belo Horizonte: **Mazza**, p. 132-142, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

GATI, Hajnalka Halász; MONTEIRO, Ivanilde Alves. Educação e docência feminina no Brasil do Século XIX: avanços e desafios. **Cadernos de História da Educação**, v.15, n.3, p. 1146-1169, 2016.

GOMES, Agenor. **Maria Firmina dos Reis e o cotidiano da escravidão no Brasil**. São Luís, AML, 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

HAHNER, June Edith. A escola normal, as professoras primárias e a educação feminina no Rio de Janeiro no fim do século XIX. **Revista Gênero**, v. 10, n. 2, p. 313-332, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOOKS, bell. Understanding patriarchy. In: _____. **The will to change: men, masculinity, and love**. New York: Washington Square Press, 2004. p. 17–36. Tradução de Kaká Portilho, para uso didático. Rio de Janeiro, abr. 2020.

KURY, Giovana. **Biblioteca Benedito Leite entra para a lista das 15 mais bonitas do Brasil**. [Imagem]. O Imparcial, 28 abr. 2019. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/turismo/2019/04/biblioteca-benedito-leite-entra-para-a-lista-das-15-mais-bonitas-do-brasil/>. Acesso em: 02 fevereiro 2024.

LEAL, João. Os encantados nas festas do Divino: estrutura e antiestrutura. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 431-451, 2019.

LEITE, Maria Jorge dos Santos. Tráfico Atlântico, escravidão e resistência no Brasil. **Sankofa: Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**, v. 10, n. XIX, p. 64-82, ago. 2017.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. Tradução de Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

LIMA, Euges. A Praça do Panteon. **Imirante**, São Luís, 3 abr. 2023. Disponível em: <https://imirante.com/noticias/sao-luis/2023/04/03/a-praca-do-panteon>. Acesso em: 27 de março de 2024.

LOBO, Luiza. A pioneira maranhense Maria Firmina dos Reis. **Estudos Afro-Asiáticos** (UCAM. Impresso), p. 91-102, 1989.

_____. Literatura Negra Brasileira Contemporânea. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, p. 1988.

MARTINS, André R. N. Linguagem como prática social. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 6, p. 31-43, 2003.

MORAIS FILHO, José Nascimento. **Maria Firmina dos Reis, fragmentos de uma vida**. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1975.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP. n. 10, p. 7-28, 1993.

O IMPARCIAL. **Biblioteca Benedito Leite entra para a lista das 15 mais bonitas do Brasil**. O Imparcial, 2019. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/turismo/2019/04/biblioteca-benedito-leite-entra-para-a-lista-das-15-mais-bonitas-do-brasil/>. Acesso em: 4 abr. 2024.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 10. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

OYĚWŪMÍ, Oyèrónkẹ́. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Trad. Nascimento, Wanderson Flor do. - 1. ed - Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2021.

PAIVA, Kelen Benfenatti. Maria Firmina dos Reis: educação e emancipação feminina. In: DUARTE, Constância Lima et al. (Org.). **Maria Firmina dos Reis**: faces de uma precursora. 1. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2018, p. 157-171.

PAIXÃO, Marcelo; GOMES, Flávio dos Santos. História das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, p. 949-969, 2008.

PASSARINI, Caroline Sousa; TARDIVO, Giovana Puppini; HAACK, Marina Camilo. Localizando a Mulher Escravizada nos Mundos do Trabalho. **Cantareira** (UFF), v. 1, p. 54-75, 2021.

PENN, Gemma. Análise semiótica de imagens paradas. In. BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O Mundo Como Texto: leituras da História e da Literatura. **História da Educação**, Pelotas, p. 31-45, 2003.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, ed. 10, 1992, p. 200-212.

RASIA, Gesualda dos Santos. A constituição da memória no movimento das palavras sobre a morte. **Revista Interfaces**, v. 8, p. 91-104, 2017.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula e outras obras**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SALLES, Ricardo. Abolição no Brasil: resistência escrava, intelectuais e política (1870-1888). **Revista de Indias**, v. 71, p. 259-284, 2011.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Cânone, valor e a história da literatura: pensando a autoria feminina como sítio de resistência e intervenção. **El Hilo de la Fábula**, v. 10, p. 59-74, 2012.

SILVA, Alexandra Lima da. Caminhos da liberdade: os significados da educação dos escravizados. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, p. 1-27, 2018.

SILVA, Paulo Cesar Garré; SOUSA, Antonio Paulino de; Língua e Sociedade: influências mútuas no processo de construção sociocultural. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 10, n. 3, 2017.

SILVA, Régia Agostinho da. **A escravidão no Maranhão: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX.** Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SILVA, Waniel Jorge. **[Retrato digital de Maria Firmina dos Reis]**. [Imagem digital]. São Luís: O Imparcial, 2023. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/noticias/2023/03/no-dia-da-poesia-escritores-maranhenses-mantem-a-tradicao-da-arte-literaria/>. Acesso em: 29 abril 2025.

SOVIK, Liv. Aqui ninguém é branco. In: WARE, Vron (org.). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2004. p. 401- 442.

WELLER, Wivian; BASSALO, Lucelia de Moraes Braga. **Imagens: Documentos de visões de mundo.** Sociologias (UFRGS. Impresso), v. 13, p. 284-314, 2011.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: Tomaz Tadeu da Silva (Org.). **Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 7-72.

ZIN, Rafael Balseiro. **A dissonante representação pictórica de escritoras negras no Brasil: o caso de Maria Firmina dos Reis (1825-1917).** Revista do Centro de Pesquisa e Formação, v. 1, p. 83-101, 2016.

ZIN, Rafael Balseiro. Maria Firmina dos Reis e a imprensa literária no Maranhão do século XIX. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade**, v. 4, p. 15-27, 2018.

ZIN, Rafael Balseiro. **Maria Firmina dos Reis: a trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista.** Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.